

Dimensões do habitar.
Uma casa na cidade

Ricardo José Pires Rodrigues Alves

Dissertação de Mestrado em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura
Universidade do Porto
Ano letivo 2020/2021

Orientador
Professor Doutor Helder Casal Ribeiro

Nota prévia:

As citações de língua estrangeira presentes no seguinte trabalho foram sujeitas a uma tradução livre por parte do autor, de forma a facilitar a interpretação do corpo de texto.

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	
0. Introdução	11
1. Topografia do lugar	
1.1. Transformações	19
1.2. Planeamentos e intervenções	27
2. Reintegrar a cidade	
2.1 A cidade moderna	45
2.2. Entre modelos urbanos	53
2.3. Programa como processo aberto	69
2.4. Casa comum	79
2.5. Diálogos entre privado e público	95
2.6. Interpretação e participação	107
3. Exercer o projeto comum	117
Referências bibliográficas	120
Lista de imagens	122

Agradecimentos

À minha família,
pelo apoio incondicional.

Ao professor Helder Casal Ribeiro,
pela disponibilidade, motivação e partilha.

À Inês Pinto Loureiro e Raquel Bessa Serra,
pelo material cedido sobre os trabalhos do curso EAPA.

À Cláudia Alves Moreira,
pela paciência, amizade e uma extensa admiração.

A todos os colegas e amigos que, direta ou indiretamente, sempre me incentivaram a ter um posicionamento crítico face às questões presentes ao longo deste trabalho e que, dessa forma, me acompanharam na conclusão deste ciclo.

Resumo

À luz do contexto portuense, procura-se apreender o processo de se fazer a cidade e de como a partir de princípios orientadores preexistentes, aprofundar outros de intervenção num vazio urbano.

Crendo na dimensão do habitar como condição indispensável à revitalização do centro histórico da cidade e na prática comunitária como catalisadora de fluxos vitais de coexistência, defende-se um projeto comum para a cidade que dê sentido ao indivíduo como parte ativa da sociedade e que nesse sentido, assuma um papel preponderante na proximidade com a realidade local e a dos seus habitantes.

Abstract

Taking into account Porto's context, this project seeks to understand the process of making cities and how we can deepen principles of intervention in an urban void, based on preexistent guiding lines.

Confident in the dimension of housing as an indispensable condition for the revitalization of the historic center of the city, and in community practice as a catalyst of vital flows of coexistence, it's defended a common project for the city that brings a sense to the individual as an active part of society and takes over a prevailing role in the proximity with the local reality and that of its residents.

Introdução

“... pretende-se gerar uma iniciativa criativa e interdisciplinar; que convoca um espaço de encontro para desenhar formas de viver futuras, situado na encruzilhada entre arte, cultura, inclusão social, ciência e tecnologia. Traz o Acordo Verde para nossos locais de vida e exige um esforço coletivo para imaginar e construir um futuro que seja sustentável, inclusivo e bonito para nossas mentes e nossas almas.”¹

Tais palavras, destacadas pelo seu sentido reflexivo mais do que explícito, claramente nos lembram das grandes hesitações que têm vindo a ser partilhadas por muitas vozes sobre os espaços onde vivemos serem cada vez mais pensados sob uma visão sustentável do futuro. Esta posição, cada vez mais especulada ao longo do presente século e baseada em critérios mensuráveis tais como a “pegada ecológica”, estabelecida pelos cientistas canadenses Mathis Wackernagel e William Rees em 1995,² alcança atualmente um papel ambiental e social fundamental para o bem-estar da nossa existência. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre a dimensão do espaço do habitar e o seu papel coadjuvante no alcance de um modo de vida mais saudável para o ser humano.

Dada a definição do habitar como uma conceptualização da forma urbana que coloca o indivíduo na base da organização do espaço vital³ e sendo a cidade uma construção social, torna-se nítida que a relação inevitável entre o espaço doméstico e o sujeito que nele habita influencia o bem-estar de uma sociedade. Ao habitar é-lhe acrescido, portanto, um processo existencial em que é necessário refletir sobre o espaço como aquele que nos protege fisicamente e ao mesmo tempo, cria uma atmosfera intimista que nos conforta. Ademais, sob uma conceção fenomenológica⁴ do habitante, ao espaço do habitar, é-lhe associado um sem número de realidades distintas, como se tratasse de um caleidoscópio impulsionador de inúmeras vivências inerentes às exigências da identidade duma sociedade contemporânea cada vez mais móvel.

“... o problema da casa é um problema de época. O equilíbrio das sociedades hoje depende dele. A arquitetura tem como primeiro dever; em uma época de renovação, operar a revisão dos valores...”⁵

Nós, se questionados sobre a época em que vivemos, facilmente somos confrontados com as necessidades técnicas da sociedade, cuja realidade não pode ser descurada quando pensamos nos espaços que interagem com os nossos modos de habitar. O uso da técnica reflete-se na ocupação do nosso território, mas sendo ele uma construção social, pois a forma como vivemos esse território pertence à índole de atuação humana em que somos nós que transformamos essa disposição para torná-la em algo habitável e minimamente confortável, reflete-se também nas nossas vidas. Sob o anúncio

¹ <https://europa.eu> “The New European Bauhaus”

² MONTANER, Josep Maria. *A Modernidade Superada: Ensaios sobre arquitetura contemporânea*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014, p.158

³ SOLÀ MORALES, Ignasi de. *Diferencias*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, A.S., 2003, p.48

⁴ “A Fenomenologia da Percepção de Maurice Merleau-Ponty (1945) resume sinteticamente uma investigação que, a partir dos estudos sobre a estrutura do comportamento (1942) e a primazia da percepção (1946), tinha deslocado o meramente visual para uma ideia de que a nossa experiência do mundo à nossa volta é feita com a totalidade do corpo, espaço-temporal, sexual, móvel e expressiva.” (*Ibid.*, p.25)

⁵ LE CORBUSIER. *Por uma Arquitetura*. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2014, p.XXXII

⁶ HEIDEGGER, Martin. *Construir Habitar Pensar. (Bauen Wohnen Denken)*. Madrid: LaOficina Ediciones, 2015, p.59

⁷ PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 2016, p.18

⁸ PORTO.. *Município decide avançar com Plano de Pormenor para Duque de Loulé*, 2019. in <https://www.porto.pt/pt/noticia/municipio-aprova-avancar-com-plano-de-pormenor-para-duque-de-loule>

de uma realidade em comum com a técnica, anunciada nos anos 20 do século XX com o advento da arquitetura moderna, pensadores como Martin Heidegger, ao refletir sobre o carácter itinerante do homem atual, afirma que “... a experiência de desenraizamento nos leva a buscar nosso próprio lugar para morar”.⁶ É neste ponto que a dimensão ética da arquitetura assume um papel essencial. A sua função, por dever de cultura democrática, passa, portanto, por melhorar a nossa experiência existencial, fornecendo à vida um horizonte específico de significado.⁷

A presente dissertação pretende, portanto, refletir sobre a problemática habitacional e a forma como o espaço nos influencia enquanto pessoas. Sob um olhar atento à intempestividade dos tempos atuais e através de uma retrospectiva ao contexto do passado, trata-se de ensaiar um conjunto habitacional que se foque no sujeito como a condição catalisadora no desenho do espaço. Apelar a um espaço do habitar existencial resultado da vivência do indivíduo no mundo e na sua perceção fenomenológica e consciente da realidade.

Paralelamente, a preocupação que emerge da circunstância dos tempos recentes enfrentados por um acontecimento excecional materializado numa pandemia, torna a experiência do confinamento e do distanciamento social catalisadora de várias reflexões, não só dos espaços domésticos, mas também do habitar das cidades e seus espaços comuns. **Assim, por força do gesto cívico, com este trabalho pretende-se revalorizar a importância do espaço coletivo, território que pertence ao cidadão e que, por esse motivo, se define por casa comum.**

Por sua vez, o conjunto habitacional responderá a um lugar físico e por isso, terá em conta um simultâneo de problemas associados ao contexto em que se insere. Propõe-se, portanto, um conjunto de habitação no centro histórico da cidade do Porto, num lote contíguo à atual rua general Sousa Dias, vulgarmente designada por “Viaduto Duque de Loulé”, na antiga freguesia da Sé e junto ao antigo passeio das Fontainhas. Um lote que, no início do século XXI, fez parte do plano regulador e de gestão urbana conduzido pela Sociedade “Porto 2001” e que quase duas décadas depois, tal como conclui o executivo municipal do Porto no início de 2019, esse mesmo terreno trata-se dum “... problema urbanístico que perdura, pelo menos, há 40 anos”⁸. Nesse sentido, o Plano Diretor Municipal desse ano, aprova estudos urbanísticos para a zona. Contudo, atualmente, essa questão prevalece ainda em aberto e está assinalada no PDM 2021, como plano em vigor. Já numa fase final do presente trabalho, anuncia-se a elaboração dum projeto, por parte do arquiteto Eduardo Souto de Moura, para as imediações da parcela, relacionadas com o

aumento das instalações da Universidade Lusófona do Porto, contudo por falta de informações e elementos publicados até à data, decide-se, portanto, não abordar a sua proposta.

Ciente dos riscos de uma desintegração social que parecem estar associados ao próprio processo de despovoamento e a uma forte alteração da condição etária da população residente no centro histórico⁹, espera-se que este projeto venha a ser um balão de ensaio de forma a reverter esses processos e conseqüentemente, promover a mobilização de residentes para o centro da cidade, combatendo estas instabilidades, que se tornam reflexo das complexidades e fragilidades inerentes aos tecidos urbanos dos centros históricos.¹⁰

Por reação à contínua mutação e conflitualidade do tecido urbano e sabendo que o centro histórico do Porto se tem tornado progressivamente na casa de uma multitude de gentes, revê-se nesta proposta a necessidade de servir de estrutura mediadora que consiga conjugar os fluxos locais, de forma a encontrar um ponto de equilíbrio que se desdobrará em diferentes tipos de habitação, sejam eles permanentes ou temporários. Estes movimentos, intrínsecos à complexidade dos espaços centrais urbanos, têm, por sua vez, preponderância na validação da resposta programática e tipológica dos edifícios propostos.

Através duma breve síntese à visão que foi motivando este trabalho, a proposta elaborada provém, acima de tudo, de uma hipótese que se distingue pela conjuntura atual da cidade do Porto. Mais do que oferecer tipologias de habitação à cidade, a proposta objetiva reorganizar o tecido urbano da parcela em falta, através da requalificação do espaço público e duma intenção programática que, condicionada por diferentes diagnósticos, pretende melhorar a vida dos residentes da zona dos Guindais, Fontainhas e Batalha.

Assim, o desenvolvimento do presente trabalho, divide-se, num sentido lato, em dois grandes momentos: o reconhecimento do lugar de projeto através do estudo de vários elementos e posteriormente, partindo duma análise programática e dum olhar aproximado partilhado pelos residentes locais, conceber uma proposta de solução projetual. Salienta-se que a decisão de desmontar o pensamento projetual ao longo da dissertação, ao revés de o compactar numa parte final mais condensada, se faz intencionalmente. Os elementos projetuais são apresentados como fragmentos soltos que ganham sentido pela contextualização dos capítulos que lhes são associados. A consolidar a linha conducente deste trabalho, há um destaque de várias frases ao longo do trabalho que antevêm premissas essenciais à sua compreensão.

⁹ FERNANDES, Manuel Correia in. MENDES, Manuel. Porto 2001, patroc.. *Porto 2001: regresso à Baixa: consulta para a elaboração do programa de requalificação da Baixa Portuense*. 1ª edição. Porto: FAUP Publicações, 2000, p.37

¹⁰ PEREIRA, Nuno Teotónio in. MENDES, Manuel. *Op.cit.*, p.225



Neste sentido, num primeiro momento, dando ênfase à parcela onde se insere a proposta, trata-se de compreender as suas existências históricas e particulares, assim como apreender, através do seu desenvolvimento cronológico, as necessidades que se foram impondo como estruturantes do ponto de vista da morfologia urbana principalmente, para a solução espacial da frente Ribeirinha. Dando ênfase aos estudos multidisciplinares e à sua importância como modelos educadores no processo de aprender a ver cidade e na construção de um olhar informado dos pontos frágeis do terreno, aspira-se também, num momento inicial, compreender os trabalhos e estudos realizados para a parcela em causa, como são o caso das operações e estudos urbanísticos empreendidos pelo "Porto 2001", pelo curso académico de "Estudos Avançados em Projeto de Arquitetura" da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e pela Câmara Municipal da cidade, com o seu Plano Diretor Municipal.

Nesta fase, já com uma perceção dos problemas que a evolução citadina foi implicando no terreno e tomando como referência modelos urbanos interpretativos da realidade apanágio do movimento moderno, a dissertação começa a traçar diferentes modelos que preveem uma hipótese sobre a definição do tecido urbano. Assim, quanto mais abordagens surgem, mais o projeto se vai libertando da complexidade contingente à cidade para se aproximar de uma única hipótese que busca lançar princípios estruturadores urbanos para um vazio inserido numa malha já consolidada. Estando ela definida, é neste momento que se buscam intenções programáticas que procuram apoiar as necessidades locais, fomentando uma leitura do território da cidade, como uma casa comum desenvolvida para os seus habitantes.

No último momento, sob uma dimensão do habitar cada vez mais próxima do domínio íntimo do habitante, o espaço é pensado numa íntima relação do coletivo com o privado, criando um processo de correspondências que ativem uma prática do habitar comunitária mais próxima ao ser humano. Já dentro da sua esfera privada, é dando ênfase à reciprocidade entre a forma espacial e ao consequente uso que a anima, que se procura fomentar a apropriação do espaço doméstico por parte do habitante, potencializando a adaptabilidade do seu desenho.

i.1 Ilustração "A Chorus of Thanks" de Tomer Hanuka para a revista *The New Yorker* no seguimento da pandemia, 2020

"...a ideia da capa começou com uma figura escura solitária numa janela, e a forma peculiar como as figuras são enquadradas pela luz de fundo nessas situações" (HANUKA, Tomer. *Cover Story*. Entrevista por Françoise Mouly, [20 de abril de 2020])

Topografia do lugar

Transformações

Com o intuito de atingir uma melhor compreensão da proposta apresentada, num momento inicial, procura-se formar um olhar atento e sintético da história do lugar que a contextualiza.

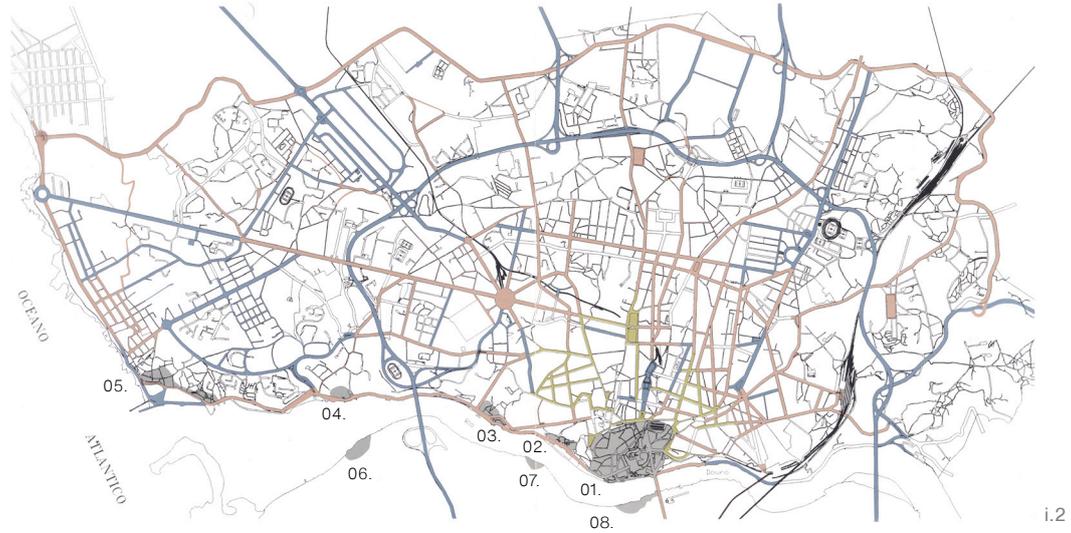
O local da intervenção localiza-se a cerca de 300 metros a nascente da Sé do Porto, localizada no cimo do morro da Pena Ventosa e protegido, até aos séculos XI-XII, pela denominada Cerca Primitiva - primeira muralha medieval da cidade construída sobre anteriores alinhamentos defensivos. Nos finais do século XIV, a urbe testemunha a conclusão da construção de uma nova muralha mais alargada e extensa – a “muralha fernandina” -, que se aproxima do rio devido ao seu potencial mercantil. Desta forma, as zonas mais próximas à linha de água, quer à cota alta quer à cota baixa, consistem nas áreas povoadas mais antigas da cidade. Na ligação da marginal junto ao rio com a cota alta, denota-se uma das principais características da frente urbana Ribeirinha e que tanto é reconhecida pelo mundo fora pelos seus quarteirões compactos do Porto mercantilista¹ adaptados às suas encostas graníticas.

Esta mesma muralha, durante os reinados de D. Afonso IV e D. Fernando assinala fisicamente sobre o território o limite de quem estava dentro e fora do burgo. Este perímetro físico além da proteção que oferece, estabelece também um limite concreto para a aplicação de certas regras e estratégias que têm implicações no desenvolvimento formal do casario do Porto.

Com a sobrepopulação dentro das muralhas ao longo de três séculos, a cidade expande-se. A expansão para fora das muralhas segue o crescimento radial a partir do núcleo medieval e há um aumento quantitativo não só de construção, como também de rede viária e área urbana. Nesta perspetiva, é de salientar que é nessa expansão para fora da muralha medieval que surge o viaduto Duque de Loulé. Contudo, aquilo que parece ser o seguimento da malha primitiva que vem da Sé, trata-se, na verdade, duma via apenas construída em 1978, fruto da necessidade de ligar a Rua Duque de Loulé à Rua Saraiva de Carvalho. Contudo esta ligação não é o único objetivo a alcançar com o projeto realizado na altura, pois **a construção do viaduto faz parte de uma planta de urbanização que já propunha construções soltas que reorganizassem essa zona, de forma a colmatar os vazios urbanos que ali permaneciam, priorizando o espaço público como elemento agregador dos quarteirões.** No entanto nunca chegou a acontecer.

Anteriormente, é a atual rua do Sol que servia de extensão ao núcleo primitivo que vinha da Porta do Sol - entrada nascente da muralha - e que se localizava junto da atual rua Porta do Sol. O viaduto, na altura que foi

¹ "Dentro de muralhas, e particularmente nas zonas da Ribeira-Barredo e da Sé, domina o preenchimento integral do lote de matriz medieval: trata-se do processo de formação da casa do Porto mercantilista." (FERNANDES, Francisco Barata. *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1999, p.79)



i.2

■ **mercantilista** - século XVI e XVII - o tecido urbano intra-muralha começa-se a formar

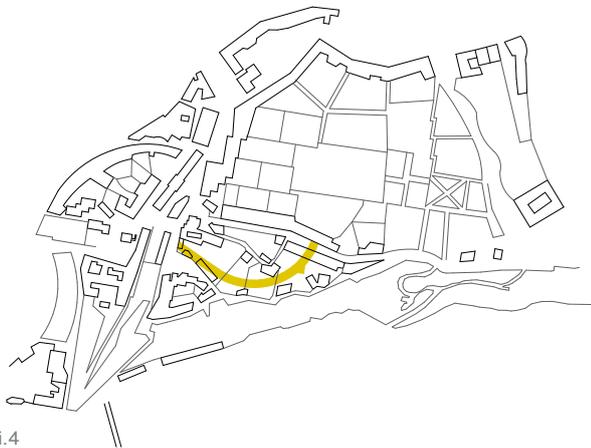
■ **iluminista** - século XVIII e primeira metade do século XIX - o tecido urbano expande-se segundo alinhamentos estratégicos denunciados pelos postigos da muralha

■ **liberal** - segunda metade do século XIX - o tecido urbano densifica-se e contagia o território limítrofe do município do Porto

■ **contemporâneo** - século XX até aos dias de hoje - o tecido urbano ramifica-se a partir de vias rápidas estratégicas que expandem o território além cidade



i.3



i.4



i.5

● entrada para a Escola Comercial Oliveira Martins

construído, acabou por cindir um quarteirão que se estendia da rua do Sol, a norte, até ao Passeio das Fontainhas, a sul. Como se nota nas duas plantas da cidade do Porto de início e fim do século XIX, a parcela encontra-se dividida pelo atual viaduto. Inicialmente, as construções existentes nunca foram muito numerosas, salientando-se talhões agrícolas. Já na planta de 1895 de Augusto Geraldo Teles Ferreira, o quarteirão tem mais construções, contudo os espaços exteriores e jardins destacam-se pela sua aproximação à frente Ribeirinha, através de contínuos muros de suporte que medeiam a sua relação com a paisagem. Como exemplo, destaque-se o muro de suporte que atualmente separa o parque de estacionamento da escarpa, onde se encontram algumas namoradeiras com vista para a paisagem. Nesta mesma planta, já se identificam as construções daquilo que foi a Escola Comercial Oliveira Martins cuja entrada se fazia por um portão recuado, num muro em meia-lua que ainda se encontra atualmente na rua do Sol. Paralelamente, esta zona, adjacente à muralha, durante o século XIX, caracteriza-se por edifícios que se destacam, maioritariamente, por fábricas, como é o caso da antiga fábrica de Guarda-Chuvas² do Porto, por quintas com os seus jardins abertos para a paisagem e bairros operários localizados na escarpa. Tais construções, conformam a identidade urbana inerente a um Porto industrial oitocentista.

Com um destaque imponente na frente Ribeirinha entre os Guindais e as Fontainhas, o viaduto desenvolve-se em arco e tem uma extensão aproximada de 120 metros. Desenvolve-se a cerca de 4 metros do solo e tem uma largura próxima de 11 metros distribuídos por três vias de trânsito. Em cada lado acrescentam-se ainda mais 3 metros de passeio que se revelam desamparados na sua inter-relação paisagem-passeio-viaduto. Contíguo ao viaduto Duque de Loulé, localiza-se o local de intervenção numa área alta da cidade, a cerca de 73 metros de altitude, e com um grande destaque no desenho da frente urbana à cota alta. Quase como se tratasse numa outra marginal da cidade, não à beira-rio, mas sim junto duma escarpa natural. Atualmente, sob o viaduto desenvolve-se um parque de estacionamento municipal a céu aberto acedido pelo lado poente do viaduto por uma rua em rampa paralela a este.

É de salientar também que a atual escarpa dos Guindais, a sul do viaduto, nunca chegou a ver o prolongamento do Passeio das Fontainhas ser concluído por degradação da escarpa que advém, sobretudo, da erosão ocorrida pelo deslizamento de terras e pela cedência dos muros de suporte de granito. Focando-se no inconcludente prolongamento do passeio das Fontainhas, é de realçar a sua importância na fruição pedonal entre a zona dos Guindais e o miradouro das Fontainhas, daí que seja proeminente a sua proposta em estudos urbanísticos para esta zona da cidade. Atualmente, o passeio ao longo da encosta faz-se a norte pelo parque de estacionamento



i.6



i.7

² DIAS, Adalberto in. MENDES, Manuel. *Op.cit.*, p.200

i.2 mapa do Porto com as diferentes épocas em que sofreu expansões no seu território. Destaque para a parcela que se localiza nas imediações da cerca primitiva, atual Ribeira (01.)

01. Ribeira/Porto
02. Miragaia
03. Massarelos
04. Lordelo
05. Foz
06. Afurada
07. Castelo
08. Ribeira/Gaia

i.3 planta de extensão e urbanização do viaduto Duque de Loulé, 1965

i.4 | i.5 localização do viaduto no tecido urbano oitocentista

i.4 planta "redonda" levantada por George Black, 1813

i.5 planta levantada por Augusto Geraldo Teles Ferreira, 1892

i.6 muro de suporte com namoradeiras junto ao estacionamento

i.7 entrada da Escola Comercial Oliveira Martins na rua do Sol e que atualmente ainda se mantém, contudo de uso obsoleto, pois encontra-se sempre fechada. Na proposta manter-se-á a sua localização, contudo ativa-se a passagem pela porta sugerida pela fruição do espaço público



i.9



i.11



i.13



i.15



i.17

ou pelo viaduto. Tal situação leva a que o atual trecho do passeio das Fontainhas seja um território vago, indefinido, descaracterizado e submetido à pressão automóvel estacionado nas duas frentes da rua.

Neste sentido e reconhecendo o potencial que a requalificação do espaço público e a consolidação da frente urbana à cota alta têm para a conformação duma identidade que se quer coesa e positiva para a cidade, a operação urbana “Porto 2001” e os trabalhos realizados no curso de "Estudos Avançados em Projeto de Arquitetura" - EAPA - tonam-se em duas referências fundamentais para a apreensão do processo de como se intervir na cidade e dos princípios orientadores por si lançados. Acresce, inclusive, a sua importância por se tratarem de estudos realizados em coletivo.

i.8 - i.17 fotografias registadas da envolvente ao terreno - fotografia como processo de documentação dos espaços urbanos

i.8 | i.9 relações da rua de São Luís com a parcela

i.10 | i.11 parcela e a sua relação com o viaduto e o estacionamento por baixo

i.12 | i.13 viaduto "Duque de Loulé"

i.14 | i.15 estacionamento municipal por baixo do viaduto. Dum lado contacta com a paisagem através dum muro, onde se localizam as namoradeiras e do outro estabelece um contacto inusitado com a parcela

i.16 | i.17 passeio das Fontainhas sobrecarregado de estacionamento e com um muro ao fim da rua que impede o seu prosseguimento em direção à muralha. Destaque para o alinhamento de plátanos da rua que oferecem uma frente Ribeirinha natural à cidade



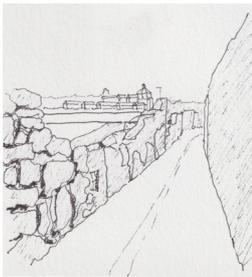
i.19



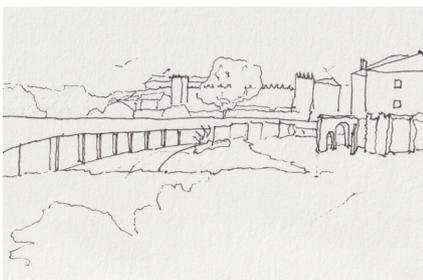
i.21



i.23



i.25



i.27

[desdobrável]

i.28 fotografia aérea do lugar da proposta - uma parcela nas Fontainhas

- A - parcela proposta
- B - rua do General Sousa Dias (viaduto Duque de Loulé)
- C - estacionamento municipal por baixo do viaduto
- D - rua de São Luís
- E - rua do Sol
- F - passeio das Fontainhas, que anteriormente se prolongava pela escarpa
- G - Universidade Lusófona do Porto
- H - largo Actor Dias
- I - muralha fernandina
- J - localização do antigo Postigo do Sol da muralha fernandina
- K - estação ferroviária do Porto - São Bento
- L - praça da Batalha
- M - ponte Infante Dom Henrique

● locais onde foram feitos os desenhos de caderno (i.18-i.27)



Planeamentos e intervenções

A zona central portuense dá lugar a sistemas complexos e prolongados que se vão definindo como uma malha diversa onde a condição central deixa de ser inerente e exclusiva à zona da Baixa portuense. Essa condição de dilatado interesse público para a cidade define-se, por sua vez, como o lugar de maior acessibilidade, abastecido por um sem número de atividades de referência que atraem inúmeras pessoas todos os dias. Traduz-se de igual modo como uma coleção de memórias gravadas no tempo inerente a uma iconografia urbana de edifícios excepcionais e reguladores da sociabilidade.

No entanto, a Baixa portuense tem agora que concorrer com outros centros espalhados pelo território e como tal, a operação “Porto 2001” afirma-se como o seu melhor trunfo para a requalificação e conseqüente, reajuste aos novos centros emergentes na cidade. Realçando a excepcionalidade do lugar pela sua proximidade com as margens do rio Douro, há uma necessidade de compromisso com o seu potencial de transformação e de apelo a um repensar nos seus futuros usos.

“Sem isso o centro ganharia, talvez, um toque de falsete ou de simulacro, espécie de museu, congelado no tempo para turista ver e/ou uma completa sujeição à invasão de transformações e usos predadores da qualidade intrínseca dos espaços e dos edifícios, violentados por usos e intervenções descaracterizantes.”³

A criação da Sociedade “Porto 2001” surge no seguimento da distinção da cidade do Porto para Capital Europeia da Cultura, em 2001. Os grandes objetivos a atingir com esta operação traduzem-se em inúmeras ações coordenadas que ampliam e melhoram a circunstância da cidade no panorama contemporâneo de início do século XXI. Genericamente, essas ações intervêm ao nível das mais variadas formulações, como são o caso do reforço do carácter do espaço público; da inventariação de edifícios existentes e da instalação/articulação de novas estruturas físicas que potenciem a função habitar e cultural; da revitalização económica do comércio e serviços na Baixa Portuense; da conservação do parque edificado e conseqüente, atração de população residente e jovem à Baixa; do descongestionamento viário através da valorização do transporte coletivo e oferta estratégica de estacionamento, etc.⁴ Trata-se, portanto, de fazer cidade.

Com as previsões ciosas de uma realidade cada vez mais ecológica, já no início do presente século, a atenção da operação “Porto 2001” para com a mobilidade do peão na cidade se assume prioritária. Não se pretende apenas requalificar o espaço público, mas repensá-lo à luz da sua utilidade. Tornar a zona central e por conseqüência, a mais antiga da cidade, num ambiente

³ PORTO 2001 S.A. *Capital Europeia da Cultura. Departamento de Renovação Urbana. Registos de uma transformação = Records of a transformation.* Porto: Porto 2001 S.A., 2002, p.54

⁴ MENDES, Manuel. *Op.cit.*, p.39

⁵ *Ibid.*, p.18

⁶ *Ibid.*, p.19

mais acolhedor, pois naturalmente existem inúmeras situações de enorme desconforto que acabam por desincentivar as deslocações a pé. Por isso, quando num momento anterior se descreve esta operação como um conjunto de “ações coordenadas”, as mesmas traduzem-se, em grande parte, àqueles critérios a que se associa quando se desenha espaço público: maior iluminação nas vias e zonas com menor frequência de peões; a maior limpeza do espaço público associada ao mau funcionamento das águas pluviais nos pavimentos e nas caleiras; maior arborização nos espaços com períodos excessivos de solarização; a melhoria da semaforização que só atende ao rendimento do tráfego automóvel e penaliza os atravessamentos a pé; promover uma melhor relação entre espaço público e privado libertando os passeios de obstáculos obsoletos e defendendo-os da invasão automóvel, etc.

Neste sentido, toda a operação levado a cabo pelos departamentos gerados com a operação “Porto 2001” demarca-se da simples solução sectorial redutível às habituais imposições projetuais, fazendo prevalecer uma solução que decorre da capacidade de ler o sentido das transformações e do carácter reflexivo e complexo exigido pela cidade.

*“Trata-se de credibilizar projetos, de os tornar projetos da cidade para os cidadãos e destes para a cidade. Trata-se de ensaiar uma nova cultura de intervenção na cidade em que a participação dos cidadãos (...) seja a regra e não a exceção...”*⁵

Com esta aproximação do plano projetual à força do gesto cívico, toma-se como objetivo principal a melhoria dos “modos de habitar” da Baixa portuense, de forma a conceder um novo sentido tanto aos espaços públicos des-referenciados ao longo do tempo, assim como aos espaços privados, restaurando-os e criando novos que reanimem a cidade e a projetem às dinâmicas do tempo por vir, restabelecendo, assim, o diálogo da parte central da cidade com a restante malha que se estende na sua diversidade de formas e usos. Estabelece-se ainda, uma visão conscienciosa da importância do existente e conseqüente património a conservar como material estruturador duma cultura arquitetónica que alude à tradição e cultura do lugar. Por lugar entenda-se não só a preocupação de o tornar material primeiro da arquitetura na sua tarefa de criar um ambiente significativo, mas também como o mecanismo essencial para desvelar o carácter da própria arquitetura como disciplina.⁶ Sobre estas preocupações, também Peter Zumthor as debate quando, numa entrevista com a professora de teoria e história da arquitetura Mari Lending, lhe afirma que *“Gostaria que os edifícios que faço dissessem que eles compreendam algo sobre o que está à minha volta. Não quero que deem a impressão de serem extraterrestres, de não terem nada a*

*ver com o que já lá está. (...) É como procurar uma espécie de semelhança sob a forma de contacto emocional - uma reação emocional ao ambiente, expressa através da arquitetura."*⁷

É no seguimento destas preocupações projetuais e atenção ao lugar que a operação se traduziu num trabalho em coletivo, reunindo técnicos, fotógrafos, urbanistas, arquitetos e diversos profissionais, de forma a obter uma abordagem que seja o mais fiel possível para com a imagem da cidade. Para isso, as suas áreas de intervenção não se cingiram apenas à zona histórica da cidade, mas também a novos centros que se impuseram pela cidade. Houve uma leitura do território na sua totalidade.

Contundo, focando, agora, nas ações levadas a cabo unicamente na Baixa portuense, é de destacar que há um zoneamento do território distribuído em diferentes zonas de intervenção para obter uma melhor distribuição das mesmas pelas equipas em trabalho. Por consequência, destaca-se a zona "Leste A" referente à Batalha e aos Guindais, coordenada pelo arquiteto Adalberto Dias, pois é nesta área que a proposta deste trabalho se insere.

É na proximidade da parcela à praça da Batalha, como verificado na fotografia aérea (i.28), que se destaca uma estrutura urbana que outrora foi "o centro cívico cultural do Porto do século XIX até meados desse século".⁸ Uma zona associada a equipamentos de lazer e de usos públicos que geram um papel de relevo na vida urbana da Batalha. O tráfego proveniente da proximidade com a Ponte Luiz I ajuda à intensificação dos percursos pedonais e comerciais desta zona que com o passar do tempo, se foram diluindo e contribuíram para a sua quase des-referenciação. A esta mudança não será estranha a grande concentração de transportes públicos e respetivas infraestruturas e correspondências. Neste sentido e prevendo, na altura, a construção próxima da nova Ponte do Infante e a linha do Metro do Porto, emerge a necessidade de redesenhar e requalificar este setor da cidade através de diversas ações urbanísticas e arquitetónicas pontuais, em que algumas delas permaneceram apenas no papel pelo desprovimento de investimentos suficientes. Uma delas é a proposta para a parcela escolhida neste caso prático. Como forma de sintetizar os projetos propostos para esta área, apenas se ressaltam aqueles que de um modo mais imediato têm uma maior influência na realidade atual da zona, quer seja a nível de mobilidade e espaço coletivo, quer seja a nível do edificado e seu programa.

A nível do espaço público, além de repavimentação de muitos dos arruamentos, destaca-se o redesenho da praça da Batalha que facilita o tráfego local, incluindo a linha do elétrico. Numa relação mais imediata com a



i.29



i.30



i.31

⁷ LENDING, Mari; ZUMTHOR, Peter. *A Feeling of History*. Zurich: Scheidegger & Spiess, 2018

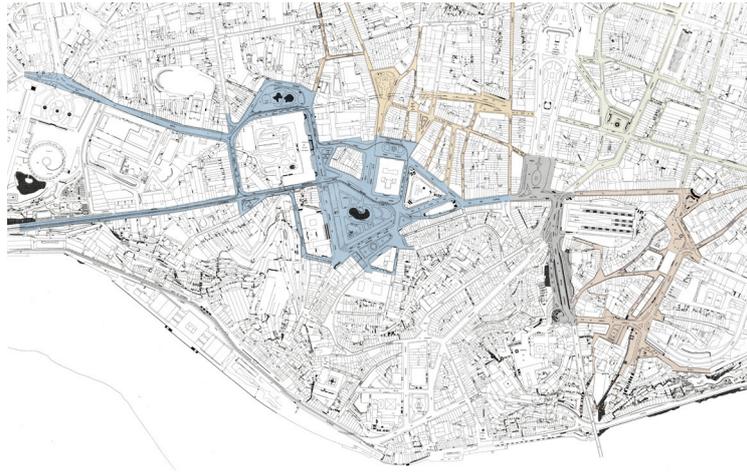
⁸ DIAS, Adalberto. in MENDES, Manuel. *Op.cit.*, p.190

i.27 - i.29 alguns dos equipamentos coletivos existentes na praça da Batalha

i.27 igreja de Santo Ildefonso

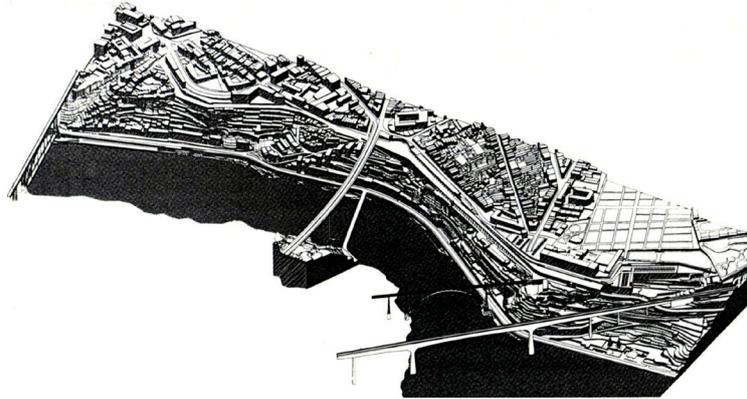
i.28 teatro Nacional de São João

i.29 cinema Batalha

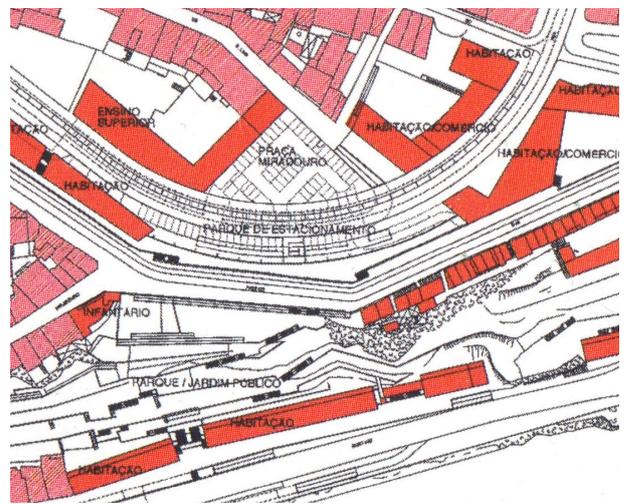


- leste A
- leste B
- oeste A
- oeste B
- zona central

i.32



i.33



- edifícios propostos
- edifícios existentes

i.34

frente Ribeirinha da cidade, destacam-se agora duas propostas que acabaram por não acontecer e que em muito, contribuiriam para a melhoria da circulação pedonal e do tráfego automóvel da zona. Exemplo disso é a ligação do passeio das Fontainhas com o largo Actor Dias, que outrora existira, e do túnel que ligaria a Estação Ferroviária de São Bento com a rua Alexandre Herculano, junto à amarração com a ponte do Infante. Esta última ligação em muito contribuiria para o alívio do tráfego rodoviário sentido no viaduto Duque de Loulé, desviando todo o intenso fluxo de tráfego proveniente do centro da cidade. A nível de transporte público é de realçar a reconstrução do Funicular dos Guindais que auxilia na intensificação da circulação pedonal na zona, através do encurtamento das distâncias entre a zona da ribeira e o cimo da encosta.

No entanto, é de realçar, num primeiro momento, que estes estudos para a consolidação da frente Ribeirinha e que incluem a zona do viaduto, já foram, anteriormente, trabalhados pelo arquiteto Adalberto Dias na sequência do concurso público de ideias, organizado em 1994, pela Câmara Municipal do Porto.

Desta feita e numa análise mais avultada à parcela onde se insere a proposta destaca-se, em ambas as propostas, a preocupação do arquiteto em urbanizar a zona envolvente ao viaduto. Há uma preocupação em propor edifícios em ambos os lados desta infraestrutura com vista a colmatar os vazios urbanos que lhe são adjacentes, mitigando o seu carácter imponente e evasivo. Edifícios que alternadamente vão delineando o viaduto, com destaque para os seus extremos que são os momentos mais sensíveis de integração da infraestrutura na malha da cidade. Já no interior da parcela, ambos os edifícios concentram-se em dois pontos opostos, como rematando as incompletudes do tecido urbano preexistente e entre eles, no seguimento do alinhamento da rua de São Luís surge uma praça miradouro que se abre para a paisagem através dum enquadramento anunciado também pelos edifícios a sul do viaduto. A praça tem um estacionamento subterrâneo com cerca de 150 lugares, colmatando, assim, um dos grandes problemas destes centros urbanos em que o espaço público surge sempre invadido por viaturas. Da relação do tecido urbano com o rio, é de destacar a fluidez do espaço público, que partindo na praça miradouro, se vai expandindo através de sucessivas plataformas a diferentes níveis. O alargamento do passeio a sul do viaduto, o prolongamento do passeio das Fontainhas e a criação do parque e jardim públicos que vão acompanhando a encosta dos Guindais, são tudo exemplos da atenção do arquiteto em requalificar o espaço público da cidade, usufruindo da sua relação aberta para com a paisagem. Relativamente ao programa proposto, além da habitação e comércio, denota-se já a preocupação em



i.35



i.36



i.37

i.32 áreas de intervenção das diferentes equipas em operação no Porto 2001

i.33 axonometria dos estudos para o plano de urbanização da "frente Ribeirinha entre as pontes Luiz I e S. João" da autoria do arquiteto Adalberto Dias, 1994

i.34 proposta para a zona "Leste A" da equipa coordenada pelo arquiteto Adalberto Dias (ampliação da zona da parcela)

i.35 | i.36 redesenho da praça da Batalha

i.37 destaque para o tratamento do espaço público e a sua relação com os transportes coletivos, praça da Batalha

⁹ *Ibid.*, p.200

propor instalações relacionadas ao ensino superior, como antevendo uma futura ampliação da Universidade Moderna, que atualmente passou a ser a Universidade Lusófona do Porto. Simultaneamente há uma atenção em criar serviços complementares de apoio à habitação como é o caso do jardim infantil e da residência de estudantes, em terrenos envolventes ao Viaduto Duque de Loulé/Largo Actor Dias.⁹

É seguro afirmar que é no âmbito de operações a larga escala como esta, que se conseguem atingir estratégias urbanas que não interpretam o território da cidade como pequenos fragmentos soltos, mas sim no seu todo e assim, reunir intenções programáticas que correspondem ao tempo de validade dos objetivos fixados pelas intervenções. Só com esta previsão do futuro, do que está além das necessidades locais, se consegue renovar um centro histórico que vive de sinais persistentes que não devem ser interpretados no sentido de algo a venerar, mas sim, como algo a que se deve uma visão renovada e atualizada. Como tal, não é possível cristalizá-la e por isso, surge a necessidade de evitar que a planificação e o plano de urbanização sejam um esforço estéril, mas sim, um compromisso público. **Trata-se de criar, não um movimento, mas sim acontecimentos que requalifiquem a vida e os comportamentos dos seus habitantes. Quer-se uma cidade que seja a casa comum feita para o cidadão.**

Tais condições, inerentes a um trabalho complexo de gestão urbana, tornam-se parte fundamental no processo de validação do realismo necessário das soluções ou simulações experimentais a sedimentar. Exemplo disso é o curso de "Estudos Avançados em Projeto de Arquitetura", realizado na Faculdade de Arquitetura do Porto, no ano letivo 2014/2015, que através de estudos multidisciplinares visou a procura de soluções para a frente urbana da cidade onde se inclui a parcela deste caso de estudo.

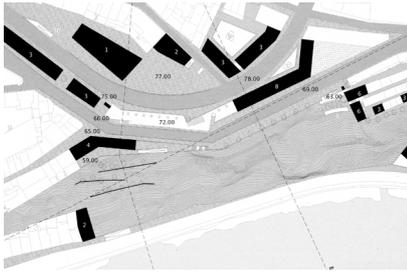
¹⁰ COSTA, Nuno Brandão; SERÔDIO, João Pedro. *Estudos avançados em Projeto de Arquitetura. Advanced Studies in Architectural Design 2014-2015*. 1ª edição. Porto: FAUP, 2015, p.8

¹¹ *Ibid.*, p.18

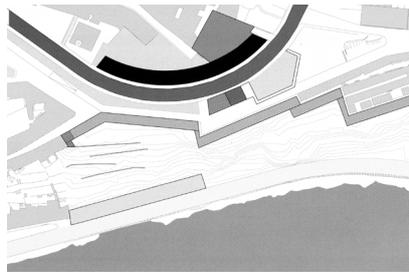
Este curso, acompanhado por vários docentes, visa encarar os desafios contemporâneos colocados pelas profundas transformações inerentes ao território urbano portuense. Dando ênfase a novas estratégias de intervenção nos tecidos urbanos e seus patrimónios edificados, o curso impõe novos olhares sobre o exercício do projeto e da arquitetura.¹⁰ O terreno localiza-se na mesma zona das Fontainhas onde se insere a proposta da presente investigação. Contudo, além da parcela escolhida, também inclui a frente Ribeirinha da escarpa dos Guindais. O programa consiste em vários edifícios de funções diversas, que incluem um pequeno centro cultural local, residência de estudantes, habitação e comércio.¹¹

Em primeiro lugar, é comum nas propostas desenvolvidas pelos 18 alunos o apelo a um olhar integrado entre a cota alta e baixa da cidade. Não se restringem apenas ao terreno adjacente ao viaduto, mas também a momentos pontuais que se desenvolvem ao longo da escarpa. Quer sejam empenas abandonadas de edifícios, quer seja a paisagem incerta protagonizada por construções devolutas, há trabalhos que intentam rematar essas preexistências através de construções, miradouros, passadiços, novos muros de suporte... Trata-se assim duma conjuntura projetual que envolve não só o tecido urbano consolidado, mas também o fragmentado. Por consequência e como termo de comparação, torna-se necessário esclarecer que o lugar concreto para a proposta desta investigação restringe-se apenas à parcela junto ao viaduto. Não obstante, tal decisão, como se verá posteriormente, não impede que haja uma relação intrínseca da proposta com a paisagem. Aliás com os seguintes trabalhos, tal como já se verificou com a operação "Porto 2001", acentua-se a inevitabilidade duma proposta naquele terreno se relacionar com a paisagem e servir de mediação entre a cota alta e baixa da cidade.

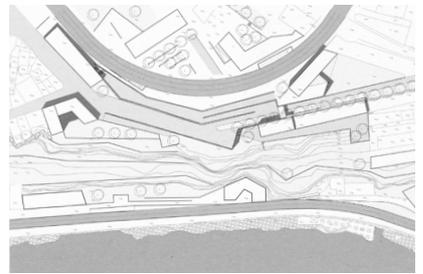
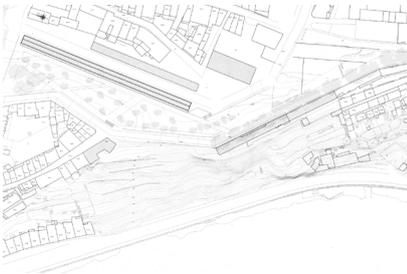
Assim, os trabalhos apresentados na seguinte página estão organizados segundo uma ordem que atenta ao terreno a norte do viaduto, de forma a compreender como se relacionam com o tecido da cidade em questões da organização dos núcleos edificados, da sua relação com arruamentos e ainda, da requalificação do espaço público e seu vínculo com o viaduto e, por conseguinte, com a paisagem.



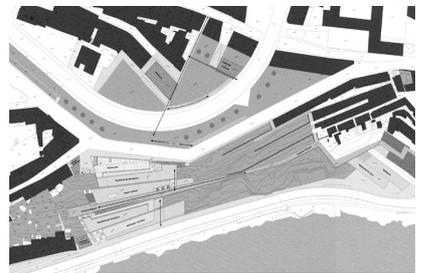
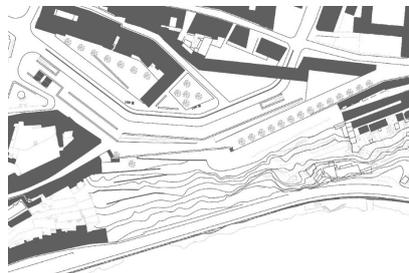
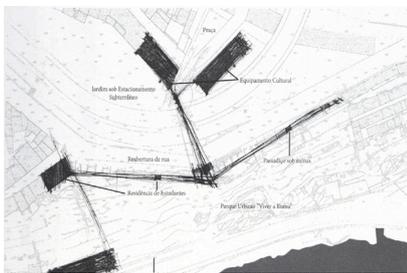
i.40



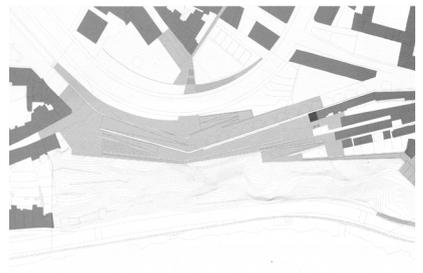
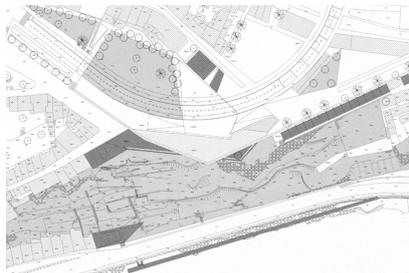
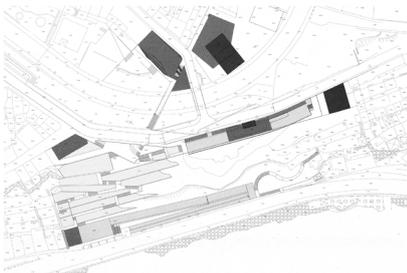
i.43



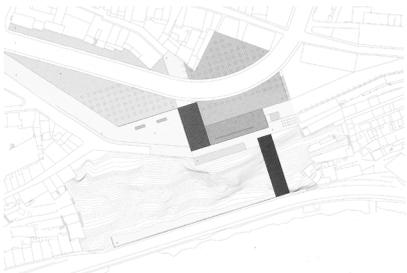
i.46



i.49



i.52



i.55

Atentando nos trabalhos, há propostas que optam pela concentração do edificado na cota alta da cidade, consolidando a frente urbana com um novo remate e relacionando-o com o viaduto e por conseguinte, com a paisagem, mediante diferentes espaços públicos, uns à cota dessa infraestrutura (i.38 | i.39) e outros prolongando-os por baixo (i.40). Menos ou mais fragmentadas, essas propostas relacionam-se diretamente não só com a morfologia do tecido preexistente, mas também com os alinhamentos da malha (i.38 - i.40).

Outras abordagens, através do redesenho do viaduto ou consentindo o seu desenho atual, optam pelo desenvolvimento de volumes que o definam. Num gesto único, há construções que vão acompanhando o viaduto libertando o espaço público para o interior do tecido urbano (i.41 - i.43).

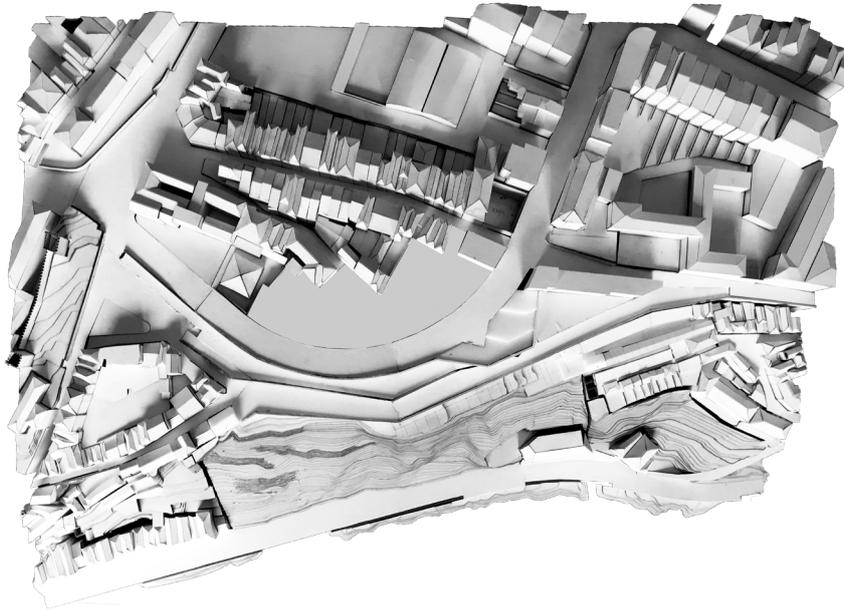
Enquanto que outras abordagens, através duma implantação fragmentada, optam por ambas as estratégias anteriores, com volumes que delineiam o viaduto e outros que se relacionam diretamente com o edificado. Mediante uma relação entre construções e espaço público, constrói-se uma nova frente urbana para a cidade (i.41 - i.47).

Surgem também projetos que, prolongando direções anunciadas pelo casario, edificam segundo esses alinhamentos, levando consigo esses traçados de forma a contaminarem o restante terreno que se desenvolve a sul do viaduto, quer seja à cota alta, quer seja por baixo do mesmo, onde se encontra, atualmente, o estacionamento municipal (i.48 - i.51).

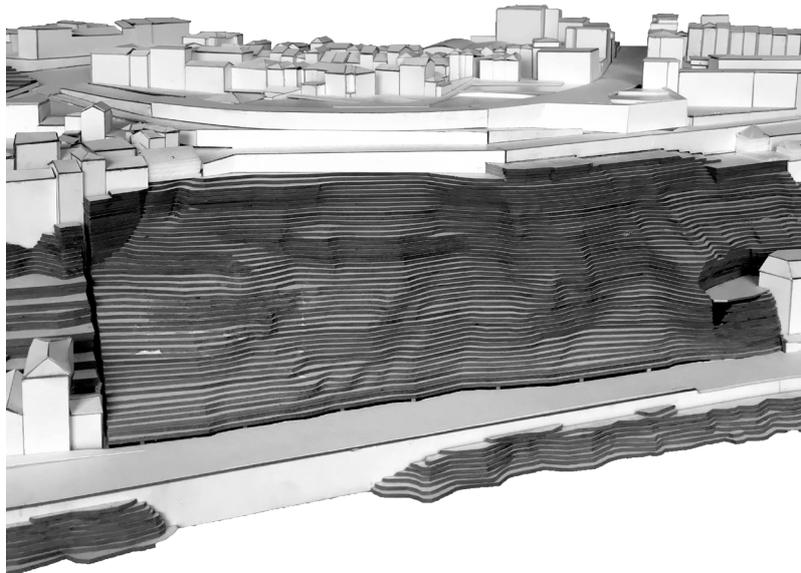
Dando ênfase ao espaço público como elemento reintegrador da parcela na malha da cidade, há, ainda, trabalhos que a libertam de qualquer construção, apostando num gesto que se aproxime da cota baixa da cidade (i.52 - i.55). Através de alinhamentos, induzidos pelas preexistências, estes edifícios implantam-se na escarpa de forma a gerar um novo contexto para a cidade.

Sob um olhar condensado do analisado anteriormente, enquanto certas propostas exploram a continuação da malha portuense em colaboração com o viaduto, nivelando o terreno a norte dessa via e com o intuito de o amarrar ao contexto urbano existente; outras propostas mantêm a elevação do viaduto e usufruem de espaço público que se prolonga por baixo do mesmo e se abre para a paisagem. Por sua vez, este usufruir da paisagem torna-se numa característica omnipresente nas estratégias projetuais de todos os trabalhos. Há um desconstruir de plataformas que, desde o viaduto, vão em decrescendo aproximando-se da escarpa dos Guindais por meio de sistemas de acessibilidade em rampa e escadas, fazendo prevalecer os

i.38 - i.55 trabalhos apresentados pelos 18 alunos para a parcela junto ao viaduto Duque de Loulé e a frente urbana da cidade



i.56



i.57

muros de suporte que tanto caracterizam a frente Ribeirinha da cidade, ocupando-os, em alguns casos, com programa conseguindo, assim, usufruir de coberturas praticáveis.

Assim, com estes trabalhos denotam-se diferentes interpretações de um mesmo contexto. Nota-se que as diferentes estratégias apresentadas pelos alunos reconhecem o trabalho complexo dum território maioritariamente inserido numa área de interesse urbanístico e arquitetónico, o que torna todo o processo num dever fundamental em estudar e compreender as diferentes dimensões da cidade. Um processo que, logicamente, resulta em diferentes maneiras de perspetivar melhores modos de viver o centro histórico portuense. Essas diferenças, por sua vez, revelam-se inerentes às continuidades e quebras do tecido urbano preexistente.

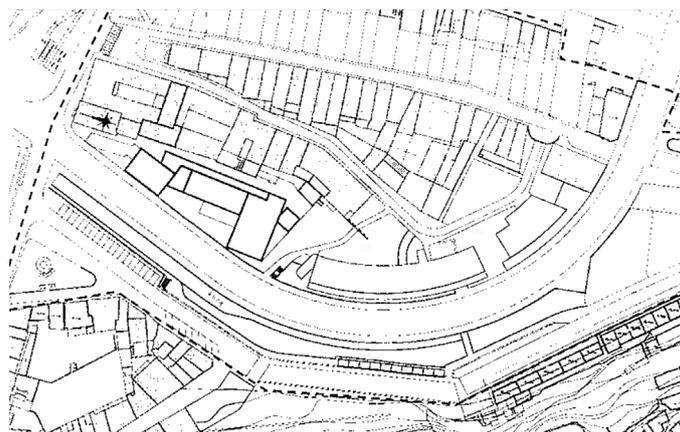
Por último, é a partir dum momento reflexivo e concludente perante as diferentes propostas aqui apresentadas que se notam algumas premissas essenciais à interpretação do terreno escolhido para esta dissertação. Trata-se duma parcela inserida num contexto em permanente relação com a cota do rio. Há uma relação intrínseca entre a frente urbana à cota alta e a baixa da cidade. **Estando o terreno exposto a essa frente Ribeirinha, é necessário prever qual é a sua estratégia perante o confronto com essa cota baixa da cidade e não se resguardar passivamente na resposta única ao tecido urbano à cota alta.**

No entanto, para uma maior consolidação do olhar informado que tanto a operação urbanística "Porto 2001" como este curso foram desenvolvendo, é necessário considerar outro fator notável para a caracterização do lugar deste caso de estudo.

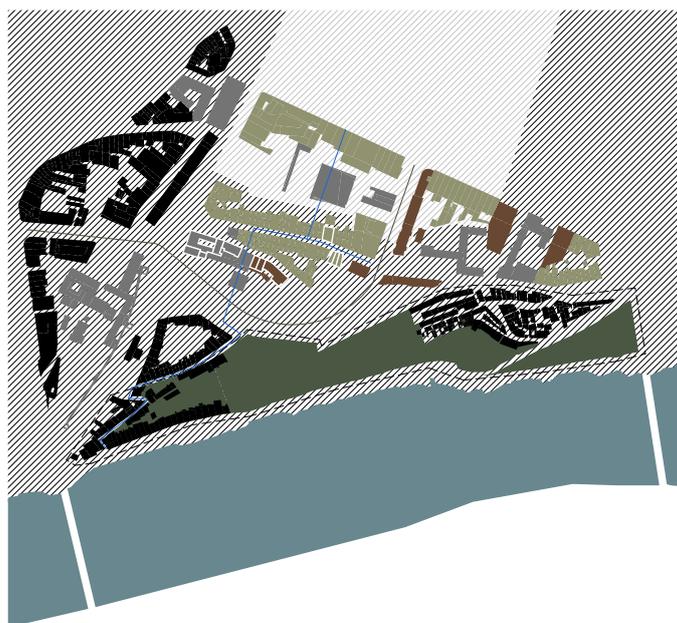
i.56 | i.57 maqueta do terreno adjacente à parcela (repare-se que na maqueta está representado o prolongamento do Passeio das Fontainhas com o objetivo de destacar a sua importância na consolidação da malha da cidade. Condição presente quer nas propostas apresentadas na operação "Porto 2001", quer nos trabalhos do curso EAPA)

i.56 destaque para as morfologias urbanas da cota alta e baixa da cidade

i.57 destaque para a relação da cota alta e baixa atual da cidade



i.58



i.59

categorias e sub categorias do solo urbano

- área histórica
- área de equipamento
- área verde de fruição coletiva

património arqueológico

- área de valor arqueológico
- área de potencial arqueológico

canais rodoviários

- eixo urbano estruturante

património arquitetónico

- imóveis de valor patrimonial, com destaque para os edifícios adjacentes à parcela

área de instabilidade de vertentes

- zona instável ou potencialmente instável

domínio hídrico

- domínio hídrico subterrâneo

unidades morfotipológicas

- área histórica
- área de expansão - apresenta características de quarteirão fechado ou semifechado, no qual os edifícios alinham face aos arruamentos, e as cérceas não ultrapassam a largura do espaço público confinante
- área de valor ambiental
- área de desenvolvimento linear- ocupação contínua das frentes de rua por edifícios que têm acesso direto ao espaço público em cujo interior se localizam os logradouros normalmente com construções

Neste sentido e tendo em conta a localização da parcela, é essencial haver uma compreensão atenta da gestão urbanística e arquitetónica que a Câmara Municipal do Porto faz do seu território. De acordo com o Plano Diretor Municipal - PDM - revisto pela Câmara em maio deste ano, há uma série de condicionantes e informações a que se deve estar atento.

Antes de começar a análise ao PDM, é de salientar que recuando a 2019, a Câmara do Porto aprova a elaboração dum plano de pormenor de estudos urbanísticos da parcela junto ao viaduto. O plano tem como intenção aumentar as instalações da Universidade Lusófona do Porto - ULP - a poente, assim como propor dois edifícios que colmassem o vazio urbano existente e que se encontra totalmente descaracterizado.¹² Descurando os edifícios propostos para a universidade, por se localizarem fora da parcela, é de salientar a vontade de desenhar uma frente urbana que integre o viaduto na cidade, libertando o interior da parcela. No entanto, salienta-se a passividade na articulação dos cheios e vazios que vêm do tecido urbano, não promovendo continuidades nem articulando o espaço público com o edificado. Neste caso, propõe-se uma ligação entre a rua de São Luís e a do Sol, contudo a mesma não estabelece relação com o edificado proposto nem o preexistente. Assim, esta inércia para com uma correta articulação da proposta com a malha urbana, acaba por ser uma visão contraditória do previsto no PDM, tal como a seguinte análise aos seus princípios urbanísticos o mostrará.

Num primeiro momento, percebe-se que o terreno, tal como se tem vindo a demonstrar, se localiza numa zona de significativa representatividade urbanística e arquitetónica. Como tal, o edificado histórico nas mediações do terreno assume grande importância na compreensão da identidade da cidade, tal é a sua posição aproximada de uma das saídas da muralha fernandina. Como consequência a zona dos Guindais/Fontainhas, assim como toda a zona histórica da cidade são consideradas áreas de valor arqueológico, onde outrora foram identificados vestígios relativos ao passado histórico da cidade.

Perceba-se que, por área histórica, se refere a tecidos urbanos consolidados e às reminiscências dos seus núcleos mais antigos, daí a importância da preservação e requalificação do edificado, bem como do seu espaço público. Atentando à parcela, quando aí existem novas construções, elas têm que estabelecer uma correta relação espacial com os edifícios confrontantes, nomeadamente, no respeito pela cêrcea e alinhamentos que contribuam para a valorização do espaço público e da imagem urbana onde se integram. O mesmo se exige em questões de volumetria, de enquadramento paisagístico e de área permeável.

¹² Pelouro do Urbanismo; Pelouro do Espaço Público e Património (2019). Proposta de deliberação. Elaboração do Plano de Pormenor da Rua General Sousa Dias (Duque de Loulé). Câmara Municipal do Porto, NUD: 9716/19/CMP, p.1

i.58 plano de pormenor municipal previsto para a parcela junto ao viaduto

i.59 planta informativa sobre os princípios urbanísticos que norteiam o Plano Diretor Municipal, revisto em maio de 2021

Relativamente aos quarteirões da zona central da cidade, que, neste caso e como já analisado, remetem principalmente para o século XVIII, XIX e inícios do século XX, os mesmos integram áreas com edifícios de valor patrimonial, caracterizadores de uma imagem da cidade que interessa preservar, pelo que as intervenções a efetuar devem ter como objetivo a sua ocupação por usos qualificadores e dinamizadores da vivência urbana. Neste caso, adjacente à parcela, existem edifícios a norte reconhecidos com interesse patrimonial (i.59), pelo que vai ter influências na maneira como a proposta se vai desenvolver pelo território. **Há uma atenção reforçada nas cérceas da proposta, assim como no espaço público que, como instrumento catalisador dos negativos urbanos, oferece o correto distanciamento das fachadas desses mesmos edifícios.**

Defende-se, igualmente, que a construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes, em gavetos, como é o caso da parcela escolhida, deverão ser privilegiadas soluções arquitetónicas adequadas ao conveniente remate urbano das respetivas frentes. Daí também a importância que o viaduto e por consequência, a frente Ribeirinha da cidade têm no desenvolver da proposta.

Há que destacar ainda um grau de risco elevado no movimento de rochas graníticas que abrangem a zona compreendida entre a ponte de S. João e a ponte da Arrábida com especial ênfase para a escarpa dos Guindais que se localiza na frente desta parcela, sendo uma das principais razões por ainda não se ter avançado com o prolongamento do passeio das Fontainhas. No entanto, tratando-se duma área verde da cidade do Porto e estando no Plano Diretor Municipal como uma zona de fruição pedonal, destaca-se, de novo, a importância da parcela à cota alta se relacionar com a cota baixa da cidade, de forma, a que no futuro, caso haja oportunidade do espaço público se prolongar pela escarpa até o rio, haver uma intenção projetual que promova esse movimento.

Em conclusão, uma das principais razões pela escolha deste terreno em pleno centro histórico é o estímulo que o mesmo causa no processo projetual. Todas estas condicionantes revistas, juntamente com os segredos labirínticos inerentes a um tecido urbano com história apelam à memória e expectativa de compreender a cidade aos olhos dos dias de hoje. Uma cidade cujo passado se vê desafiado pela atualidade e que por isso, o problema não se fica apenas no respeito pela história, mas sim no seu reajuste aos novos tempos. **Trata-se dum contexto urbano feito de sucessões, em que o espaço remete ao passado, simultaneamente, que o tempo exige a marca do presente. Só assim, será possível reajustar um centro histórico à atualidade.**

Reintegrar a cidade

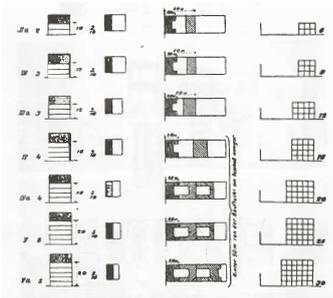
A cidade moderna

O novo contexto de avanços tecnológicos e científicos é o reflexo dum processo de industrialização que se vem densificando ao longo do século XIX e inícios do século XX e que culturalmente, se cristaliza numa ideia generalizada de progresso face às novas vantagens trazidas pela inovação técnica. Sem entrar em detalhes, um exemplo deste contexto cultural é a tradição racionalista associada ao método de projeto moderno e que tanto se revê na ideologia introduzida por René Descartes na primeira metade do século XVII e que tem no movimento moderno a circunstância ideal para ser aplicada ao mundo prático da arquitetura e outras vanguardas artísticas. Trata-se dum método racional de interpretação do real e que faz da história do passado uma tábua rasa, negando a sua autoridade no processo criativo.¹

¹ MONTANER, Josep Maria.
Op.cit., p.62

Esta linha de pensamento inerente à metodologia racionalista estará, mais tarde, incorporada na crítica ao movimento moderno, mas no contexto entre Guerras Mundiais, percebe-se que a mesma se torna inevitável para dar resposta aos problemas de então. Vejam-se os exemplos das *Siedlungen* que no início do século XX, através da atividade das então chamadas «Sociedades Imobiliárias de Interesse Público» criam-se grupos cooperativos de profissionais e trabalhadores que se reúnem numa tarefa comum em gerar construções de habitações para os mesmos. Cria-se, portanto, um contexto singular para a exploração de soluções habitacionais que se tornam no paradigma da construção mecanicista e ao mesmo tempo, tentam resolver os problemas da habitação moderna. As *Siedlungen*, na altura dos anos 20, representam o fixar do problema da residência num sistema urbano mais complexo, tornando-se num instrumento de mediação entre o problema de residência de Berlim, assim como de outras cidades europeias, e uma visão ideal do que é a cidade moderna.

Visto que uma análise mais aprofundada nos afastaria demasiado do assunto a explorar, faço agora uma breve comparação com o modelo social da *Garden-city*. Já nos finais do século XIX, Ebenezer Howard, num contexto caracterizado pela busca duma realidade urbana mais ecológica e vantajosa para o ser humano, propõe um modelo moderno de cidade social e comunitário. Sentido esse que está também preconizado nos casos alemães com as *Siedlungen*. Neste caso, Ebenezer Howard desenvolve esse sentido comunitário através do privilégio pela mobilidade pedonal em vez da desempenhada pelo automóvel, distribuindo-a através dum sistema circular que permita às avenidas residenciais estarem equitativamente perto umas das outras. O limite máximo do raio da circunferência que organiza a mobilidade da cidade é apenas de 1,2 quilómetros e em seu torno privilegia-se uma grande cinta verde e natural que qualifique a vida do cidadão e atenuo o crescente carácter industrial das cidades.



i.60



i.61



i.62



i.63

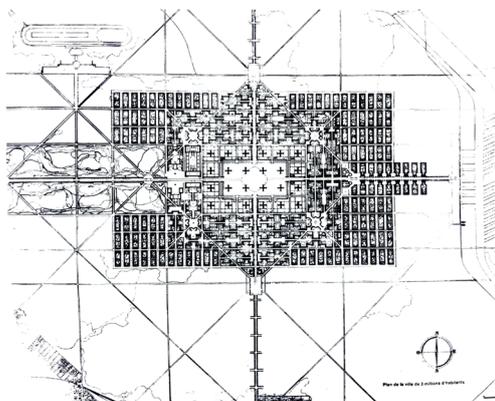


i.64

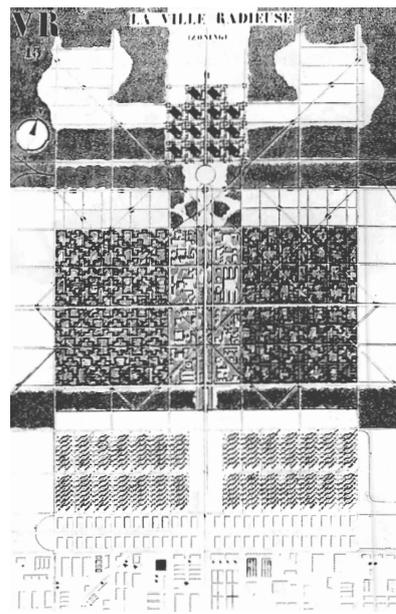


i.65

ciudades-satélites (Sede de Gobierno ou Centro de Estudos Sociais)



i.66



i.67

- estação e aeroporto
- cidade de negócios
- hotéis e embaixadas
- residência
- fábricas e armazéns gerais
- indústria pesada

Tanto a *Garden-City* como as primeiras *Siedlungen* alemãs são dois modelos urbanos modernos que mantêm uma relação inclusiva da arquitetura com a paisagem e que acabam por ter um papel prenunciador na construção da realidade atual.

*“Poder-se-ia fazer uma história paralela entre estas teorias (referentes às teorias comunitárias oitocentistas inerentes ao modelo Garden-city) e os bairros realizados nos últimos sessenta anos. (...) como nos casos alemães (Siedlungen) (...) as traduções são claríssimas; recordam-nos muitos dos nossos bairros em que parecia querer-se repropor comunidades não urbanas, apartadas, quase resguardadas da cidade, dobradas sobre si mesmas e sobre a vizinhança...”*²

Já nos primeiros modelos urbanos elaborados por Le Corbusier, aliando a objetividade mecanicista a uma prática funcionalista, nota-se, em contrapartida, uma menor atenção para com as circunstâncias ecológicas, focando-se numa metodologia que busca a utilidade, outra das características do movimento moderno e que recai na premissa de que a forma segue a função. Exemplo disso é o método de análise urbana “*zoning*” que se torna num instrumento imprescindível na partição da complexidade da cidade em estruturas formais e funcionais simples numa tentativa de desenhar novos planeamentos que solucionem essa heterogeneidade urbana. Como exemplo, veja-se o caso da *Villa Radieuse* de Le Corbusier, apresentado em 1930, cujo repartimento da cidade apela a um grande organismo em que as partes organizadas entre si trabalhariam como um todo segundo as maiores necessidades do ser humano. Este plano acabaria por ser uma extensão do plano anterior *Villa Contemporaine*, apresentado em 1922, num diorama no pavilhão *L'Esprit Nouveau*, que personifica a era dos transportes projetada sobre um terreno ideal plano e sem acidentes. Esta visão, por sua vez, em muito se assemelha ainda com as preocupações atuais quando se pensa na mobilidade das cidades. A dificuldade em resolver a dualidade automóvel/peão.

Em todo o caso, a procura por uma nova visão da realidade, influenciada por novos contextos e ideologias que foram surgindo desde a década de 30 dum progressivo afastamento da tradição racionalista e da era da máquina, desencadeia a eclosão de pensamentos existencialistas cada vez mais próximos ao ser humano. Veja-se que o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM - de 1947, ocorrido em Bridgwater, Inglaterra, decorre da necessidade de reajustar os seus objetivos, ínsitos ao período entre Guerras Mundiais. Neste momento, há uma consolidação do movimento estruturalista, que em arquitetura, tem muita influência para o surgimento

² ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p.121

i.60 esquemas das categorias de edificação previstas no regulamento municipal de Berlim de 1925

i.61 | i.62 *Hufeisenseidlung* em Britz, Berlim de Bruno Taut e Martin Wagner, 1925-1930

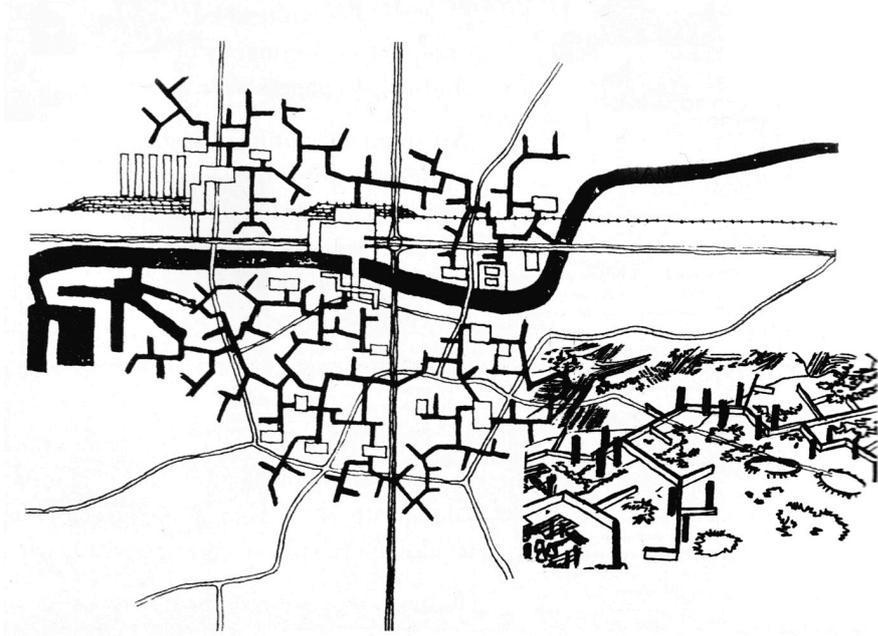
i.63 "cidade-jardim" - modelo urbano de densidade média; trabalhos, escolas, parques, jardins a uma curta distância a pé

i.64 | i.65 casas rurais de Letchworth, cidade britânica que marca oficialmente o surgimento da cidade-jardim

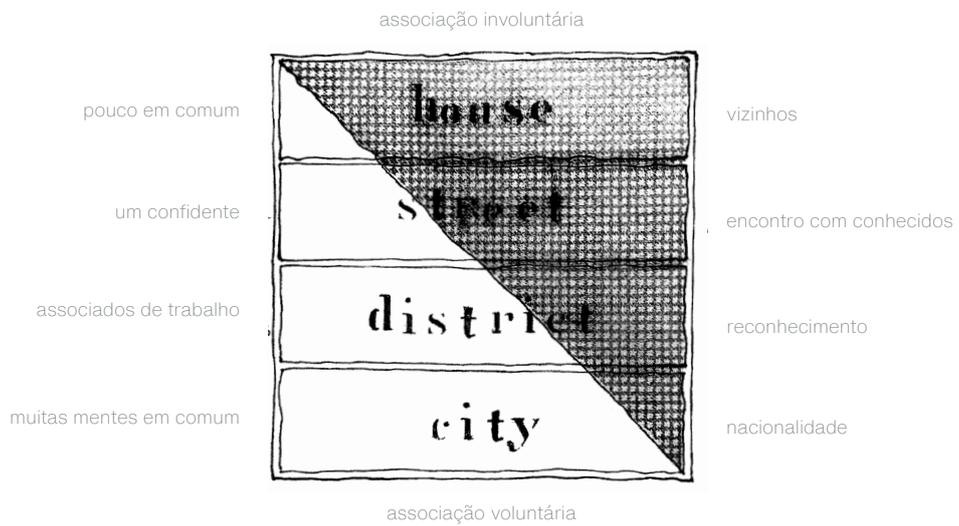
i.66 | i.67 modelos urbanos modernos de Le Corbusier

i.66 *Villa Contemporaine*, 1922

i.67 *Villa Radieuse*, 1930



i.68



i.69

de novos métodos de análise do real. Sendo um paradigma teórico, o estruturalismo, por meio de modos de estruturação do espaço, interpreta os fenômenos da vida através das suas inter-relações, de forma a alcançar uma visão mais aproximada à realidade do ser humano. Surge, neste sentido, o trabalho desenvolvido pelos Smithson. Neste caso, o casal de arquitetos formula, pela primeira vez, em 1954, um modelo urbano definido por estruturas urbanas: os *clusters*. Uma teoria que se preocupa em buscar uma nova identidade social ínsita a uma sociedade cada vez mais móvel e que, conseqüentemente, estabelece o habitar como paradigma da vida nas cidades, aproximando-se da escala do cidadão.

*“Habitar é o paradigma da vida urbana e o sistema articulado da casa, da rua, do bairro e da cidade é uma conceptualização da forma urbana que abandona a divisão quadripartida da cidade tal como concebida na Carta Ateniense e coloca o indivíduo no centro da organização do espaço de vida.”*³

Através desta relação entre os vários domínios que estruturam uma cidade e mediante um sistema de correspondências entre eles, geram-se as energias necessárias para se perceber a vida urbana. Neste caso, a casa, por exemplo, define-se pelas relações geradas dentro de cada família que, ao se disseminarem para a esfera pública, conformam a identidade da rua. Esta, por sua vez, caracteriza-se por atividades comuns essenciais ao quotidiano de várias famílias que, a uma escala maior, determinam a identidade de comunidades mais complexas – os bairros – e assim em diante... Ou seja, diferentes níveis hierárquicos de associação vão gerando diferentes níveis de comunidade que têm, em última instância, a formação de cidades.

*“Bairros em associação geram a necessidade por uma escala mais rica de atividades que, por sua vez, voltam a dar identidade ao último e derradeiro sentido de comunidade – a cidade.”*⁴

Neste ponto, pode-se afirmar, a passos largos, que duma prática arquitetónica racional, se dá lugar a distintas interpretações da vida urbana que se aproximam das necessidades existenciais do ser humano como uma realidade eminentemente criadora. Surge, assim, o trabalho de Aldo Rossi. Para o arquiteto italiano, a arquitetura urbana reivindica uma permanência histórica através de formas duráveis que vão construindo, ao longo do tempo, a identidade da cidade, utilizando como instrumento operativo uma análise tipológica e morfológica aos seus edifícios.

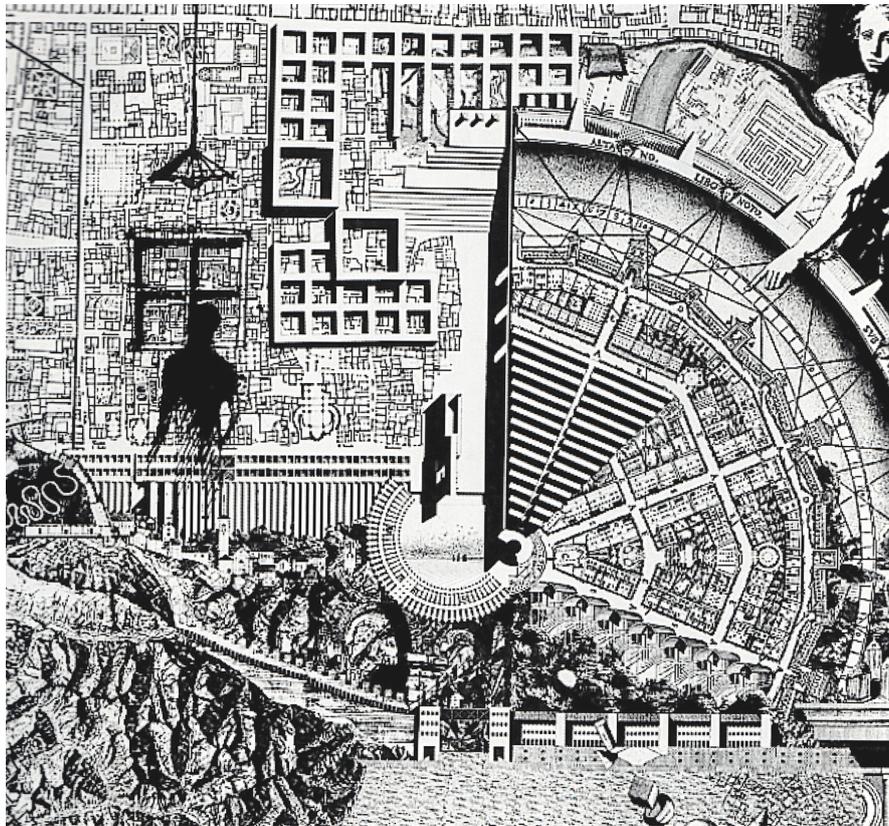
No caso do modelo urbano de Aldo Rossi, o mesmo interpreta a cidade como um fenómeno de extrema complexidade afastando-se da passividade ínsita a modelos funcionalistas.

³ SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Diferencias*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2003, p.48

⁴ SMITHSON, Alison and Peter. *Urban Structuring: studies of Alison & Peter Smithson*. London: Studio Vista, 1967, p.24

i.68 um modelo de cidade multinível onde a hierarquia de associação é tecida num contínuo modulado que representa a verdadeira complexidade das associações humanas. Cidade "Golden-Lane" como protótipo desse modelo urbano e que não chegou a ser construído

i.69 elementos urbanos que conferem identidade a uma cidade



i.70

*“A teoria do funcionalismo ingénuo é, todavia, extremamente cómoda para as classificações elementares (...) pode-se, pois, propor mantê-la numa certa ordem, como mero facto instrumental, sem pretender, no entanto, obter desta mesma ordem a explicação dos factos mais complexos.”*⁵

⁵ ROSSI, Aldo. *Op.cit.*, p.56

Além do mais, o grande destaque dos modelos modernos para com a esfera privada residencial diverge das interpretações dos equipamentos públicos anunciadas pelo arquiteto. Ou seja, para Aldo Rossi há um conjunto de elementos primários que têm um papel catalisador na dinâmica da cidade, pela sua insistência num lugar e pelas suas individualidades, que, por sua vez, são o reflexo da relação singular, no entanto universal, que existe entre cada contexto particular e as construções que aí se localizam - *locus*. Um conceito que anuncia a relação local da arquitetura e as especificidades que um determinado lugar apresenta na fixação duma obra nesse mesmo contexto, tornando-se, assim, o principal indicador das diversidades que se sucedem numa cidade. Baseado nestas considerações, consegue-se uma aproximação à estrutura mais profunda duma cidade: das suas permanências e transformações, da sua história e memória coletiva.

Posto isto e mediante um olhar retrospectivo ao movimento moderno, é de destacar algumas premissas que antevêm a interpretação dum modelo urbano atual. Quer nos modelos iniciais influídos pela era da máquina, quer nos modelos emergentes na 2ª metade do século XX antevêm-se premissas igualmente denunciadoras da realidade atual: no caso do paradigma Corbusiano, destaca-se o reconhecimento da crescente problemática entre as mobilidades pedonal e automóvel; nos modelos alemães das *Siedlungen*, evidencia-se a o carácter residencial comunitário e ecológico; nas estruturas urbanas dos Smithson, salienta-se o reconhecimento das inter-relações que conformam a identidade urbana, colocando a existência do ser humano no centro da organização do seu espaço; e por último, no caso do modelo urbano de Aldo Rossi, distingue-se a atenção para com o carácter público da arquitetura urbana, apelando à sua identidade estimulada pela memória coletiva.

Pode-se reter, portanto, que, continuamente, estas análises se vão aproximando fielmente às dinâmicas que tanto caracterizam o território atual. No caso do Aldo Rossi e dos Smithson, pela sua aproximação ao tempo presente, as semelhanças clarificam-se. Remetendo ao descrito e, analogicamente focando no caso prático, **estando ele inserido em pleno contexto histórico, é mediante a interpretação da memória do lugar e das relações de correspondências que lá influem, que se pode atingir uma atitude mais sensível para com a escala do habitante atual.**

i.70 *Citta Analogica*, desenho de Aldo Rossi, 1976. O arquiteto acredita que os tipos são uma constante e que são encontrados em todas as áreas da arquitetura. Através desta cultura arquitetónica, atinge-se a historicidade e memória coletiva inerentes à identidade duma cidade

Entre modelos urbanos

Por reação à velocidade das construções e à fragmentação que o território urbano vai sofrendo, assiste-se ao paradoxo em que a parte da cidade que mais dificuldade tem em se desenvolver e se adaptar à nova condição urbana é a cidade histórica e patrimonializada. A mesma ganha um “*estatuto de artefacto cultural hipersensível*”⁶ e como consequência, não são poucos os sintomas que revelam esse desajuste temporário. A fuga e o desaparecimento da população residente; a crise de muitas atividades comerciais locais e outras funções inerentes; o congestionamento, muitas vezes devido à dificuldade em haver um equilíbrio entre o transporte individual e o coletivo, e entre o espaço natural e o espaço artificial; a centrifugação de algumas das funções urbanas para locais mais distantes do centro da cidade junto a artérias de mobilidade rodoviária mais acessíveis etc., são algumas das denúncias.

Tal como apelam os Smithson, a identidade das ruas está em permanente relação com a residência do habitante. No centro histórico portuense, essa relação mútua torna-se evidente pelo carácter comunitário dos seus arruamentos, enfatizado pelo seu carácter labiríntico e pela aproximação das frentes urbanas. Enredada num cenário singular, a arquitetura da cidade perpetua um longo período de história através quer da habitação burguesa dos séculos XVI-XIX, quer por edifícios monumento que vão animando o espaço público com serviços para a comunidade. Tomando como referência a relação mútua entre cidadão-habitante e edifício-memória, rejeita-se assim, uma atitude passiva para com a história e tomando-a como instrumento de trabalho operativo para o desenho urbano da cidade.

Aqueles edifícios de habitação mais antigos da cidade, erguidos em lotes de frente estreita e grande profundidade, concordantes e aderentes à modelação do terreno, são um facto urbano e arquitetónico que facilmente se interioriza. Ver a fixação do edificado à faixa pública através duma malha irregular, funcionando como um suporte regular dos elementos da estrutura urbana, impede a liberdade do fragmento singular num contexto que se quer que o facto urbano predomine sobre o facto arquitetónico único. Lote a lote, rua a rua nota-se uma imagem coerente na cidade.⁷

De forma a iniciar a busca por uma estratégia de implantação, inicialmente surge a necessidade de analisar a malha da cidade de forma a compreender as morfologias dos espaços coletivos e lotes envolventes ao terreno. Tendo já anunciado algumas características que caracterizam o edificado histórico e a malha da cidade, surge agora a necessidade de se olhar para os vazios coletivos da cidade. Por vazios coletivos refiro-me aos espaços de estar e alargamentos de passeios que servem de união na malha urbana. Se se interpretar num sentido mais extenso, além dos espaços maiores como praças, pracetas, largos

⁶ PORTO 2001 S.A. Capital Europeia da Cultura. Departamento de Renovação Urbana. *Op. cit.*, p.54

⁷ FERNANDES, Francisco Barata. *Op. cit.*, p.82



i.71

- | | |
|---|--|
|  faixa pública e espaços residuais (interiores de quarteirão...) |  edificado intra-muralha |
|  espaços complementares (alargamentos de via, espaços ajardinados...) |  edificado exterior à muralha |
|  espaços principais (praças, avenidas, terreiros, miradouros, largos...) | |

e avenidas, pretende-se também destacar aqueles espaços indefinidos que acabam por estar expostos à livre interpretação de cada um de nós. Espaços que pelo confronto de diferentes imagens, dão ao cidadão a capacidade de os entender livremente. Os Smithson denominavam-lhes de “espaços entre”.

⁸ Smithson, Alison and Peter. *The Space Between*. Cologne: Verlag der Buchhandlung Walther König, 2017, p.260

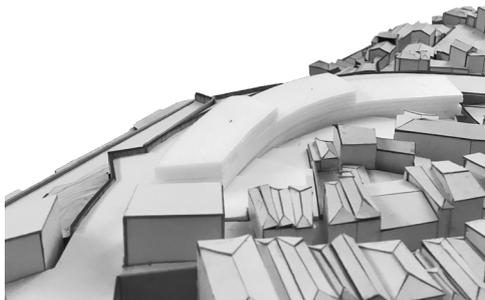
“... um “espaço entre” também está presente num sentido mais imaginativo como um “espaço que é deixado aberto para interpretação”. Este espaço é frequentemente o resultado do confronto de tipos de ideias e conceitos aparentemente diferentes (...) e, portanto, despertam a curiosidade.”⁸

A partir do momento que se começa a focar esses vazios urbanos, nota-se, portanto, uma irregularidade generalizada das suas formas – construídas e não construídas - e que à medida que se afastam do rio e o território vai estabilizando, elas tornam-se mais uniformes. Mediante o seu desenho e escala, propõe-se, na planta, uma separação entre os espaços coletivos. Enquanto uns se destacam pelo seu planeamento integrado e assumem um carácter, maioritariamente, de estar e um papel importante no alívio duma malha urbana compacta; há outros, que de menor tamanho, se destacam pelo seu carácter mediador, na medida em que servem de nó de ligação entre o traçado da faixa pública e as morfologias do edificado. Estes espaços que, involuntariamente, se vão sedimentando ao longo da malha, destacam-se por uma maior irregularidade das suas formas, já que se tornam em espaços que, pelo contexto onde se inserem, têm como papel principal ligar e separar elementos urbanos aparentemente distintos.

Tornam-se claros também os vazios dos interiores dos quarteirões, neste caso, maioritariamente, pátios, que denunciam os lotes profundos e de frente estreita que definem o edificado portuense. Contudo, se se focar no perímetro desses mesmos quarteirões, percebe-se que não há grandes sobressaltos entre construções. Há um perímetro bastante regular denunciador da fixação do construído ao espaço público.

É interiorizando esta identidade da cidade e a sua relação entre edificado/forma física e espaço público/forma aparente, que a implantação se foi definindo. Uma identidade que se revela pelo compromisso do edificado em priorizar o carácter urbano e público da cidade em detrimento do privado. No entanto, até há definição da implantação, vários modelos urbanos começam a ser estudados, representando todos eles diferentes hipóteses. Como resultado e de forma a descrever a minha linha de pensamento, enumero por ordem cronológica os vários modelos urbanos que foram sendo desenvolvidos. Note-se que são diferentes abordagens de carácter experimental e informativo, e não definitivas.

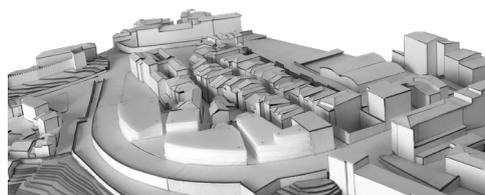
i.71 morfologias dos espaços públicos que organizam a malha do centro do Porto, adjacente à parcela



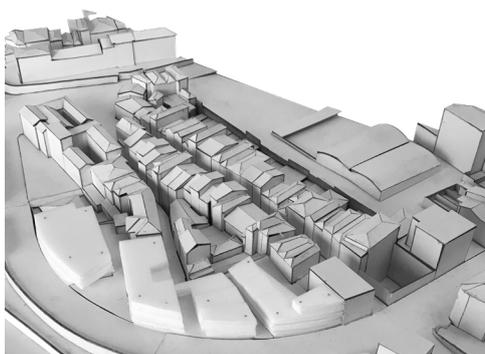
i.72



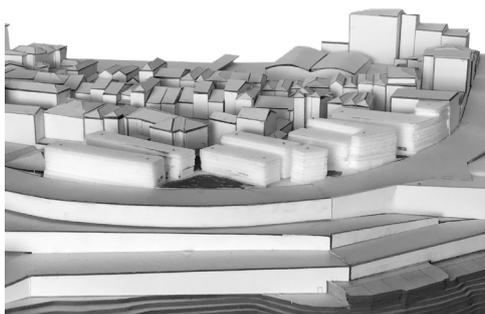
i.73



i.74



i.75



i.76

Numa primeira abordagem (i.72), a proposta desenvolve-se segundo um único edifício que vai acompanhando a direção do viaduto, adaptando-se à altimetria do terreno de forma escalonada. A estratégia faz frente urbana ao viaduto que, neste momento, se encontra desligado de qualquer relação com a cidade e abre-se para o interior do quarteirão através de espaço comum, de estar, que resolveria os alinhamentos preexistentes. A dimensão do edifício assume um momento de exceção na malha urbana, destoando-se do restante tecido e contribuindo, assim, para a criação dum novo lugar na cidade.

Num segundo momento (i.73), a proposta divide-se em dois edifícios: um de remate mais a norte e outro mais a sul. Ambos os edifícios assumem um carácter de edifício-quarteirão, em que se fecham para um pátio interno, criando entre eles um espaço de estar, como dum largo/miradouro se tratasse (não representado em maqueta). Os edifícios adaptam-se às direções e alinhamentos sugeridos pela malha preexistente.

Na terceira proposta (i.74) introduz-se uma abordagem que, ao longo do tempo, se foi consolidando: o de se distribuir pela parcela vários edifícios. Os mesmos vão-se ajustando às direções denunciadas pelo casario adjacente ao terreno, relacionando-se com o viaduto através de diferentes vazios. A proposta começa a desmultiplicar-se em várias direções de forma a se aproximar à irregularidade da malha portuense. Contudo, as massas do edificado apresentam ainda uma escala impositiva para a cidade destacando-se da mesma pelo seu sobredimensionamento.

Neste momento (i.75), à medida que se foi explorando vários modelos urbanos, começa a ser evidente a necessidade dum maior número de vazios que aliviem o interior da parcela e evitem o isolamento da rua interior - a rua de São Luís. A proposta mantém a sua dispersão ao longo da parcela, de forma a facilitar a manutenção da escala do proposto com o preexistente. Os edifícios dispõem-se de forma quase perpendicular ao viaduto, com exceção do edifício a sudoeste que altera a sua orientação de forma a resolver esse espaço mais contido da parcela. Nota-se ainda alguma rigidez na adaptação da proposta ao declive do viaduto.

No último modelo (i.76), os volumes vão-se adaptando ao declive do viaduto, ganhando novos pisos de forma escalonada. O espaço público ajusta-se ao preexistente (i.85, 86), principalmente em relação com os edifícios de valor patrimonial destacados na análise anterior ao Plano Diretor Municipal (i.59). Mantêm-se os abertos entre edifícios, acentuando a comunicação do interior do tecido urbano com a paisagem e há ainda, o alargamento do passeio do viaduto em determinados pontos, de forma a atenuar a escala da infraestrutura no confronto com o quarteirão.

i.72 - i.76 diferentes abordagens de intervenção urbana realizadas ao longo do processo projetual

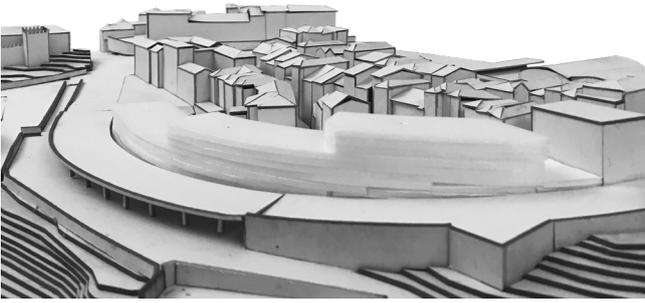
(páginas opostas)

i.77 | i.78 1ª abordagem - edifício único

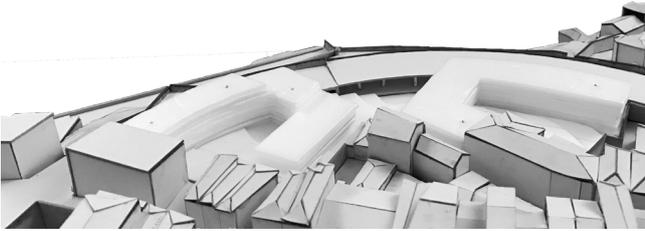
i.79 | i.80 2ª abordagem - edifícios-quarteirão

i.81 - i.84 3, 4 e 5ª abordagens - progressiva fragmentação da proposta em volumes distintos. Distinção que confere uma maior liberdade aos edifícios de se adaptarem às diferentes circunstâncias proporcionadas pelo edificado e arruamentos adjacentes à parcela

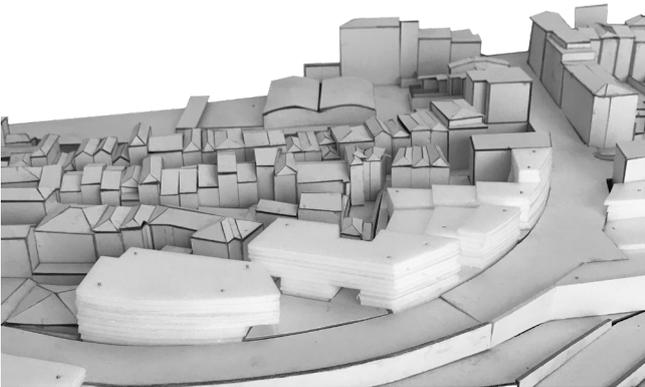
i.85 | i.86 pormenores dos interstícios urbanos criados no espaço público de forma a interligar a proposta com o tecido preexistente



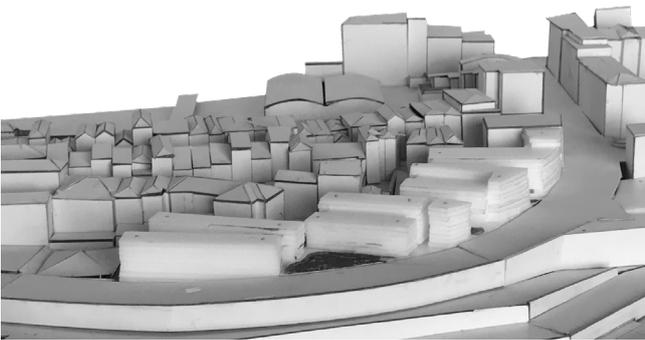
i.77



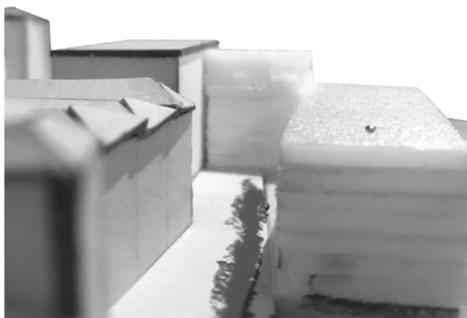
i.79



i.81

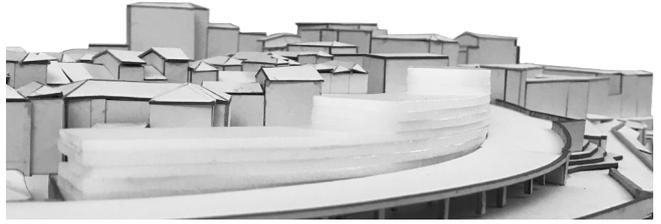


i.83

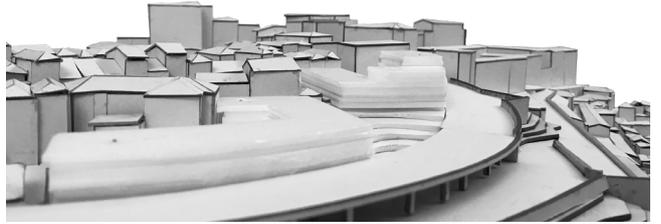


i.85

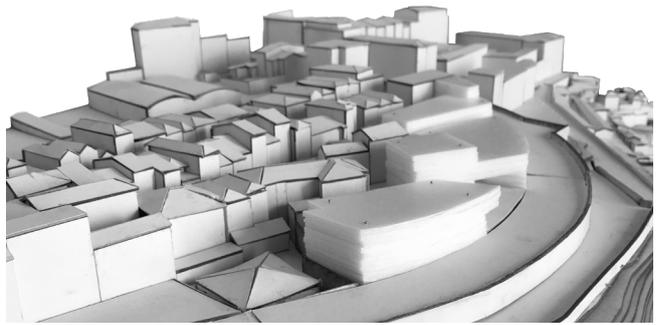
i.78



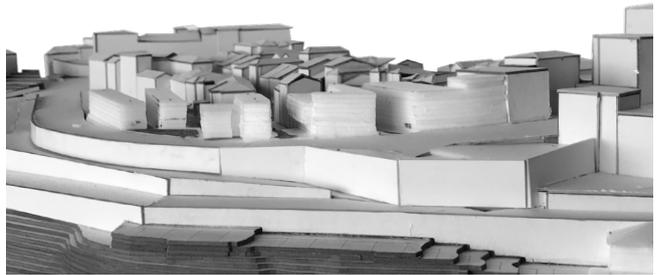
i.80



i.82



i.84

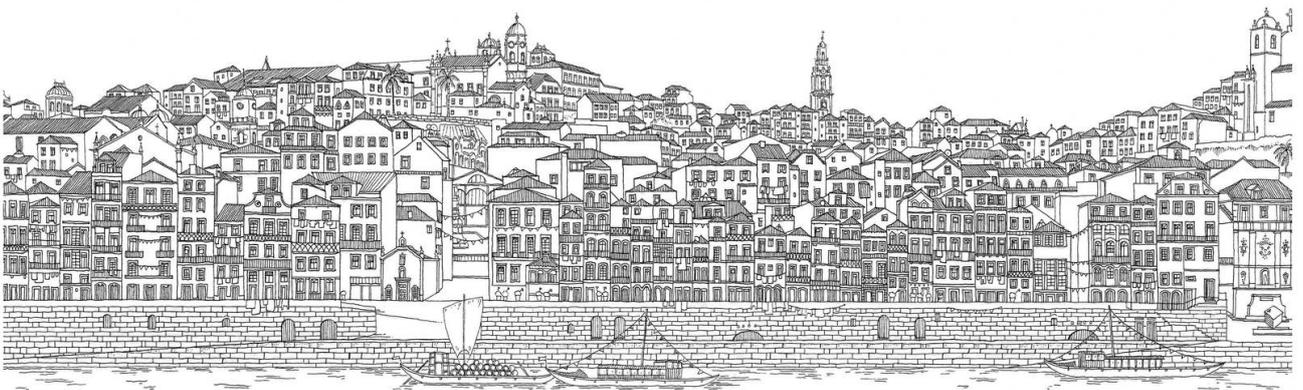


i.86





i.87



i.88

Após as várias hipóteses apresentadas, é importante notar que, à medida que os modelos urbanos se foram desenvolvendo, a rua de São Luís torna-se numa rua exclusivamente pedonal, terminando com a circulação automóvel. A gerar esse alargamento do espaço público, ao nível subterrâneo, propõe-se estacionamento, destacando-se o papel ativo do viaduto na solução proposta. Embora esteja atualmente desligado da trama da cidade, a proposta abraça a sua figuração inerente ao carácter temporal e evolutivo urbano. A proposta, desde início, se cinge a transformar o mínimo possível da configuração atual do lugar.

Nos modelos urbanos elaborados há uma escolha pela progressiva aproximação da proposta à escala do preexistente, enquanto que na abordagem inicial, também válida, o lugar - *locus* - é entendido como um sítio onde se acomoda um novo acontecimento. Ao ser uma exceção na malha e não interpretando o casario preexistente como carácter diferenciador na forma da proposta, o edifício foca-se na criação de um novo lugar que propicia uma circunstância diferenciadora para o contexto de cidade.

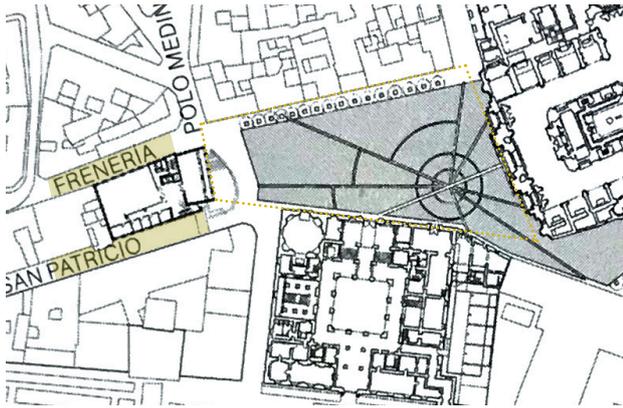
No entanto, a estratégia formal proposta, mediada pela absorção de informações da morfologia do lugar e pela atenção ao encontro do edificado com o espaço público, pende para a escolha de caminhos com maior probabilidade de êxito ao interpretar as circunstâncias da realidade preexistente como material operante na definição da forma dos espaços. Não tomando o contexto anteposto pela malha da cidade como um sucesso consumado, o edificado ajusta-se ao seu gesto urbano para, posteriormente, se moldar aos novos espaços comuns para o cidadão. Os sucessivos lotes irregulares com construções que se vão conformando às suas dimensões estreitas e profundas afirmam-se como a figuração autónoma da morfologia do centro portuense e de igual modo, a implantação proposta oferece uma frente urbana mediada por vários edifícios, como se de vários lotes se tratassem. Pretende-se buscar essa identidade da cidade, em que o edificado, à medida que se ajusta ao espaço público, sugere várias frentes urbanas, tal como acontece quando se imagina a frente Ribeirinha da cidade.

Inseridas em contexto urbano já consolidado, como termo de comparação, propõe-se, agora, uma breve análise a duas propostas distintas: uma de Rafael Moneo e outra do atelier Christ & Gantenbein. Note-se que ambas as propostas se referem a um único edifício, logo, as semelhanças focam-se apenas nos princípios orientadores preconizados por estas soluções na resposta ao desafio em ajustar novos edificados a tecidos já consolidados.

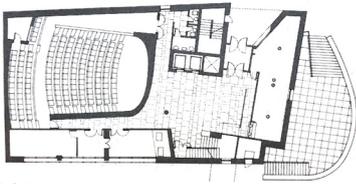
No caso de Rafael Moneo destaca-se a ampliação da Câmara Municipal de Murcia, realizada entre 1991 e 1998 e no do atelier Christ & Gantenbein,

i. 87 proposta de implantação

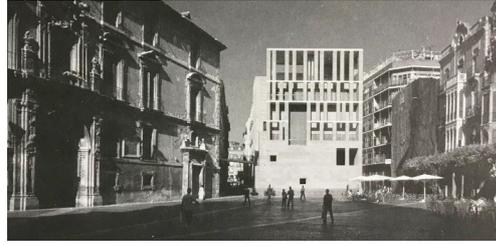
i. 88 desenho da frente Ribeirinha



i.89



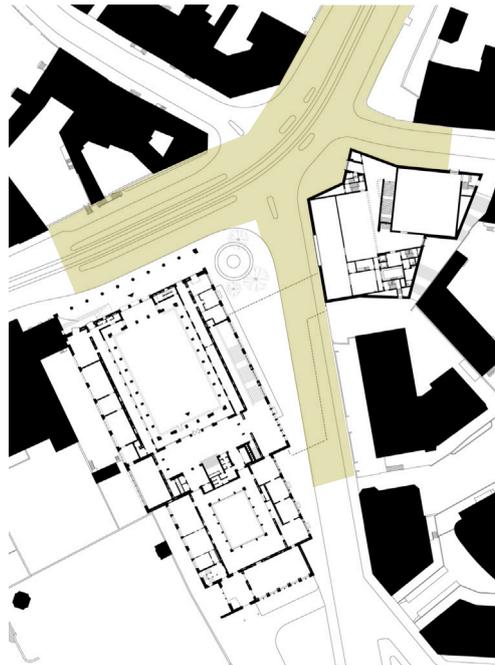
i.90



i.91



i.92



i.93



i.94



i.95

destaca-se a extensão do museu de arte de Basileia, realizada em 2016. Relativamente à obra do arquiteto italiano, a mesma localiza-se na praça Cardenal Belluga junto a edifícios históricos da cidade de Murcia, como é o caso da Catedral e do Palácio Episcopal.

A malha urbana que os envolve é bastante compacta e os lotes revelam-se bastante irregulares e orgânicos no desenho do centro histórico. O contexto preexistente torna-se imprescindível para a sua compreensão. Assim, uma vez reconhecida a importância dos alinhamentos, o edifício ganha as direções anunciadas pela malha preexistente e no momento de confronto com a praça, a fachada sofre uma torção, de forma a dar seguimento aos alinhamentos que lhe são exigidos pelos restantes edifícios históricos da praça. Estabelecida uma ordem de dimensões que não provocasse um abalo na praça, a arquitetura do edifício conforma-se à malha urbana, ao mesmo tempo, que a reinterpreta com um olhar renovado, contemporâneo ao tempo da proposta.

“Como alternativa, o projecto na Plaza del Cardenal Belluga deveria procurar reconhecer o singular - a especificidade desse ambiente urbano - a fim de poder integrar-se nele com a sua própria voz, aceitando o papel que o novo edifício da Câmara Municipal foi oferecido nesse cenário complexo e atractivo.”⁹

Já quando se observa para a estratégia formal da extensão do museu de arte do atelier Christ & Gantenbein, nota-se também, que o desenho da morfologia urbana do edifício se preocupa em se adaptar ao preexistente, buscando os traçados das avenidas adjacentes à proposta. O edifício, no desenho do gaveto do lote, assume duas direções distintas, ajudando a definir o cruzamento da avenida, como se pode ver pela fotografia (i.95).

“Cada projecto de edifício coloca a questão de que tipo e forma a cidade, que cresce e muda com cada nova adição, deve aderir também. (...) Os edifícios não são autónomos mas ligados entre si, por semelhanças e o carimbo de um contexto urbano.”¹⁰

É pela busca das formas da cidade e suas tipologias, que o edifício proposto se estabelece. Tal como o museu, a sua expansão também se torna num edifício monumento, conseguindo destilar a historicidade para o presente e permitindo que o tempo e a memória coletiva da cidade tomem forma.

Por último, numa relação mais aproximada com a escala do caso prático, sugere-se uma análise à proposta, não realizada, do arquiteto Álvaro Siza para a Avenida da Ponte. Considerando as morfologias urbanas da proposta, nota-se a questão de refazer o tecido urbano que outrora já foi construído, fazendo prevalecer o desenho anunciado pela malha preexistente, através da

⁹ MONEO, Rafael. *Apuntes sobre 21 obras*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010, p.439

¹⁰ CHRIST, Emanuel; GANTENBEIN, Christoph. *Typology : Paris, Delhi, São Paulo, Athens / Emanuel Christ, Christoph Gantenbein*. Zurich: ETH Zürich, 2015, p.2

i.89 - i.92 extensão da Câmara Municipal de Múrcia, Rafael Moneo, 1991-1998

i.89 planta do rés-do-chão da Câmara (à esquerda) e da Catedral e Palácio Episcopal

i.90 planta do 1º piso

i.91 fotografia da Câmara desde a praça Cardenal Belluga (destaque para o alinhamento da sua fachada para com a praça)

i.92 fotografia da Catedral desde a fachada da Câmara

i.93 - i.95 extensão do museu de arte de Basileia, Christ & Gantenbein, 2016

i.93 planta do rés-do-chão (à direita)

i.94 maquete (à esquerda)

i.95 fotografia da ampliação do museu no alinhamento da avenida *St. Alban-Graben 1w*. Destaque para a o alinhamento sugerido pelo edifício que deixa antever a direção que a avenida tem no tecido urbano



i. 96



i. 97

valorização de alinhamentos e a criação de novos acontecimentos integrados. Ou seja, o quarterão é redesenhado segundo estímulos preconizados pelo tecido urbano adjacente.

Focando-se apenas na parcela a poente, o arquiteto propôs vários edifícios e todos eles se moldam a diferentes problemas levantados pelo espaço comum da cidade, quer sejam na definição de arruamentos preexistentes; na criação de espaços de estar em momentos de confronto de escalas; na abertura de saídas/vazios entre a proposta que evitam o isolamento do quarteirão interior; e ainda, na valorização do arranque de ruas, como é o caso da rua Mouzinho da Silveira, com um edifício triangular que complementa os restantes gavetos existentes.

Confrontando o referido nos trabalhos anteriormente destacados com o presente caso prático, há uma linha conducente comum a todos e que se materializa numa **estratégia urbana condicionada pelo preexistente que, por sua vez, se torna o principal instrumento operativo na definição da morfologia dos espaços urbanos propostos. Trata-se de desenhar os vazios entre edifícios, como o espaço que separa e liga o edificado. Embora sejam formas não visíveis, a sua relação com o construído é inevitável, constituindo o seu negativo. A qualificar os seus usos, os rés-do-chão pontuam diferentes lugares, através duma proposta de programa que tenciona fixar novas funções que sejam referenciadoras para a realidade local. Dentro da turbulência que um centro histórico regista, pretende-se desatacar intenções programáticas que sejam uma mais-valia social para a vida urbana de todos.**

Como consequência, de forma a se obter um olhar mais informado das necessidades locais, surgem as opiniões partilhadas por alguns residentes que se tornam fundamentais no processo de compreender a identidade do lugar onde se vai intervir e quais são as suas perspetivas para o futuro da sua zona de residência. Note-se que as perguntas foram realizadas numa fase principiante do trabalho e que além do seu teor informativo, apelam também à autenticidade das suas opiniões críticas, ajudando a perceber quais as principais qualidades que atribuem à sua zona de residência e as que se obliteraram com o decorrer do tempo.

i.96 implantação da proposta de Álvaro Siza para a Avenida da Ponte, 2000

01. estação São Bento do Porto
02. praça *Almeida Garrett*
03. avenida da Ponte
04. avenida Vímara Peres de acesso à ponte Luiz I
05. galilé da Sé
06. terreiro da Sé
07. rua Chã
08. rua Mouzinho da Silveira

i.97 maqueta de implantação de Álvaro Siza para a Avenida da Ponte, 2000

(página seguinte)

intervenientes na entrevista

- A. Proprietário de uma oficina de reparação automóvel na Rua de São Luís
- B. Morador da Rua do Sol
- C. Familiar de morador da Rua do Sol
- D. Funcionária da lavandaria social da Rua do Sol
- E. Moradora da Rua de São Luís

Gosta de morar nesta zona? Há quanto tempo habita aqui?

A. Gosto sim e vivo aqui há 52 anos. Gosto desta zona, porque a vizinhança é amiga.

B. Já gostei mais, a zona está abandonada. A vizinhança é recente e não conheço a maior parte das pessoas. Vivo aqui há 82 anos e os meus pais e avós também aqui viveram.

C. O meu irmão vive aqui há 40 anos e a vida já foi melhor, pois tudo era mais movimentado. Falta intervenção nesta zona. Há ruínas que não fazem sentido e impedem a passagem há demasiado tempo por negligência da câmara. Há carros que vêm por aqui e nem têm saída, voltam para trás.

E. Sou de Braga e sempre gostei muito do Porto. Vivia com o meu marido na Madalena em Gaia e há 4 anos mudei-me para aqui. Vivo agora nesta casa que nem é bem uma casa, é uma garagem adaptada com um quarto, uma sala e uma cozinha pequena.

Acha que deveria existir um melhor aproveitamento do terreno junto ao viaduto? O que existia nesta zona antigamente?

B. Junto ao viaduto era uma escola. Já na ponta do lote havia o convento das meninas desamparadas, que se prolongava até ao largo Actor Dias e este até ao passeio das Fontainhas. A igreja da esquina é a Capela dos Alfaiates, conhecida pelos casamentos entre alfaiates e costureiras. As varandas enchiam-se de colgaduras em forma de festejo. Havia uma ilha no terreno da igreja abaixo da cota da rua, onde moravam um pintor e um carvoeiro. Na rua do Sol havia uma fábrica de farinha de pau e armazéns de tecedura. Havia mais movimento.

C. Quando era pequeno a quinta e a escola já tinham sido destruídas e vinha para este terreno brincar com os meus amigos e irmão. Havia uma palmeira centenária, onde fazíamos sardinhas, que deitaram abaixo. Na rua de São Luís havia muito movimento. Muitas camionetas de carga e descargas; serviços e lojas de cartonagem; destilarias e casas de vinho; uma loja que ainda existe, a “Casa Crocodilo”, de solas e cabedais; uma casa de serração; uma drogaria; a casa “Soteca” de ares condicionados e frigoríficos; uma loja de tintas chamada “Cilaque” e mais uns quantos armazéns. Havia muito movimento.

E. A Câmara já devia ter arranjado isto. Estas paredes soltas já deviam ter sido deitadas a baixo. Enfim...

Há quanto tempo permanece este terreno livre? O que deveria ser proposto?

A. O terreno permanece livre desde que para aqui vim, há pelo menos 52 anos. Acho que podiam fazer aqui um jardim bonito para aproveitar a paisagem maravilhosa deste terreno privilegiado.

B. Não tenho ideia, mas já há bastante tempo. É um bom terreno com grande potencial. Podiam construir alguns edificios ou algo que traga, de novo, vida a esta zona.

C. Na minha opinião, deitava abaixo as ruínas que aqui permanecem; aumentava o parque de estacionamento debaixo do viaduto e fazia um jardim. Se isto fosse Lisboa, já estava feito. É uma entrada na cidade do Porto e permanece assim há anos. É uma vergonha!

D. Acho que devia haver um jardinzinho. E aumentar o estacionamento porque não há sítio para estacionar o carro.

E. Fazer um jardinzinho, por favor, para apreciar esta paisagem e luz. Nada de mamarrachos que me tapem a vista. A gente não precisa disso. Dar um sentido à rua.

Qual é a sua opinião sobre o turismo? Quais considera as vantagens e desvantagens associadas a esta prática?

A. Acho que sim, é preciso. Eles trazem bastante dinheiro com eles.

B. Acho que sim, pelo dinheiro, mas há algumas desvantagens porque o comércio local desaparece. Esta zona é muito apetecível para turistas, já que há uma passagem direta para a Ribeira pelo funicular dos Guindais. É frequente ouvir-se falar outras línguas. Outro problema é que os turistas gostam de conhecimento rápido e superficial e isso não traz vantagens para nós, moradores antigos do Porto. Por exemplo, eles vão à Ribeira fazem excursões de barco até ao Peso da Régua e voltam no mesmo dia em camionetas da mesma empresa sem visitar o local. É mau. Não visitam o local como deve ser.

D. O turismo afasta a gente. Já viu a quantidade de alojamentos novos para arrendar nesta zona? Só na rua do Sol há 3 edifícios *aparthotel* ou alojamento local, mais uns quantos edifícios com habitações renovadas e que estão para alugar. À medida que as pessoas vão morrendo, os edifícios são comprados por empresas privadas que os restauram para alugar. *Duplexes*, há de tudo. Este rés-do-chão em obras vai ser mais um edifício restaurado para alugar de habitações. Vai ter piscina e ginásio, deve ser outro alojamento turístico. Os moradores que agora existem são poucos. Na rua de São Luís há outro alojamento local. Os moradores antigos vão para bairros que estão à pinha - cerco, por exemplo - e depois surgem problemas de segregação.

E. Acho que fazem muito mal à alma da cidade, afastam moradores locais. Muitas pessoas que conheço tiveram que sair, porque viram as suas casas serem apropriadas pelo turismo. Afastam o comércio local, tudo!

Se tivesse que escolher uma razão pela qual gosta de viver nesta zona, qual seria?

A. Gosto bastante de morar nesta zona. Há serviços perto: hospitais e farmácias. É uma zona bem localizada, no centro da cidade, e tenho muitas pessoas vizinhas que conheço.

B. Agora não gosto, nem desgosto. Antes brincava na rua de bicicleta, reunia-me com pessoas ao parapeito a ouvir a minha avó contar histórias, agora sinto-me sozinho. Faço a minha vida, compro o jornal e vou para o café.

C. Antes era tudo uma correria, um movimento desgraçado. Brincávamos muito na rua. Agora isto está abandonado. É necessário haver intervenções para reabilitar a zona.

D. A vizinhança é muito prestável e simpática. Na Ribeira, onde antes trabalhava, também o eram. Cada vez são menos as pessoas e a zona está abandonada pela cidade. Várias pessoas passam por aqui a pedir ajuda ou comida.

E. Gosto muito da minha cozinha que tem boa luz. É o que mais gosto numa casa, por acaso. A luz natural e a cozinha. Também consigo andar pelas ruas com tranquilidade, o que é bom, e existe um sentido de comunidade.

Programa como processo aberto

Apelando a uma proposta que reflita diferentes modos de viver o espaço doméstico e explorando o confronto entre funções que se complementam, apelam-se a formas de vida comunitária alternativas ao modelo familiar. Neste sentido e procurando um contexto habitacional que seja coerente e inclusivo com as necessidades locais e que melhor responda, a longo prazo, à revitalização procurada para o centro histórico do Porto, diferentes intenções programáticas são propostas.

¹¹ FERNANDES, Francisco Barata.
Op.cit., p.316

Na busca pela compreensão das funções abrigadas pelo fragmento urbano que caracteriza a zona da Batalha/Guindais, mapeiam-se algumas funcionalidades dos edifícios na envolvente do terreno, assim como se recuperam intenções programáticas já preconizadas pela operação "Porto 2001" e que atualmente, ainda fazem sentido.

Definida como uma máquina de ocupação heterogénea oleada por diferentes forças demográficas, a cidade reflete-se como um sistema complexo de relações e inter-relações, de produção e consumo, autorregulando-se, cada vez mais, pelo progresso da mobilidade social e alteração tecnológica dos dias de hoje. Assim, esta identificação do programa ajuda também a perceber a rede de diferentes energias e domínios que definem a cidade, esclarecendo o que lhe faz falta e o que poderia existir em maior quantidade, tendo em conta um contexto atualizado com as necessidades sociais do lugar.

Numa primeira análise e numa abordagem exclusivamente crítica e não operativa, destacam-se os edifícios de habitação temporária (i.98), quer sejam unidades hoteleiras ou de alojamento local, de forma a denunciar a sociedade globalizada em que se vive e o quanto este setor já se estabelece taxativamente no centro da cidade. Não descurando o grande desafio introduzido pelo setor turístico no possível desenvolvimento sustentável do centro histórico, propor tal programa exigiria desenvolver premissas novas que divergiriam do tema do presente trabalho. Atualmente, a recuperação dos valores paisagísticos e do património construído ganha valor estratégico na política municipal, contudo nos últimos tempos, é o setor turístico que se ocupa, em grande parte, dessa tarefa revitalizadora do edificado.

*"... a construção da cidade urbana tem-se feito mais com base na recuperação do que na nova construção. Parte desta, a mais cara, tende a enfatizar com programas de luxo, excesso de áreas e situações de privacidade privilegiada, aquilo que lhe falta em urbanidade tradicional."*¹¹

É no seguimento deste olhar crítico e denunciado pelo arquiteto Francisco Barata Fernandes que muitas questões pejorativas inerentes ao setor turístico



i.98

escarpa da frente Ribeirinha

■ escarpa dos Guindais e Fontainhas

■ hortas comunitárias (a "Bananeira")

edifícios de hospedagem

■ hospedagem tradicional, como hotéis, residenciais e outros empreendimentos turísticos

■ alguns dos edifícios alocados para alojamento local

equipamentos coletivos

■ edifícios prestadores de serviços à população local

infraestruturas de transportes colectivos

○ TR - Terminal Rodoviário da Batalha

○ EF - Estação Ferroviária São Bento

ferrovia ligeira (metro do Porto) | ultraligeira (elétrico)

— — — — — linha existente e linha proposta

01. centro de Saúde da Batalha-Vacinas e a USF Rainha D. Amélia; APIBAB

02. Universidade Lusófona do Porto (instalações ao longo da rua de São Luís)

03. capela do Postigo do Sol

04. capela dos Alfaiates

05. lavandaria do CSSCP

06. instalações do estacionamento municipal localizado por baixo do viaduto Duque de Loulé

07. instalações municipais pertencentes à empresa municipal "Porto Ambiente", responsável pela limpeza do espaço público

08. atualmente edifício em devoluto (antiga esquadra de trânsito)

09. rede de unidades dedicada a arrendar espaços de *cowork* a outras empresas (antigo edifício do Governo Civil do Porto) - "Regus"

10. pavilhões da equipa de basquetebol S.C. Vasco da Gama

11. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge - com o Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira

12. junta de freguesia da Sé

13. instalações (hospital, cantina social, igreja, museu) da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade

14. teatro Nacional São João

15. cinema Batalha

16. igreja de Santo Ildefonso

17. coliseu do Porto

18. teatro municipal do Porto - Rivoli

19. teatro Sá da Bandeira

20. igreja do Santo António dos Congregados

21. estação Ferroviária de São Bento

22. mercado de São Sebastião

23. estrutura residencial para idosos do CSSCP

24. Sé do Porto

25. arqueossítio da Rua D. Hugo (núcleo museológico do Porto)

26. museu-tesouro da Sé

27. casa-museu Guerra Junqueiro (centro cultural)

28. Paço Episcopal do Porto (residência do bispo do Porto e sede da cúria diocesana)

29. biblioteca do Seminário Maior do Porto

30. capela Nossa Senhora das Verdades

31. SAD do CSSCP (antigo "Recolhimento Ferro" - albergue de prostitutas e mulheres abandonadas)

32. edifício "Ateliers da Lada" (equipamento municipal para acolhimento de jovens artistas)

33. convento das Clarissas do Porto; sede da instituição e **Centro de Dia do CSSCP**

34. igreja de Santa Clara

35. comando metropolitano da PSP do Porto

36. centro de saúde da Batalha (destinado a vacinação); associação de proteção à infância Bispo D. António Barroso (antigo centro de Vacinação Internacional do Porto Batalha/ Guindais)

37. comunidade inserção da Casa da Rua "D. Lopo de Almeida" (equipamento social da Santa Casa da Misericórdia do Porto que presta apoio social à população sem-abrigo)

38. escola Básica 1º CEB do Sol - "Escolas Primárias da Sé" (1º, 2º, 3º e 4º anos - dos 6 aos 9 anos)

39. capela ortodoxa de São José e as antigas Oficinas de São José (instituição católica que acolhia jovens desfavorecidos)

40. atualmente edifício em devoluto (antigo asilo da mendicidade, convertido posteriormente em asilo para idosos)

41. antigo "Abrigo dos Pequenininos" (instituição municipal para acolher crianças carenciadas das ilhas de S. Vitor | futura reserva museológica do acervo municipal da C.M.Porto)

42. escola Básica do 1ºCEB/JI da Alegria

43. colégio da Nossa Senhora da Esperança - equipamento pertencente à Santa Casa da Misericórdia do Porto (em cima); instalações da Santa Casa da Misericórdia do Porto (em baixo)

44. faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto com novas instalações a nascente

45. biblioteca pública municipal do Porto com novas instalações a nascente

46. igreja Lusitana, paróquia do Redentor

acrónimos

USF - Unidade de Saúde Familiar
 APIBAB - Associação de Proteção à Infância Bispo António Barroso
 CSSCP - Centro Social da Sé-Catedral do Porto
 SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

i.98 identificação programática dos equipamentos coletivos do tecido adjacente à parcela (destaque para algumas intenções programáticas pela sua maior relação com a proposta)



i.99



i.100

¹² *Ibid.*, p.317

¹³ MENDES, Manuel. *Op.cit.*, p.225

têm sido denunciadas, pois o mesmo deixa de ser uma atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego em Portugal, para ser uma estratégia que se rege unicamente pela procura por uma determinada imagem urbana que seja prestigiante no atual panorama europeu da salvaguarda do património.

*“A estratégia inicial de manter as populações nas áreas e nas casas onde viviam tem sido alterada no sentido de se lançarem algumas das casas recuperadas no mercado imobiliário. As características do terciário local alteraram-se também. Surgem restaurantes mais pretensiosos e caros, alguns de luxo; abrem clubes noturnos, lojas de artesanato turístico. Fecham-se mercearias, drogarias, tabernas, desaparecem sapateiros e demais ofícios..”*¹²

Estas questões por sua vez, acabam por se manifestar também na opinião de alguns dos moradores e trabalhadores da rua do Sol e da rua de São Luís que quando questionados sobre o movimento que existe atualmente nessas ruas, ressaltavam, com desânimo, a perda progressiva de vizinhança local e o aumento progressivo de imóveis "estranhos" ao lugar. Trata-se de uma realidade, cada vez mais corrente, que reflete a complexidade e fragilidade inerentes aos tecidos urbanos dos centros históricos pela sua contínua mutação e conflito de funções na busca por uma imagem atualizada com os tempos vigentes, *“... mas também de um jogo complexo de dinâmicas movimentadas e induzidas por factores diversificados (...), cujas estratégias, projectos e relações contribuem de forma significativa para estas dinâmicas, engendrando especificidades locais que importa sempre analisar.”*¹³

Por este motivo, através duma análise dos equipamentos coletivos, destacados a branco e preto (i.100), pretende-se obter uma maior compreensão das práticas e atividades que contextualizam a proposta. Além dos equipamentos mais sabidos como igrejas, instalações com serviços de saúde e segurança pública, há programas que estão em destaque por influenciarem, direta ou indiretamente, a realidade do contexto social atual junto ao terreno e por terem uma maior probabilidade de gerarem novos fluxos sociais necessários ao seu desenvolvimento vindouro. Entre eles, destacam-se os equipamentos que prestam serviços educacionais e culturais pelo seu fator de atração de população mais jovem e de apoio a novas famílias que venham a residir no Porto; e ainda, os equipamentos de apoio social, já que esta zona da cidade se apresenta como uma área de relativa pobreza devido, em grande parte, ao seu carácter industrial e de concentração operária perpetuado pela evolução da cidade no tempo.

Há, por isso, uma especial atenção para com os equipamentos de apoio social, como os dirigidos pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, pelo Centro

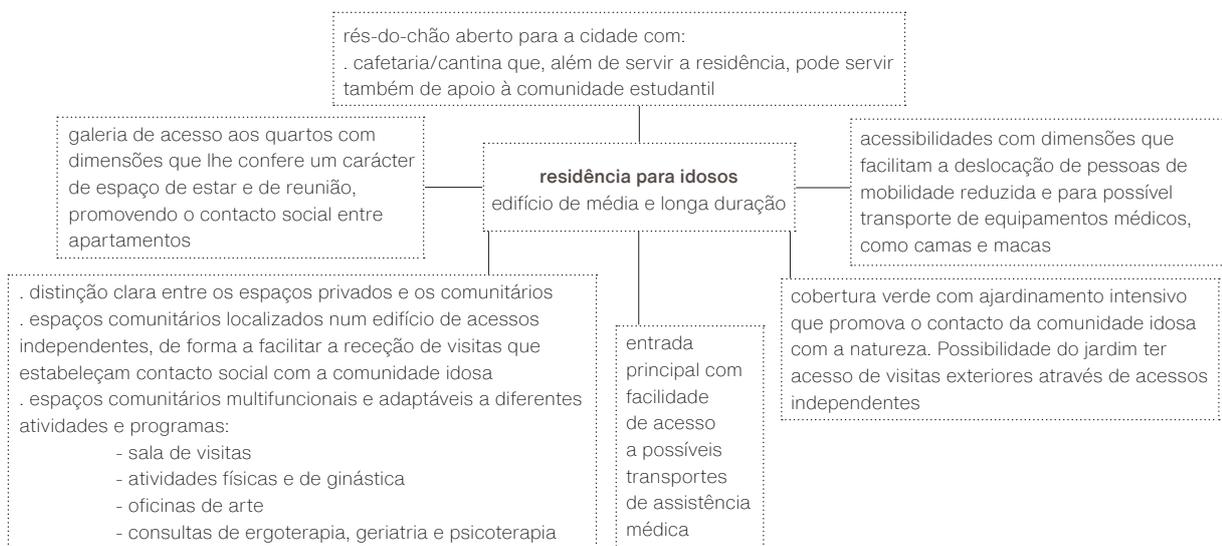
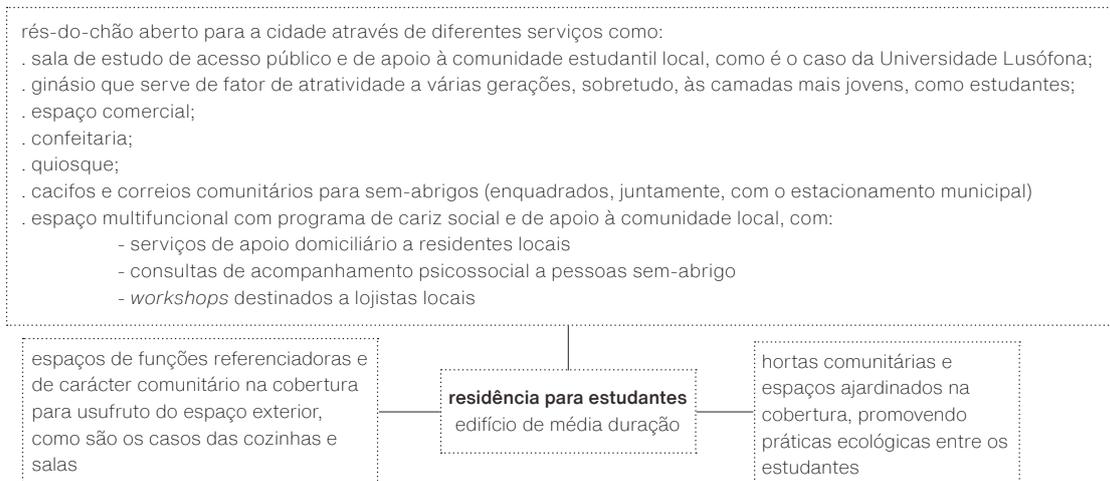
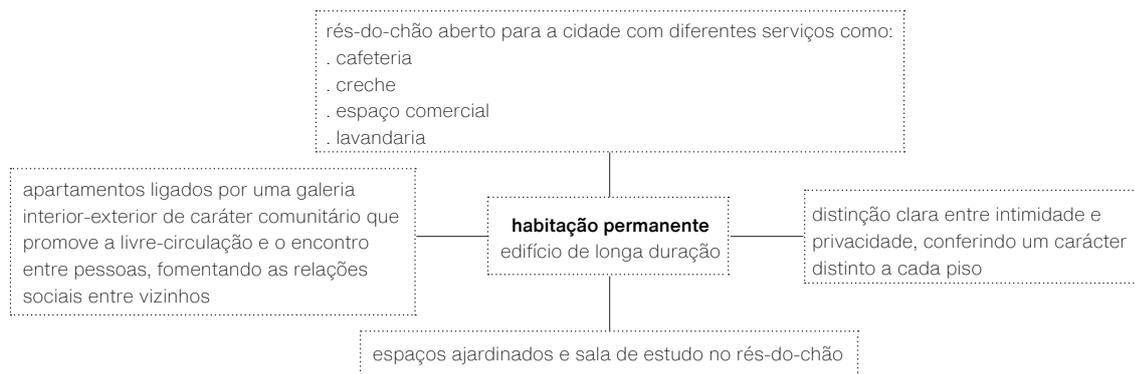
i.99 | i.100 stencil como manifesto à má gestão do turismo e consequente afastamento da habitação do centro histórico do Porto

Social da Sé-Catedral, ou ainda pela Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, que se evidenciam com principal interesse pelo apoio que prestam à comunidade. Tal interesse acentua-se pelo **elevado número de idosos a residir no centro histórico do Porto, assim como de mendigos, pessoas sem-abrigo e desfavorecidos que, na esperança de conseguirem uma maior ajuda externa, se ajuntam no centro histórico pelo elevado número de visitantes que atraí.** A travessa do Cativo junto ao Teatro Nacional de São João; a praça da Batalha; o parque das Camélias; o miradouro das Fontainhas; a Avenida dos Aliados; o mercado São Sebastião, são apenas alguns dos lugares, próximos ao terreno, que diariamente retratam essa realidade social. Surge assim, a intenção de parte do programa ser de apoio à comunidade local, tal como uma cantina social de acesso público e um espaço que, na possibilidade de ser apadrinhado por iniciativas municipais, possa incluir serviços de apoio domiciliário à população mais idosa, assim como consultas de acompanhamento psicossocial à comunidade mais desfavorecida. Propõe-se também a instalação de cacifos públicos, acessíveis 24 horas, de forma a que as pessoas em situação de sem-abrigo possam guardar os seus pertences de modo seguro e digno, assim como caixas de correio públicas que, mediante uma morada comum, possibilitam receber a correspondência de todos aqueles que vivem sem domicílio, ajudando-os a recuperar a sua autonomia.

¹⁴ PEREIRA, Nuno Teotónio. in. MENDES, Manuel. *Op.cit.*, p.225

Paralelamente e como referido anteriormente, destacam-se ainda, algumas das intenções programáticas manifestadas ao longo da operação “Porto 2001”, por se reverem perfeitamente na intenção de requalificação urbana da Baixa atual. Por este motivo, foca-se em programas como o incentivo à instalação de espaços para *workshops* com principal enfoque no desenvolvimento das técnicas de vitrinismo, pois ajudariam as lojas mais antigas e históricas do Porto a se relançarem no mercado com estratégias renovadas aos dias de hoje¹⁴ e uma creche, uma vez que nas proximidades do terreno apenas existe uma pertencente ao Centro Social da Sé. Além disso, cafetarias e espaços comerciais, tornam-se também em serviços necessários para a concretização do novo cenário habitacional a propor, ao se prever um maior número de famílias a virem viver para o centro. Contudo, de forma a ajudar à reativação e revitalização do lugar da proposta, a par do ambiente familiar, propõe-se também a vinda de estudantes e idosos para o conjunto habitacional.

Sob um olhar sintetizador pela proposta, a mesma destina-se, portanto, a habitação de longa, média e curta duração. Com o edifício de habitação permanente prevê-se não só realçar a sua força revitalizadora da economia local, mas também a sua possibilidade de, através de práticas comunitárias,



Programa como processo aberto

sugerir contextos diferenciadores que atraem modelos familiares distintos dos mais procurados pelo mercado imobiliário, promovendo uma visão futura da cidade distante de especulações repressoras para a habitação.

Já os restantes edifícios destinam-se a habitação temporária, com uma residência de estudantes distribuída em dois edifícios e, ainda, uma residência de idosos. Esta última, pode assumir também uma condição de habitação permanente. No caso da residência de estudantes, torna-se uma opção inegável, visto que a Universidade Lusófona do Porto se localiza próxima do terreno e tem falta de oferta de habitação temporária estudantil, já que, ao longo da cidade, na sua maioria, as residências tendem a localizar-se junto a polos académicos mais compactos, como são os casos dos polos de Campo Alegre e São João. Além de que, face à insuficiência das suas instalações, prevê-se um aumento da Universidade e a residência proposta, pode servir, portanto, de serviço complementar à sua expansão. Em relação à residência para idosos, deve-se ao grande número de população idosa que existe no centro histórico da cidade. Neste caso, ao criar-se uma residência direcionada às suas condições, gera-se uma oportunidade de emancipação para a população em causa. O edifício serve de balão de ensaio para todos os idosos que estão em contexto de solidão, promovendo a interação social entre eles.

Condensando as três tipologias propostas, percebe-se que **com a presença conjunta de modelos familiares, de estudantes e idosos, pretende-se gerar diversas dinâmicas e ambientes ínsitos a um sentido de cidadania entre as diferentes faixas etárias, fomentando, por sua vez, a sua interação com os residentes locais.**

Por fim, é mediante esta análise essencialmente programática, a nível regional, que se consegue ter uma ideia mais clara do que propor para este caso prático, criando-se uma operação integrada e polarizadora dos recursos locais e energias sociais, tal como acontece com a operação urbanística do "Porto 2001".

*"Operações integradas (...) terão necessariamente em conta como factor decisivo a ocupação do espaço, portanto um primeiro nível de programa de arquitectura, do vasto ambiente a promover."*¹⁵



i.101

¹⁵ Portas, Nuno. *A cidade como arquitectura*. 4.ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2011, p.86

i.101 diagrama-síntese, reunindo o programa proposto e dividindo as intenções programáticas segundo três esquemas referentes a cada tipo de habitação, não focando apenas no programa público, mas sim no ambiente vasto e concreto que cada modo de habitar desenvolverá

i.102 desenho da implantação (cores de cada edifício mediante os diferentes tipos de habitação e títulos do diagrama apresentado na página anterior)

i.103 | i.104 habitação permanente e residência de estudantes I

i.103 planta do rés-do-chão à cota 77

- 01. lavandaria *self-service*, de acesso público
- 02. espaço comercial
- 03. creche
- 04. biblioteca/espaço de leitura
- 05. cafetaria
- 06. átrio I de entrada da residência de estudantes
- 07. espaço do segurança
- 08. sala de estudo de acesso público
- 09. arrumos
- 10. ginásio
- 11. cacifos e balneários

i.104 corte transversal

i.105 | i.106 residência de estudantes I e II e residência de idosos

i.105 planta do rés-do-chão à cota 79

- 01. espaço comercial
- 02. cafetaria
- 03. quiosque
- 04. átrio II de entrada da residência de estudantes
- 05. espaço do segurança
- 06. espaço administrativo
- 07. arrumos
- 08. espaço comercial
- 09. espaço de cariz social e de apoio à comunidade local (como *workshops*, serviços de apoio domiciliário...)
- 10. átrio de entrada da residência de idosos
- 11. arrumos
- 12. espaço do segurança e arquivo

i.106 corte transversal

i.107 | i.108 residência de idosos

i.107 planta do rés-do-chão à cota 83

- 01. cantina social, de acesso público (o espaço que não está em destaque é para uso mais íntimo)

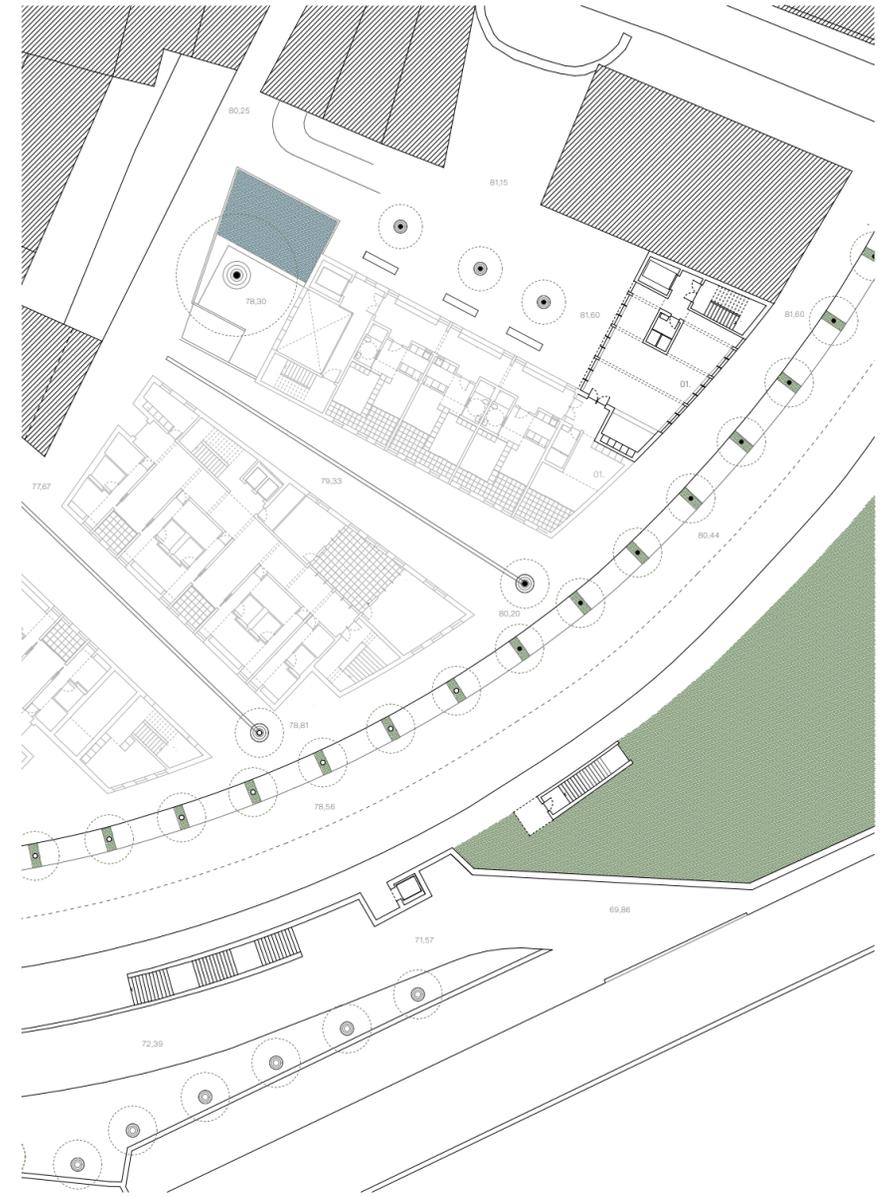
i.108 corte transversal



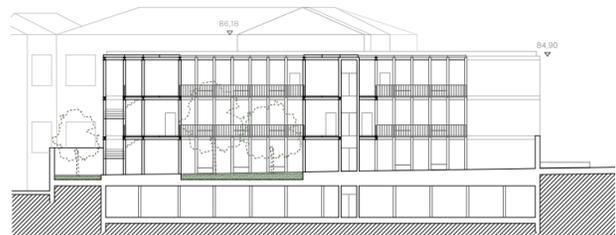
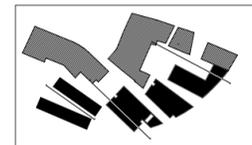
i.103



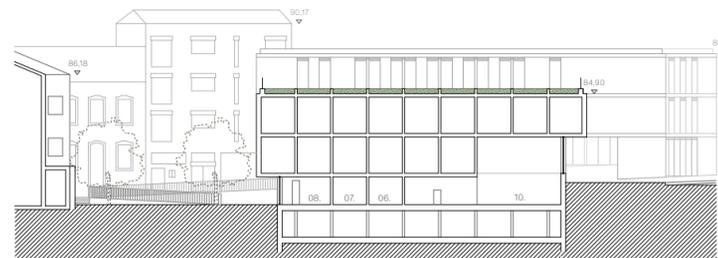
i.105



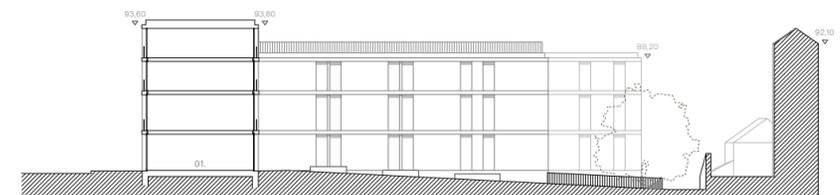
i. 107



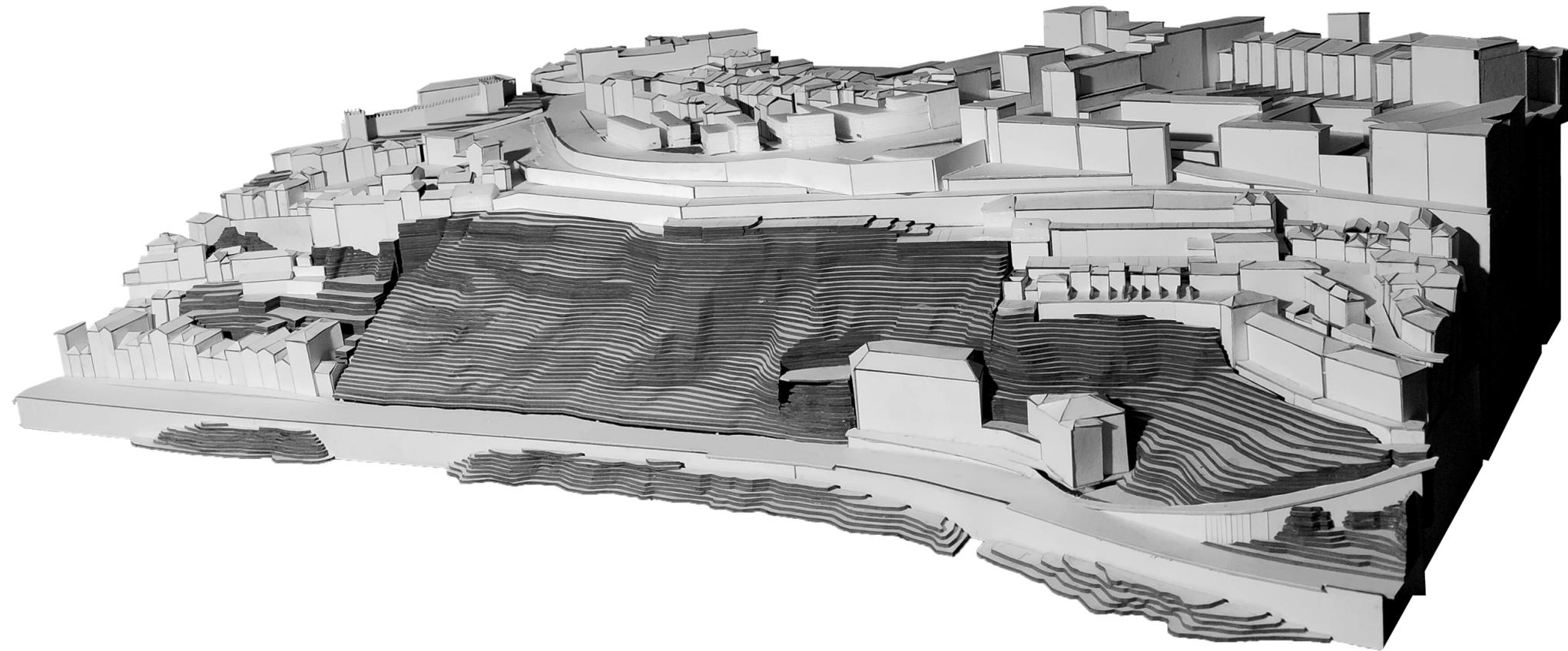
i. 104



i.106



i.108



i.109 frente urbana da proposta junto ao viaduto

i.110 alçado pelo viaduto

i.111 alçado pelo interior do quarteirão

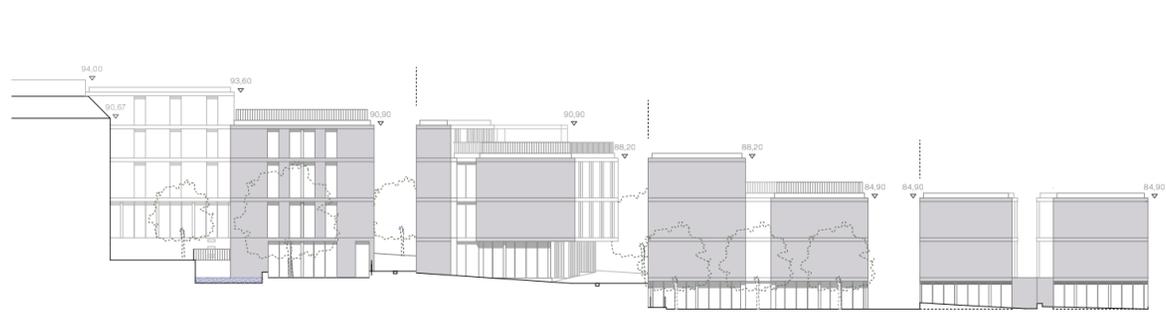
i.112 corte transversal pela proposta

- 01. creche
- 02. cafeteria
- 03. entrada do ginásio
- 04. espaço comercial
- 05. entrada da residência para estudantes
- 06. arrumos
- 07. espaço do segurança e arquivo
- 08. arrumos

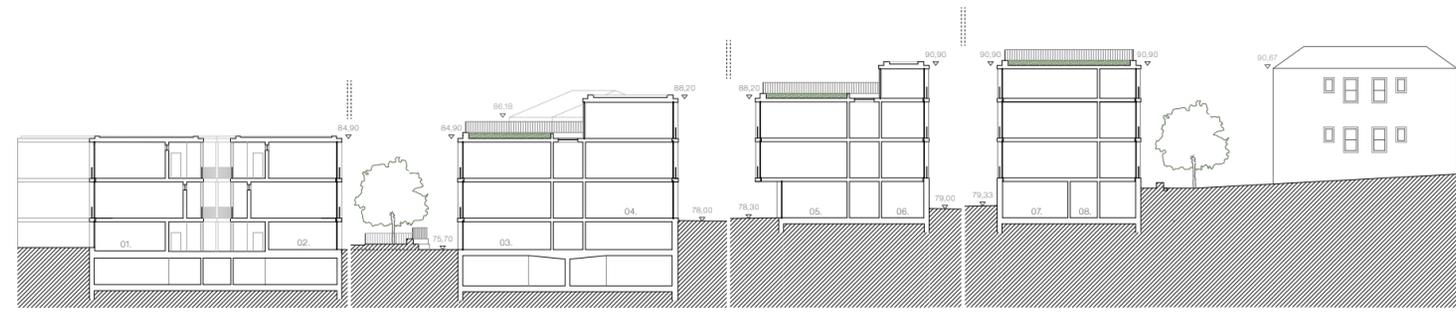
i.109



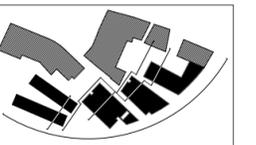
i.110



i.111



i.112



Casa Comum

No seguimento da azáfama refletida no processo de inter-relações sociais e da multiplicidade de plataformas informativas que definem a contemporaneidade dos dias de hoje, surge, então, a necessidade de que as operações sejam integradas através de uma proposta programática ciente das heterogeneidades inerentes a um sistema urbano.

¹⁶ SOLÀ-MORALES, Ignasi de.
Op.cit., p.19

Ao se dedicar um olhar retrospectivo aos processos de globalização que têm afetado a circulação mundial, apercebe-se da iminência das cidades se tornarem em sistemas cada vez mais indomáveis. Esta realidade recente, mas cada vez mais impositiva mostra “... a complexidade de um território, a forma resultante de agentes geológicos que, silenciosamente, confrontam uma massa aparentemente imóvel, mas sulcada por correntes, fluxos, mudanças e interações que provocam mutações incessantes.”¹⁶

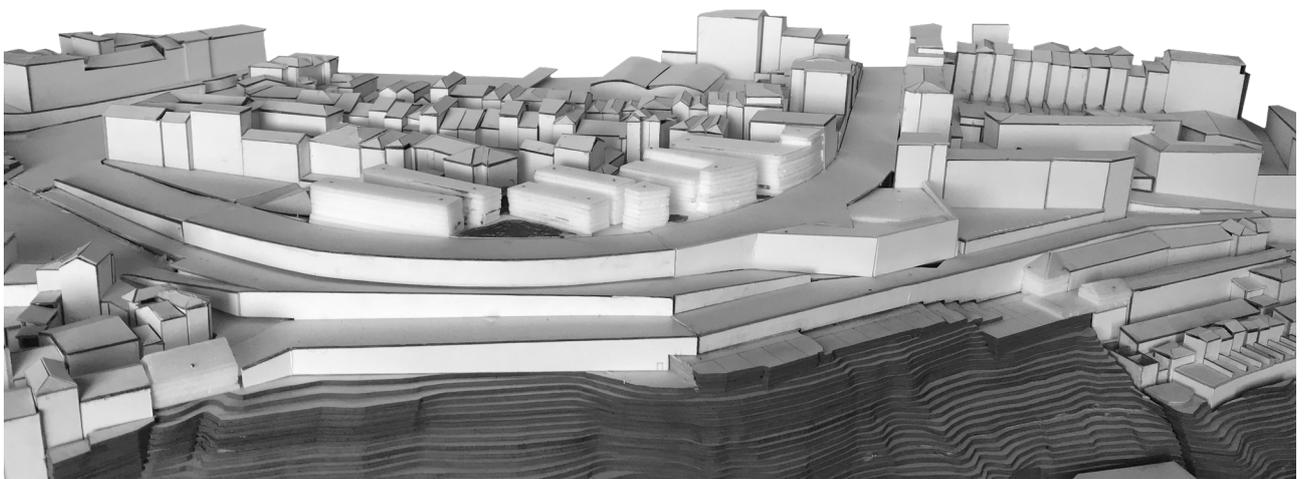
Como resultado, dentro dessa turbulência surge a necessidade de recuperar a importância dos elementos urbanos na configuração duma cidade. A proposta desenvolve-se em conformidade com a qualificação atribuída ao espaço público, atentando aos seus acessos, ruas, passeios, árvores, praças, largos, em detrimento duma atribuição do papel principal aos edifícios em si próprios. Principalmente, neste caso, em que se está a abordar um centro histórico que se caracteriza por um tecido bastante frágil em contínua e intensa mutação e conflitualidade de funções. Necessita-se, assim, de melhorar a urbanidade do lugar, isto é, a capacidade que ele tem em ser suporte de um conjunto de relações sociais que melhorem a realidade social local. Ser suporte de atividades referenciadoras que promovam o cruzamento do cidadão comum com quem lá vive. É apenas mediante esta linha conducente de valorização do espaço comum, que se consegue fazer frente ao instrumentalismo do desenvolvimento capitalista da cidade.

Em qualquer caso, essa dinamização do espaço público, tendo em conta que no contexto histórico portuense há um progressivo afastamento dos residentes locais para zonas mais afastadas, é garantida, em grande parte, pela requalificação do habitat, promovendo, assim, o retorno das famílias ao centro da cidade. Uma prática do habitat que comprometendo-se com a realidade local, defende uma identidade urbana que se designa de casa comum. Trata-se de espaço coletivo feito para o cidadão.

Como se pode notar pelos desenhos dos rés-do-chão, a proposta vai progredindo no viaduto através de várias ofertas de serviços que se consigam animar mutuamente. Atentando ao edifício de habitação permanente e ao da residência de estudantes, a seu lado, ambos se abrem para a praça de forma a, sinergicamente, gerarem movimentos que ativem as suas funções



i.113



i.114

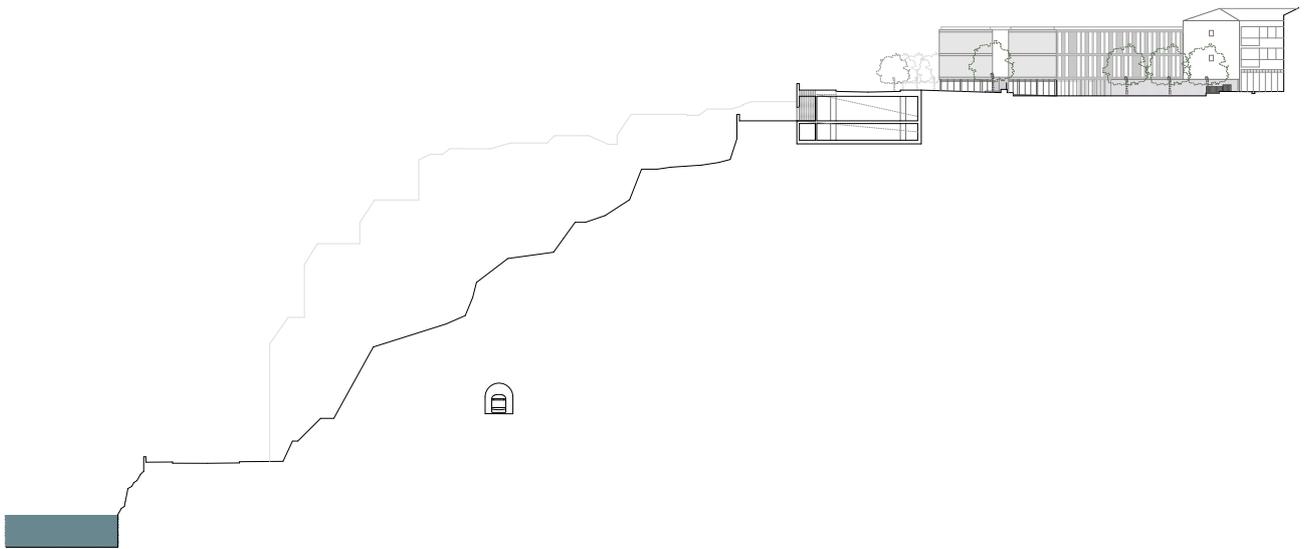
e o espaço público ao longo do dia - dum lado uma cafetaria e do outro, uma sala de estudo para estudantes. Esta praça, não só permite criar uma frente de alívio ao edifício, de valor patrimonial, que já aí existe, como também, convida a quem vem da rua de São Luís a tomar uma nova direção oferecendo-lhe um novo espaço de estar. Esta noção de se percorrer as ruas do centro histórico, compactas e sombrias, e, de repente, ser-se surpreendido por largos e praças que ganham uma diferente luz e arejamento, faz parte do imaginário da identidade do tecido portuense. Assim, estes espaços de estar ganham extrema importância na busca pela memória coletiva e identidade referenciada por Aldo Rossi em *Arquitetura da Cidade*.

Sobre o alargamento do passeio que ocorre junto ao viaduto, o mesmo serve de elemento atenuador do confronto entre a escala do tecido urbano e a do vazio do viaduto, funcionando como espaço articulador entre esses dois momentos. Paralelamente, a relação entre espaço público e o edificado tende a criar contextos urbanos distintos à medida que o viaduto vai subindo. Esses vazios, por sua vez, detêm, no entanto, um desígnio em comum: a criação de massas entre eles que façam frente ao viaduto. Quando a proposta tende a isolar o interior do quarteirão, como acontece com a torção da residência de idosos, o rés-do-chão abre-se de forma a prolongar a relação visual do tecido urbano com a paisagem. Assim, estes vazios urbanos entre os diferentes edifícios da proposta atuam como saídas do quarteirão, negando o seu isolamento e incentivando a relação interior-exterior/quarteirão-paisagem. Esta relação torna-se possível ao priorizar-se a mobilidade pedonal à superfície e separando-a do tráfego do estacionamento e das entradas e saídas de viaturas, localizadas à cota inferior à do viaduto.

Paralelamente, pode-se reter que a estratégia da proposta passa pela interpretação da arquitetura deste território específico, como grandes elementos que foram sendo dissecados pela escala do lugar. Assim, os edifícios acabam por se fragmentar em massas de menor tamanho, de forma a se aproximarem ao tamanho dos lotes preexistentes da cidade histórica que sempre se desenvolveram segundo uma profundidade muito maior do que a frente urbana. Além do mais, esta nova escala possibilita aos edifícios que, de forma escalonada, acompanhem o declive do viaduto e o desenho do horizonte fixado pelas alturas das massas adjacentes, potenciando a comunicação e a colaboração do conjunto com a cidade. Já no interior compacto do quarteirão, a justaposição dos diversos volumes da proposta é entendida mediante um alçado contínuo, cujo fenómeno torna a sua leitura interpretável de maneira unívoca, contribuindo, por sua vez, para a fixação da identidade dos distintos espaços públicos. O desenho dos alçados mantém-se coerente com os da cidade, ao se aproximar às dimensões dos vãos preexistentes (i.110 e 111).

i.113 desenho da circulação pedonal e marcação das entradas e saídas de estacionamento à cota inferior do viaduto

i.114 forma escalonada com que os edifícios se desenvolvem, de forma a melhor se adaptarem às cêrcas da envolvente e à pendente do viaduto. Destaque também para a fragmentação das frentes do edificado com objetivo de se aproximarem às larguras estreitas dos lotes preexistentes



0 10 20

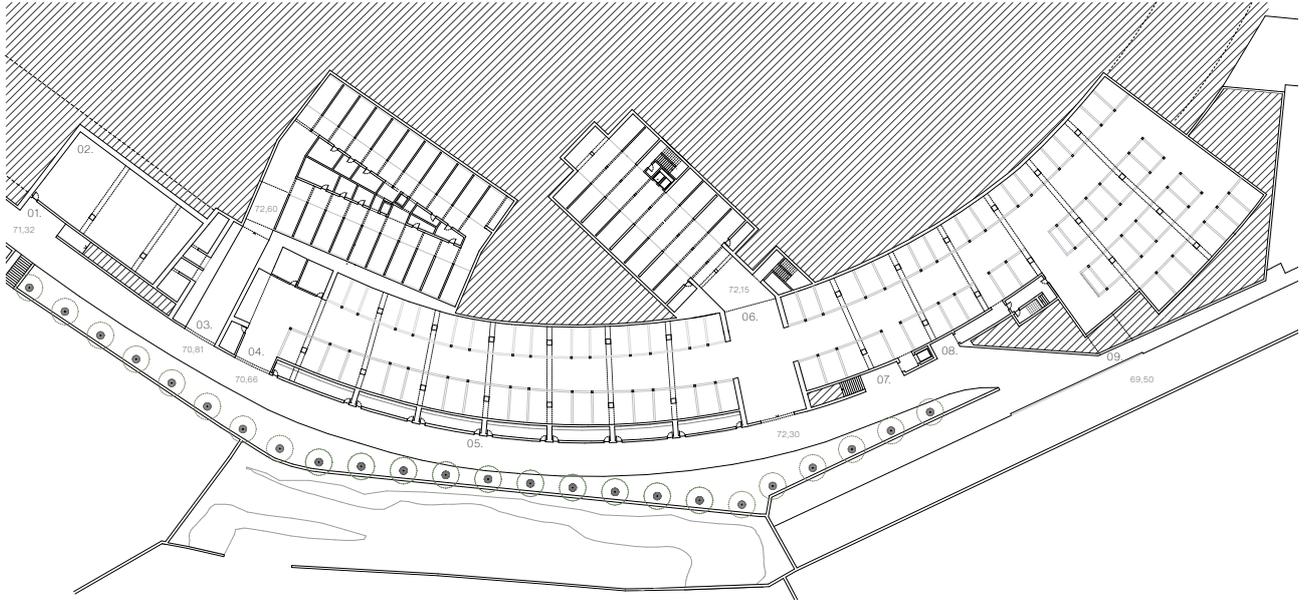
Como já anunciado a relação da proposta com o viaduto torna evidente outra das características deste trabalho que é o facto de se localizar numa parcela que faz frente urbana à paisagem Ribeirinha portuense. Ou seja, há uma busca pelo sentido lógico da topografia do território, daí a sua relação com o viaduto, propondo uma fruição do espaço público que seja o reflexo do sentido natural de quem percorre a cota alta da cidade em direção ao rio. Por baixo do viaduto localiza-se o estacionamento e o seu alargamento, o que permite aumentar o passeio do viaduto em contacto com a paisagem, conferindo uma maior estabilidade a este espaço de circulação e possibilitando que o mesmo seja usado para usufruto da paisagem.

É na tentativa de vincular o projeto com uma visão do futuro, que se pretende estabelecer uma ligação pedonal que permita descer o viaduto em direção à encosta. Para melhor explicar esta linha de pensamento, veja-se o que Peter Zumthor diz em *Pensar la Arquitectura* quando confidencia que "... os edifícios que exibem uma presença especial num determinado lugar dão-me frequentemente a impressão de estar sujeito a uma tensão interna que aponta para além desse lugar: Encontraram o seu lugar específico ao testemunharem o mundo. Neles, o que vem do mundo contraiu uma ligação com o local." ¹⁷ Apelando à interpretação desta linha de pensamento do arquiteto, o sentido de projeto, não só, tem que se relacionar com o existente, mas também tem que se confrontar com o mundo. Por mundo percebe-se como o conjunto de relações que fazem oscilar o lugar concreto onde é erguido uma proposta. Neste caso, a ancoragem do projeto faz-se em direção ao rio e é por isso, que esta relação sensorial para com a paisagem, torna evidente a continuação do percurso pedonal, além viaduto. Razão essa, que leva a decisão de estabelecer uma ligação entre a cota alta da cidade e a plataforma abaixo.

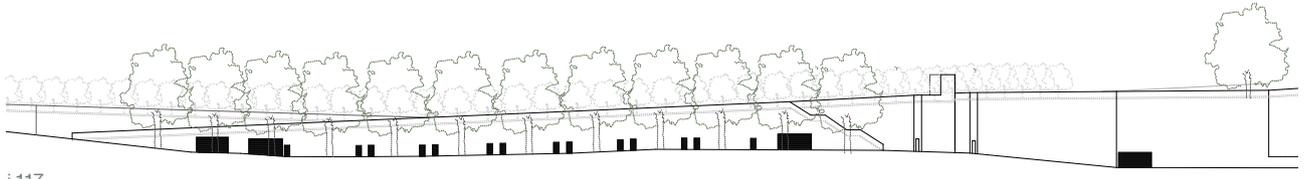
Trata-se duma relação inevitável de quem passeia por aquele terreno e quer olhar para a paisagem. Ir-se aproximando, progressivamente, do contacto com o rio Douro. Neste momento, surge, assim, uma premissa inicial desta estratégia urbana em saber como lidar com um viaduto que, atualmente, se assume como uma barreira no contacto com a paisagem. O trânsito se apressa e não há vontade em desfrutar a vista que a cidade oferece. Neste sentido, apresenta-se pertinente o redesenho do viaduto proposto pelo arquiteto Adalberto Dias, na operação Porto 2001, em reduzir as vias de trânsito do viaduto de três para duas, uma para cada sentido, conferindo assim, uma faixa de estacionamento à superfície. Esta solução de mobilidade atinge, no entanto, um maior êxito com a proposta, também sugerida pelo arquiteto, do túnel entre São Bento/Ponte do Infante, desafogando o trânsito deste lado da cidade e permitindo ao viaduto absorver unicamente o trânsito local e não toda a agitação proveniente do centro portuense. Contudo, esta solução

¹⁷ ZUMTHOR, Peter. *Pensar la Arquitectura*. 3ª edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, p.41

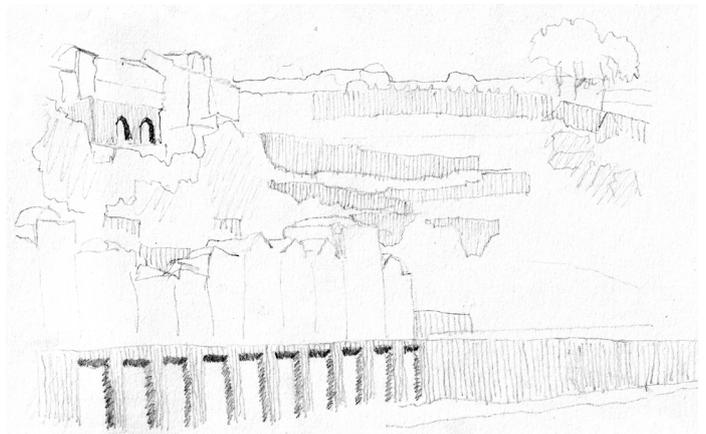
i.115 corte transversal à parcela (relação da cota alta da cidade com a cota baixa junto ao rio)



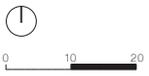
i.116



i.117



i.118



ganha uma nova força no panorama atual de crença em novos modos de viver inevitavelmente mais ecológicos e menos poluentes, provocando uma redução da mobilidade do trânsito automóvel privado no centro da cidade em prol duma boa rede de transportes públicos.

É neste processo de humanização do território que o papel do viaduto se começa a acomodar ao carácter pedonal proposto para a zona. Além de que, os problemas de estacionamento desta zona, assim como tantas outras, acabam por ser atenuados com a criação de mais lugares de estacionamento dos que atualmente existem. Aproveita-se um vazio obsoleto do lado sudeste do viaduto com mais estacionamento subterrâneo, criando por cima, um miradouro ajardinado com vista para a paisagem. Aos poucos, esta infraestrutura, de carácter imponente e evasivo, passa, portanto, a ser um elemento diferenciador na ordenação das mobilidades da proposta, distribuindo o estacionamento todo por baixo e privilegiando, à cota alta, toda a livre circulação pedonal.

Entender a complexidade duma cidade significa aceitar que, em parte, a sua configuração se faz ao longo do tempo e que os seus papéis e usos são fruto de sistemas complexos que nem sempre vão de encontro com as melhores soluções para a cidade. Não se justificaria, por isso, retirar o viaduto, a partir do momento que com ele se pode remeter à identidade da frente Ribeirinha portuense caracterizada por sucessivos muros de suporte dispersos ao longo das encostas graníticas, junto ao rio Douro.

*"As cidades Ribeirinhas são predominantemente registadas através de imagens cujo observador se coloca de modo a poder relacionar todo o conjunto construído, o relevo, os elementos singulares, etc., com a superfície horizontal do rio, do lago ou do mar. A cidade do Porto oferece sempre a imagem do seu casario histórico sobre o rio..."*¹⁸

Mediante uma relação analógica, realça-se, neste momento, a visão sobre as cidades de Louis Kahn. Para o arquiteto americano, como anunciam os Smithson em *The Space Between*, a cidade é produto duma visão histórica inerente a uma determinada ordem do movimento no território. Com este pensamento, Kahn assume que a única forma de se ordenar as cidades é investigar os padrões do seu movimento, ou seja, encontrar uma ordem dentro delas.

*"Uma rua quer ser um edifício. Os novos espaços que quer ser irão surgir do desenho mediado a partir da ordem do movimento (...) As ruas são canais que precisam de docas..."*¹⁹

¹⁸ FERNANDES, Francisco Barata. *Op.cit.*, p.120

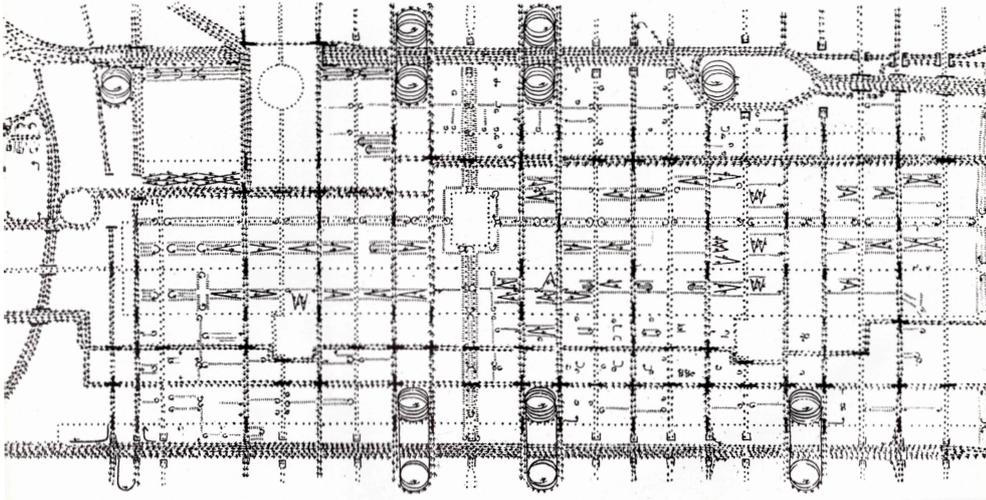
¹⁹ KAHN, Louis; LATOUR, Alessandra. *Louis I. Kahn: Writings, Lectures, Interviews*. New York: Rizzoli, 1991, 72

i.116 planta de estacionamento à cota 73

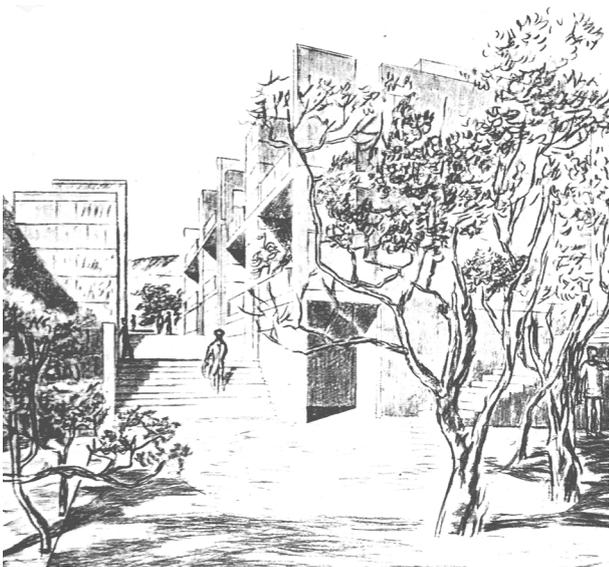
01. acesso ao viaduto (rampa)
02. instalações do estacionamento municipal e da Universidade Lusófona
03. garagem do edifício de habitação permanente com casas de banho e espaços para arrumos
04. atual garagem municipal por baixo do viaduto juntamente com o prolongamento proposto (total de 96 lugares)
05. cacifos e correios solidários (possibilidade do estacionamento, ao ser da Câmara Municipal, ceder estes espaços para programa social, como referido no capítulo anterior)
06. garagem da residência para estudantes
07. acesso ao viaduto (escadas)
08. acesso ao viaduto (elevador)
09. entrada para estacionamento municipal à cota 69,5 (total de 53 lugares)

i.117 alçado do muro de suporte onde se localizam as entradas de estacionamento com a proposta de um miradouro do seu lado direito, virado a sul, para a paisagem

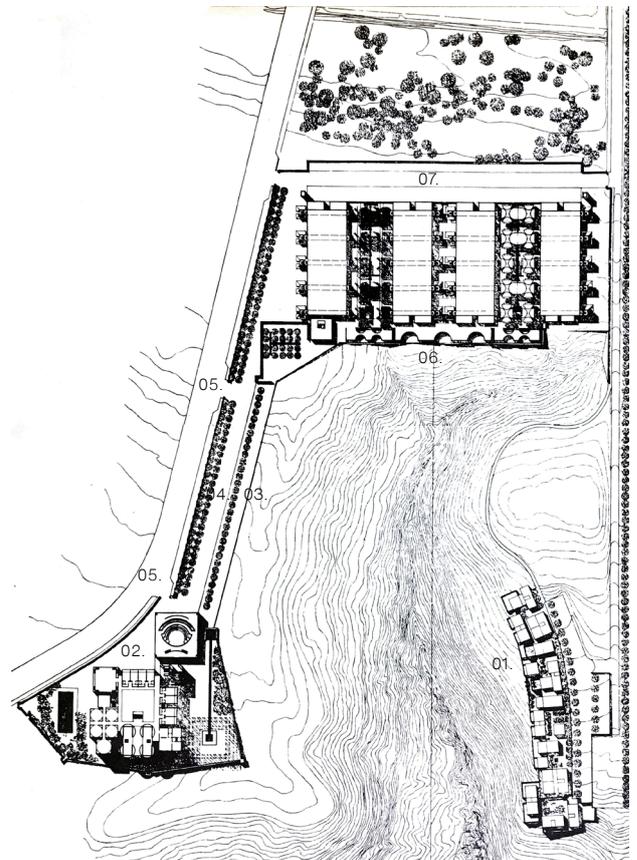
i.118 desenho da frente Ribeirinha da escarpa que se desenvolve junto ao viaduto, com destaque para os muros de suporte que descem pontualmente a escarpa



i.119



i.120



i.121

Casa Comum

Posteriormente, o casal britânico, assume como termo de comparação a obra Salk Institute, em La Jolla, perto de San Diego, Califórnia. Uma obra onde assumidamente se realça a fixação das acessibilidades, através da distinção entre circulação automóvel e circulação pedonal, com o lugar do estacionamento a uma cota mais baixa e o percurso pedonal, entre os edifícios, a uma cota superior, segundo um espaço central enquadrado.

Em conclusão, é através do reconhecimento de diferentes problemas que surgem da atenção para com o espaço público e suas mobilidades que se tenta propor um ambiente que humanize o terreno em causa. Trata-se de recuperar a cultura e a identidade do lugar que vão de encontro à realidade da cidade e à do cidadão. **Valorizar o seu espaço comum e através da fixação clara das acessibilidades, gerar novos acontecimentos que melhorem a organização dos espaços preexistentes.**

i.119 estudos do tráfego para Midtown, Philadelphia, Pennsylvania, Louis Kahn, 1952-1953. O arquiteto americano designa os arruamentos de "*Go Streets e Stop Streets*"

i.120 desenho perspético, mostrando a passagem central ao longo do aldeamento (cuidado do arquiteto em diferenciar a circulação pedonal da automóvel que se faz a uma cota mais baixa)

i.121 planta de implantação do Salk Institute, 1959-1965

01. lugar de habitação aldeamento
 02. ponto de encontro
 03. terraço
 04. estacionamento
 05. entrada de rua
 06. laboratórios
 07. pátio de serviço

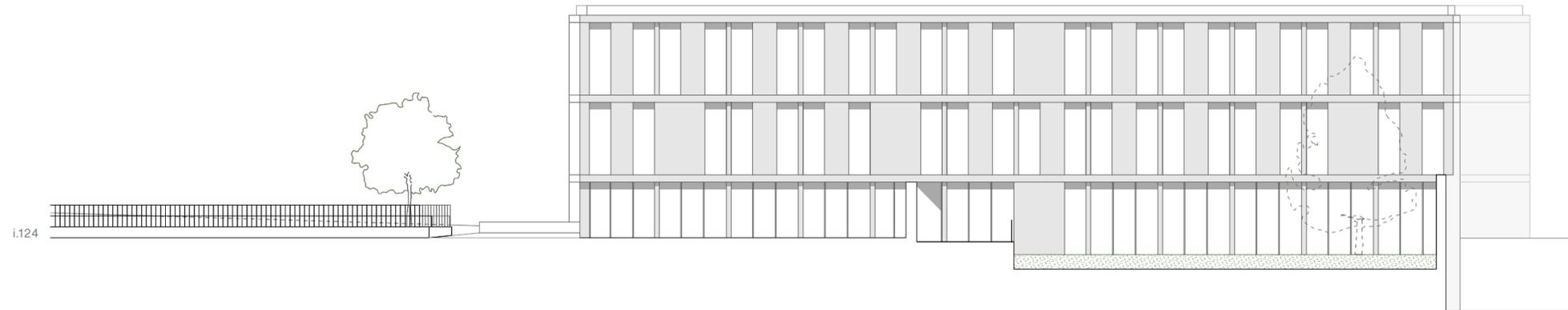
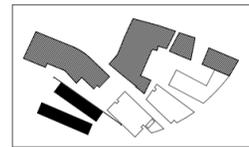
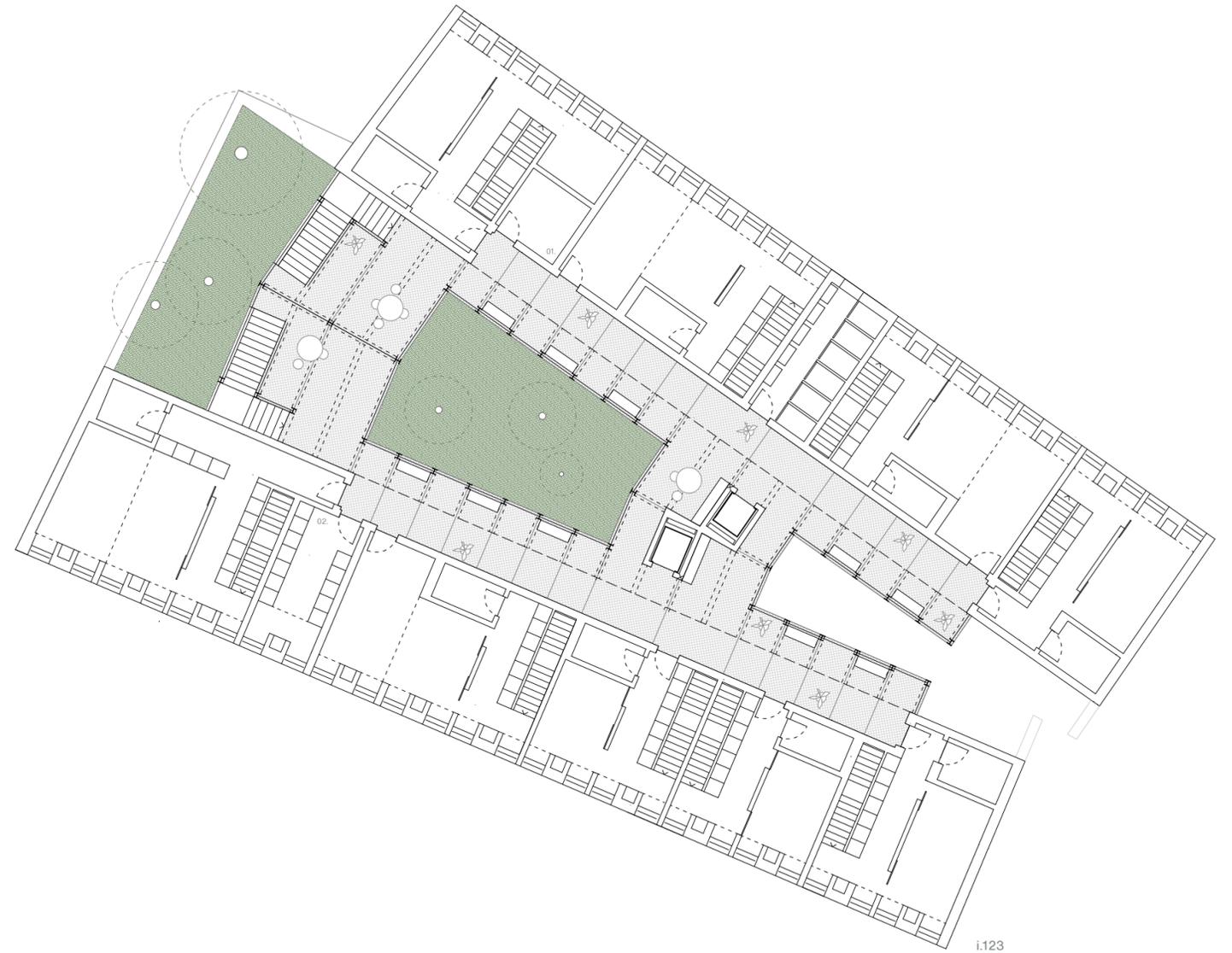
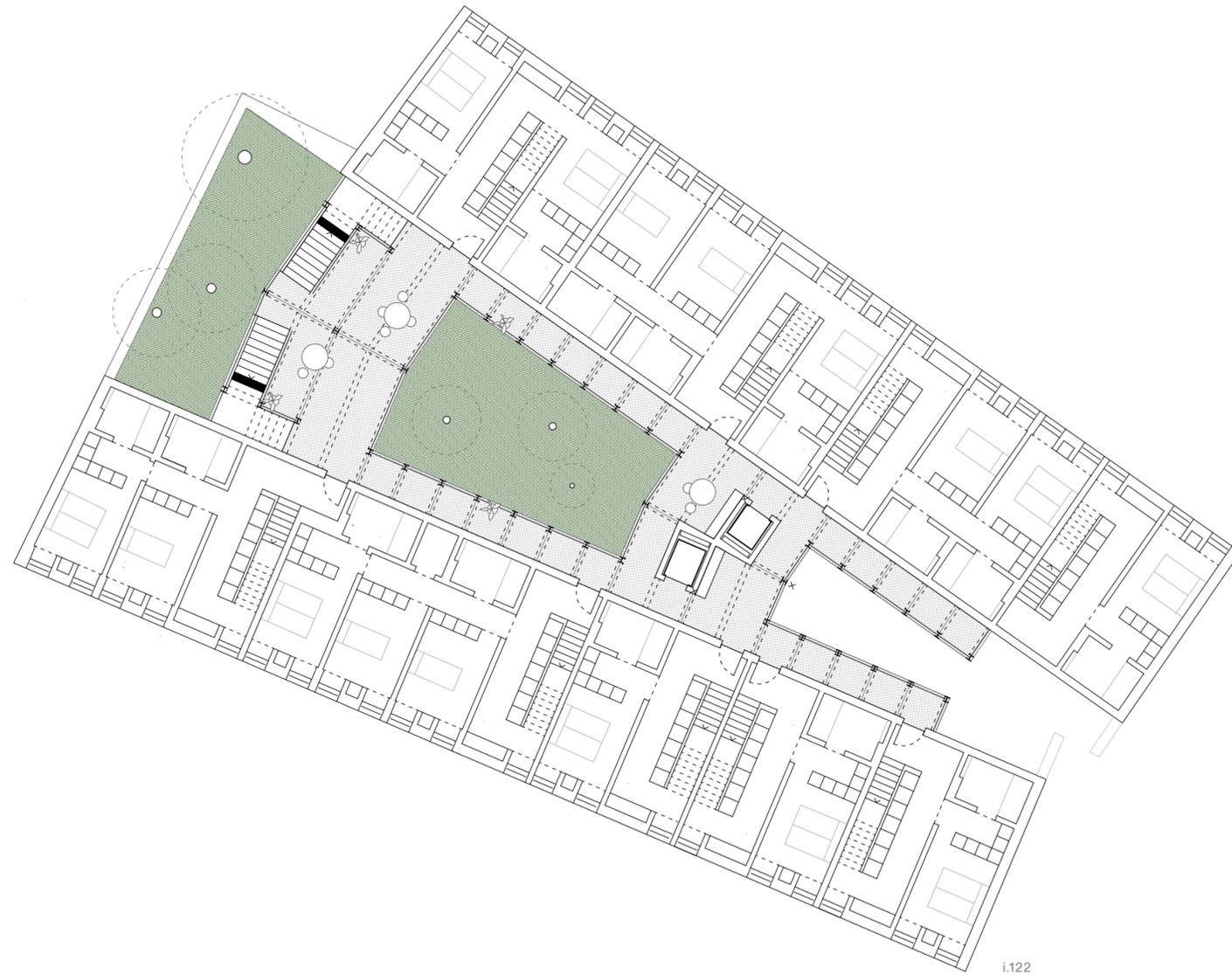
i.122 - i.124 habitação permanente

i.122 planta à cota 79, piso dos espaços de dormida

i.123 planta à cota 83, piso dos espaços de estar

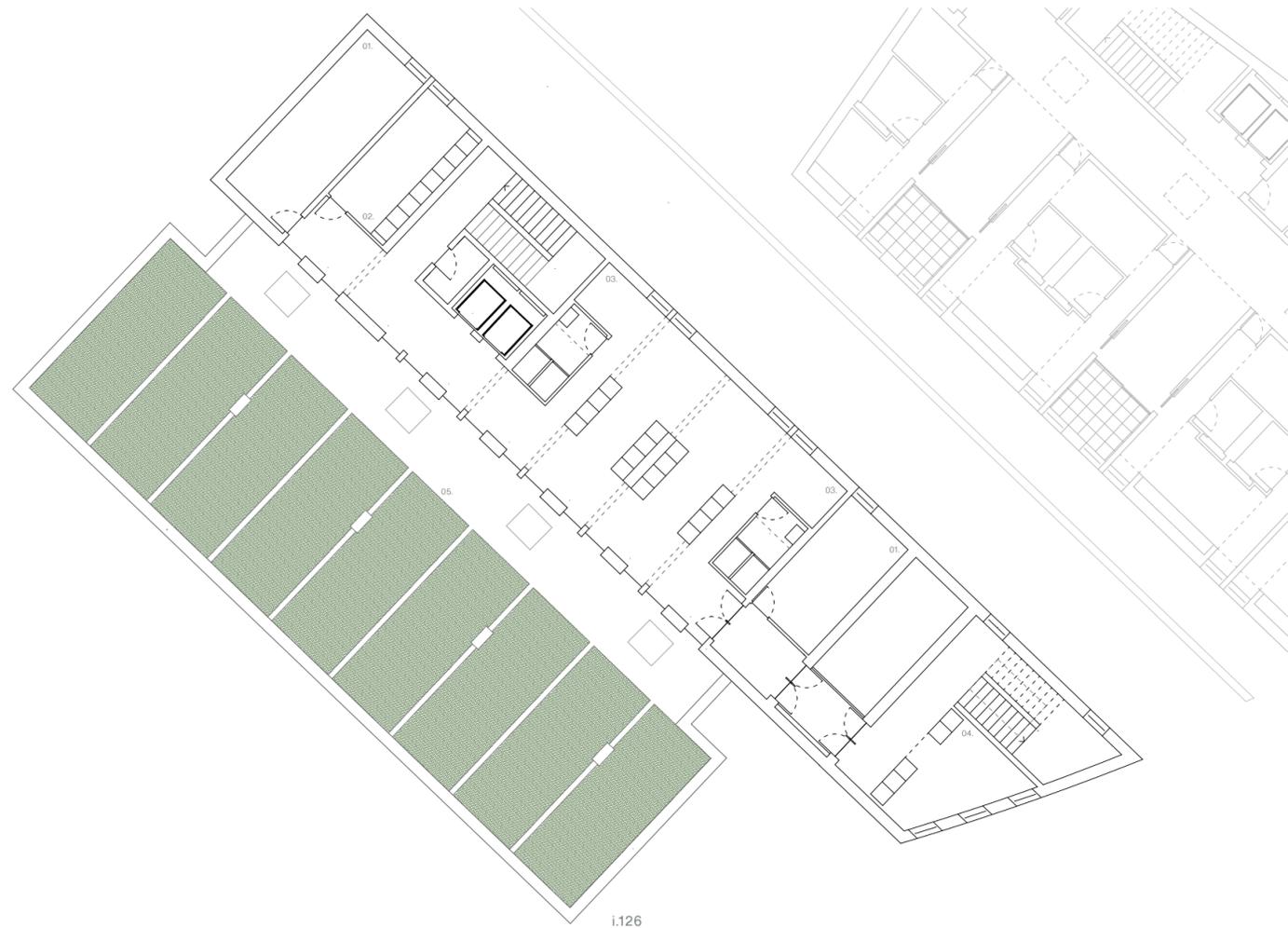
01. espaço de arrumos
02. cozinha comunitária

i.124 alçado tardoz
(ver outros alçados - i.104 e i.105)





i.125



i.126

i.125 - i.127 residência de estudantes I

i.125 planta à cota 83, piso das habitações

01. jardim de inverno

i.126 planta à cota 86, piso dos espaços comuns, em relação com o exterior

01. espaços de arrumos

02. lavanderia partilhada

03. cozinha e espaço de refeições partilhados

04. zona de estar

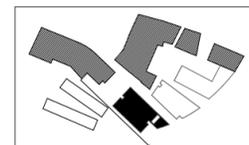
05. hortas/áreas ajardinadas

i.127 alçado da entrada

(ver outros alçados - i.104 e i.105)



i.127



(continuar para as páginas seguintes)

i.128 - i.130 residência de estudantes II

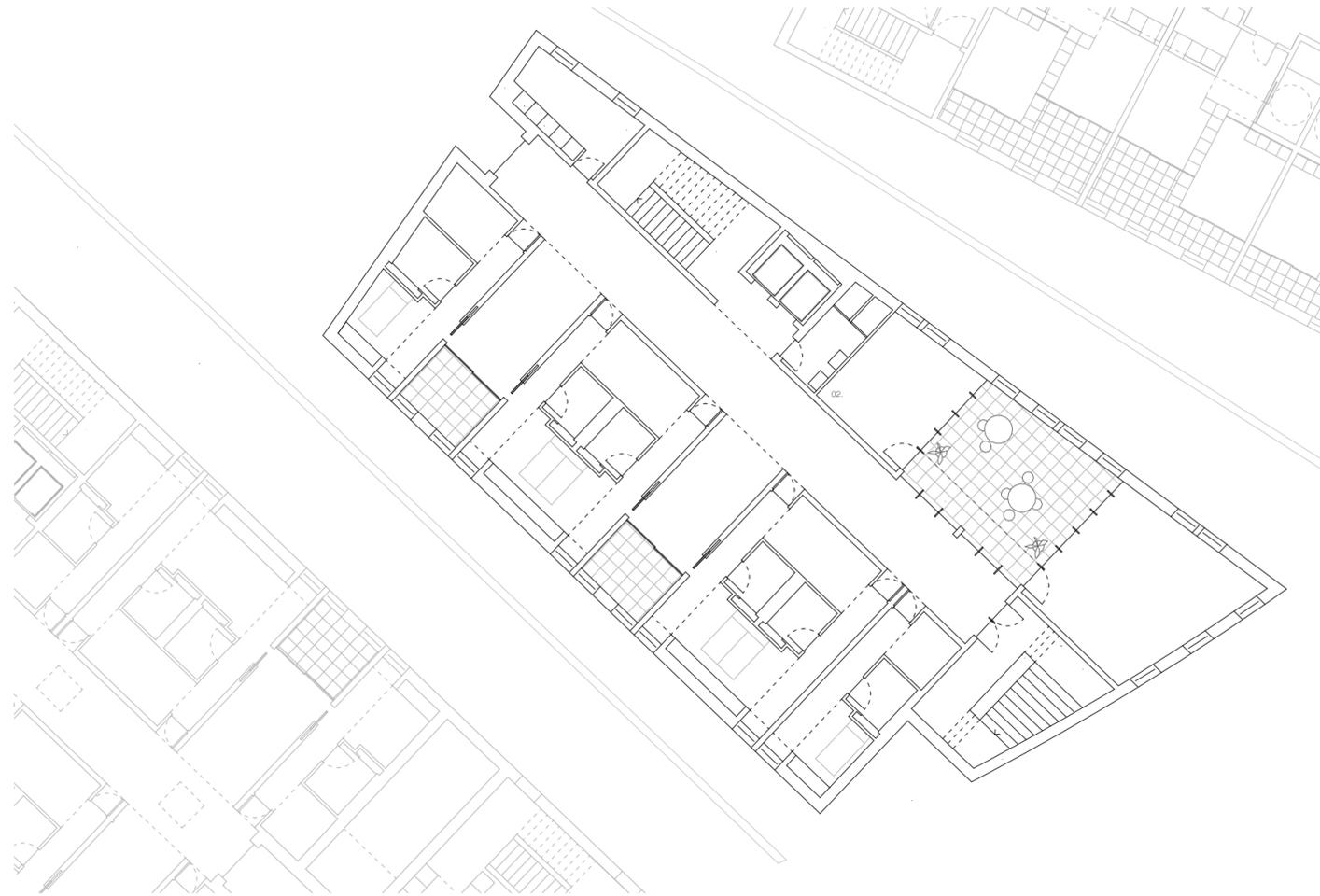
i.128 planta à cota 83, piso das habitações e dos espaços comuns (separados pela galeria)

- 01. lavanderia partilhada
- 02. | 03. espaços de aulas; conferências; seminários...

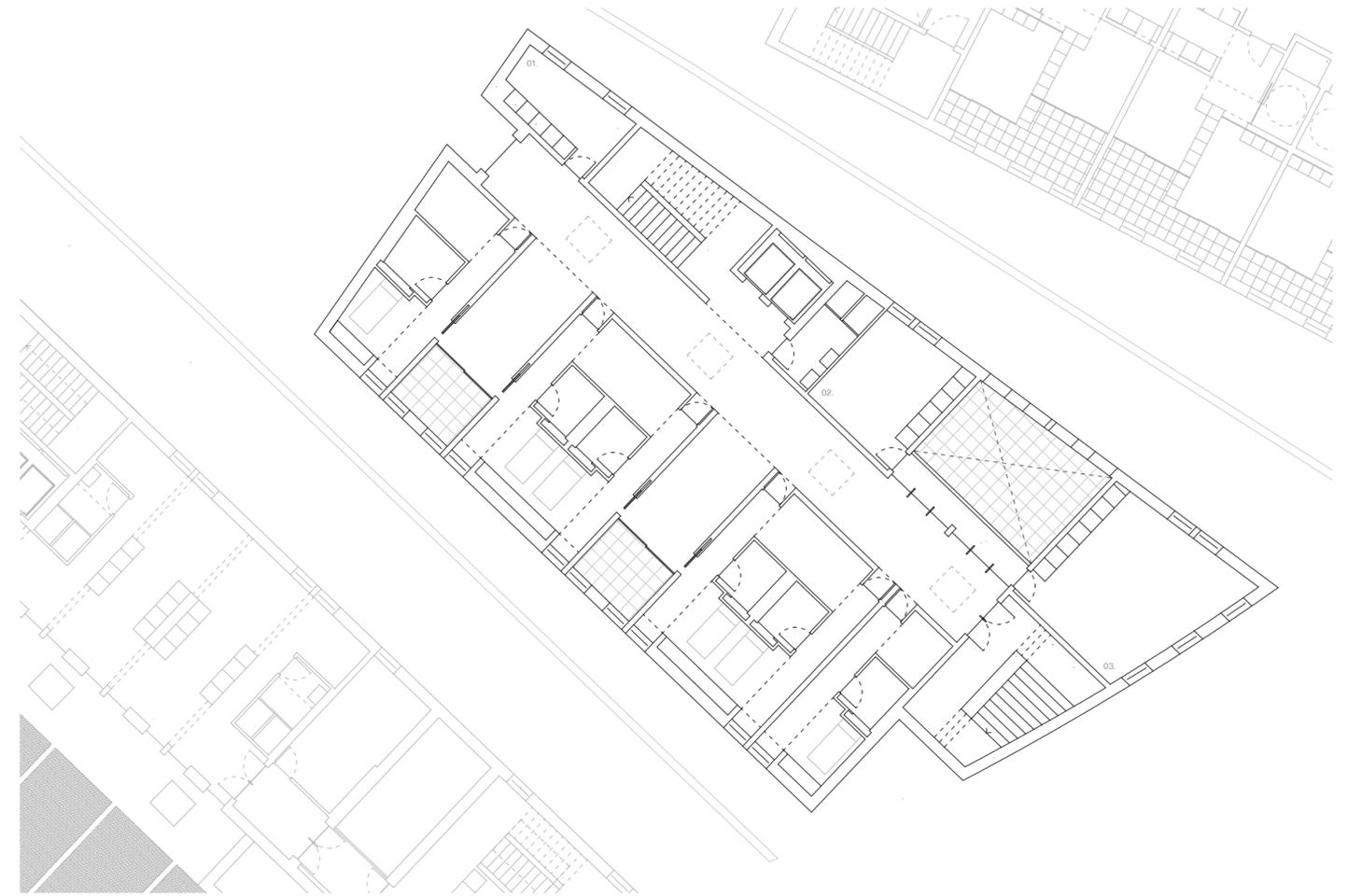
i.129 planta à cota 86, piso das habitações e dos espaços comuns

- 01. lavanderia partilhada
- 02. | 03. salas de estudo e de leitura

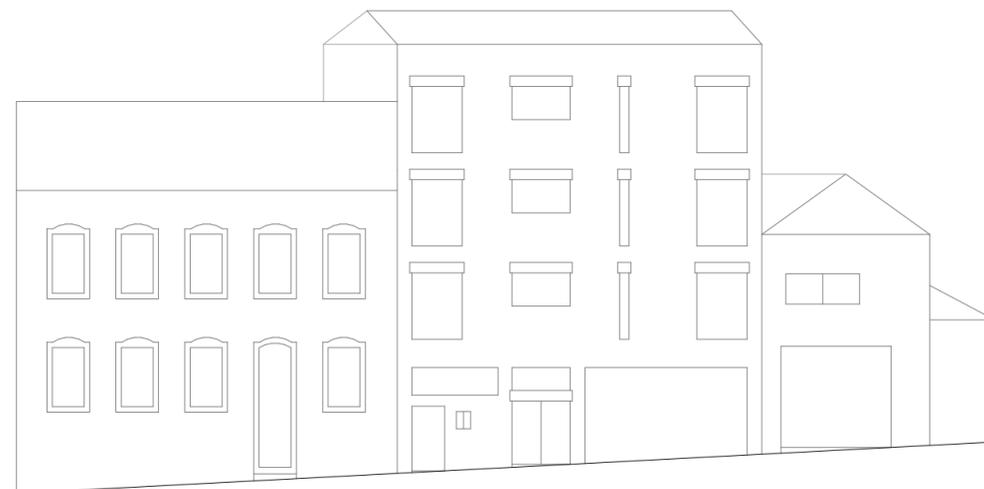
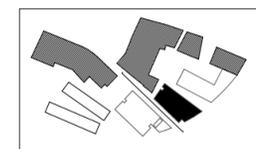
i.130 alçado da entrada (ver outros alçados - i.104 e i.105)



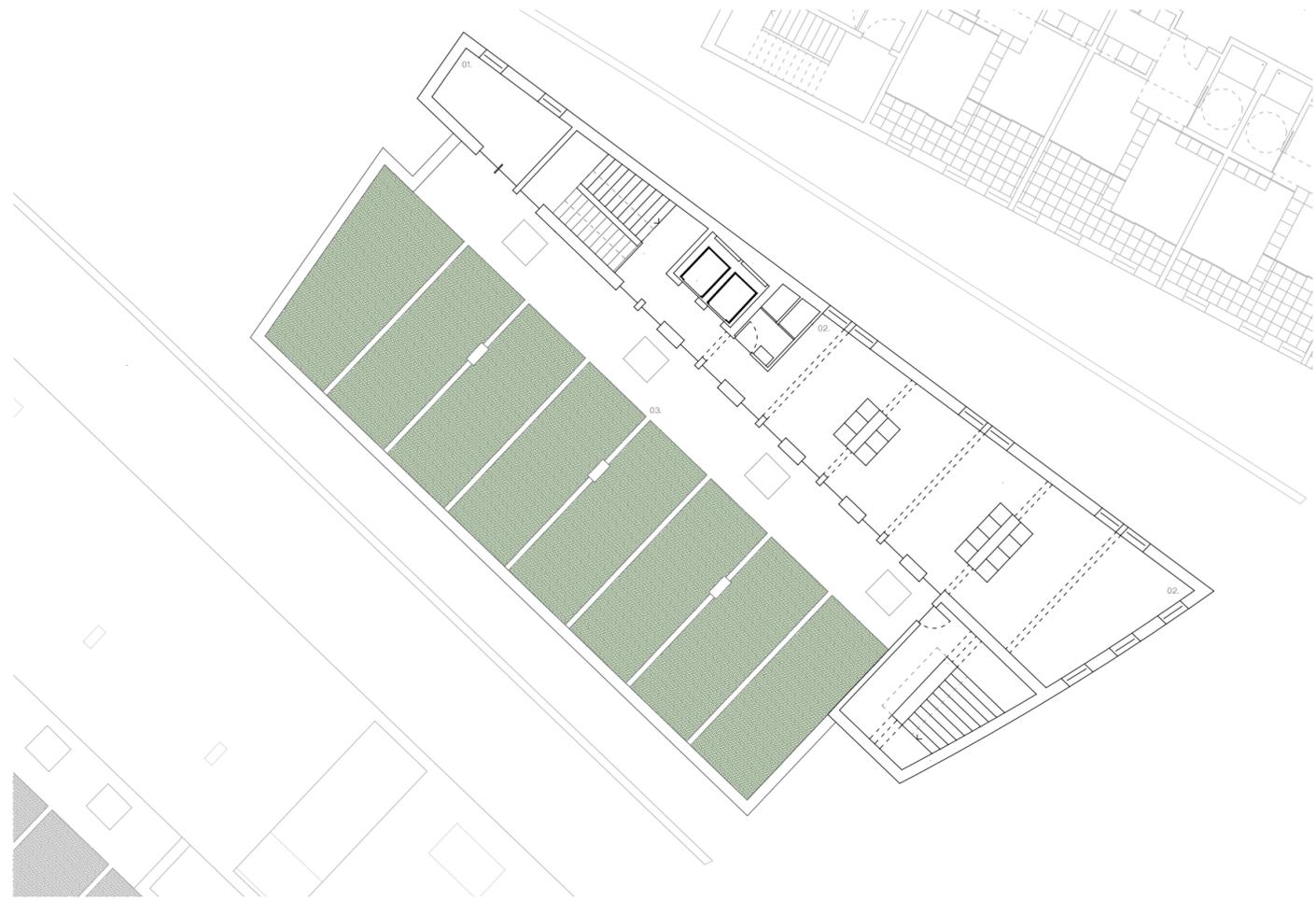
i.128



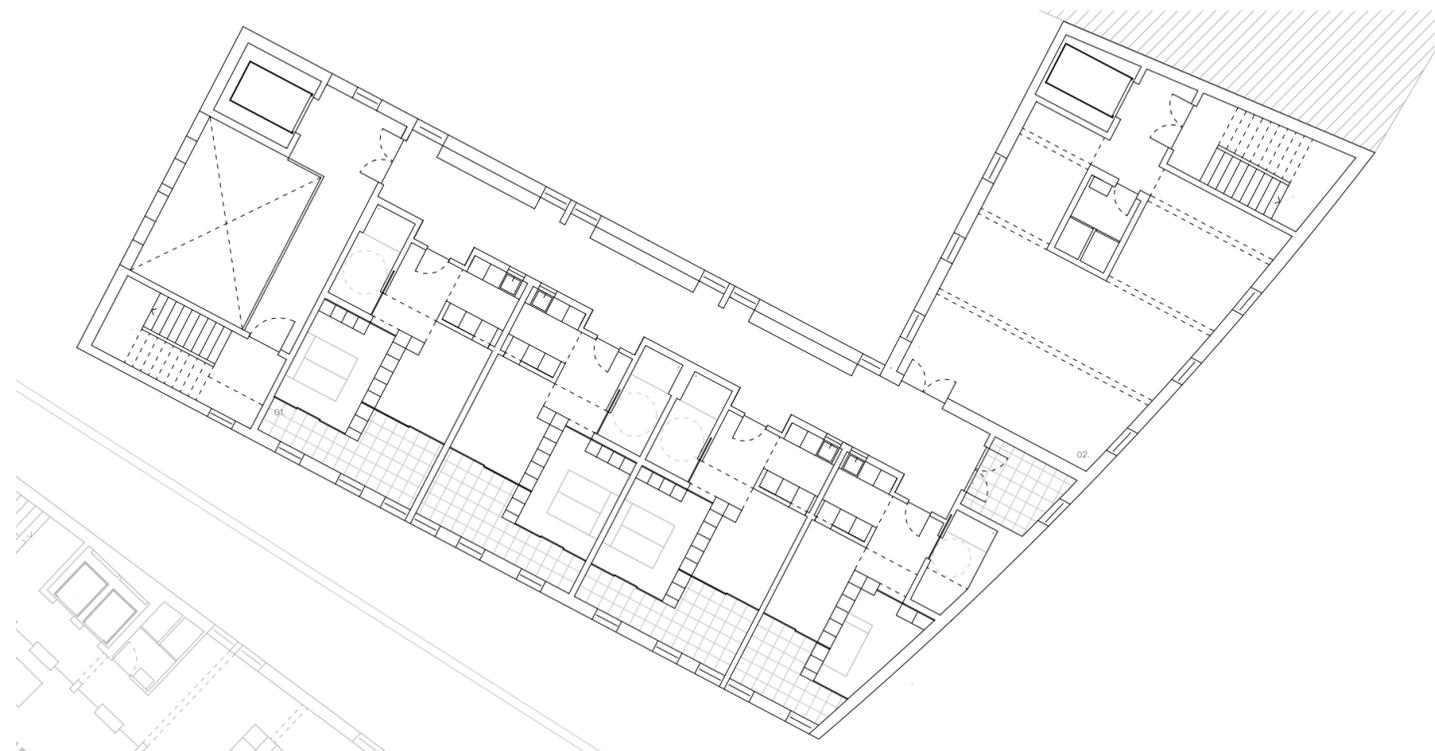
i. 129



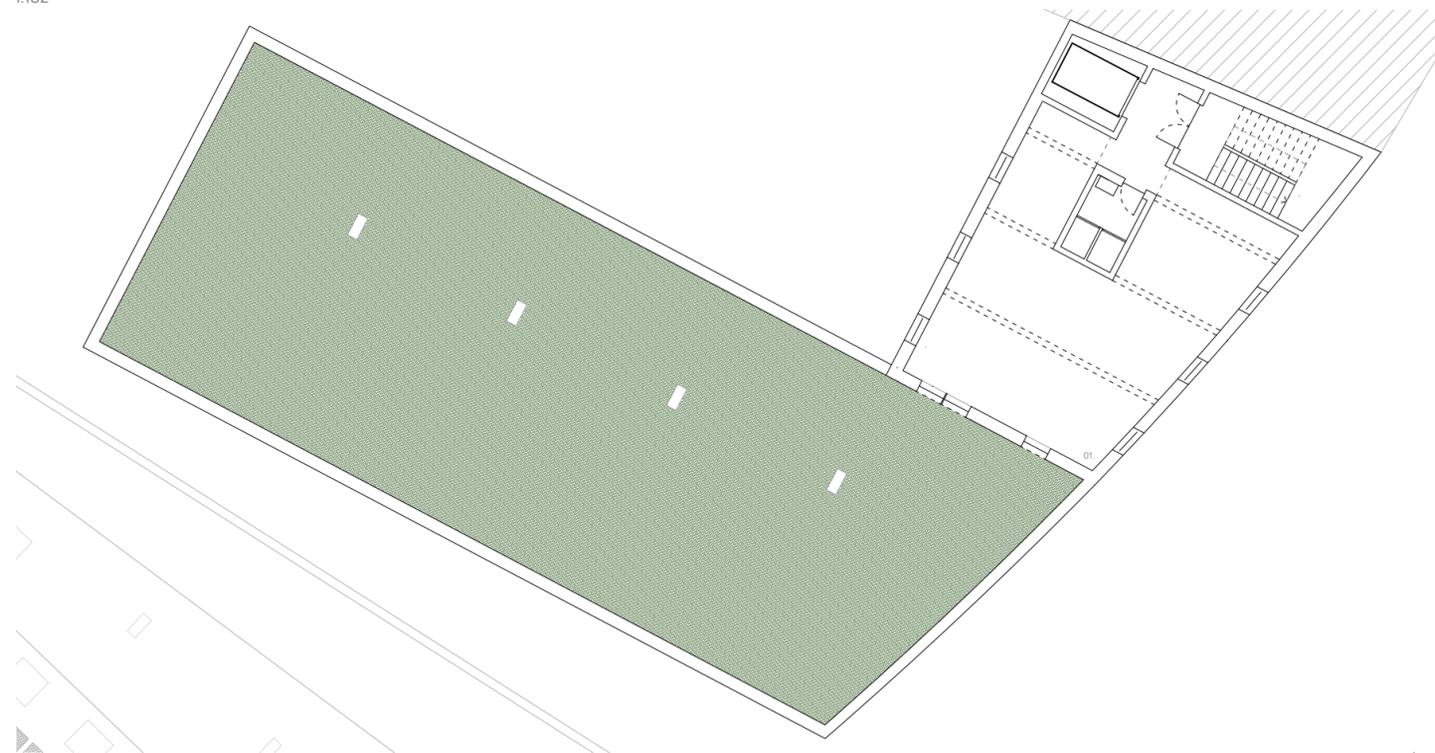
i.130



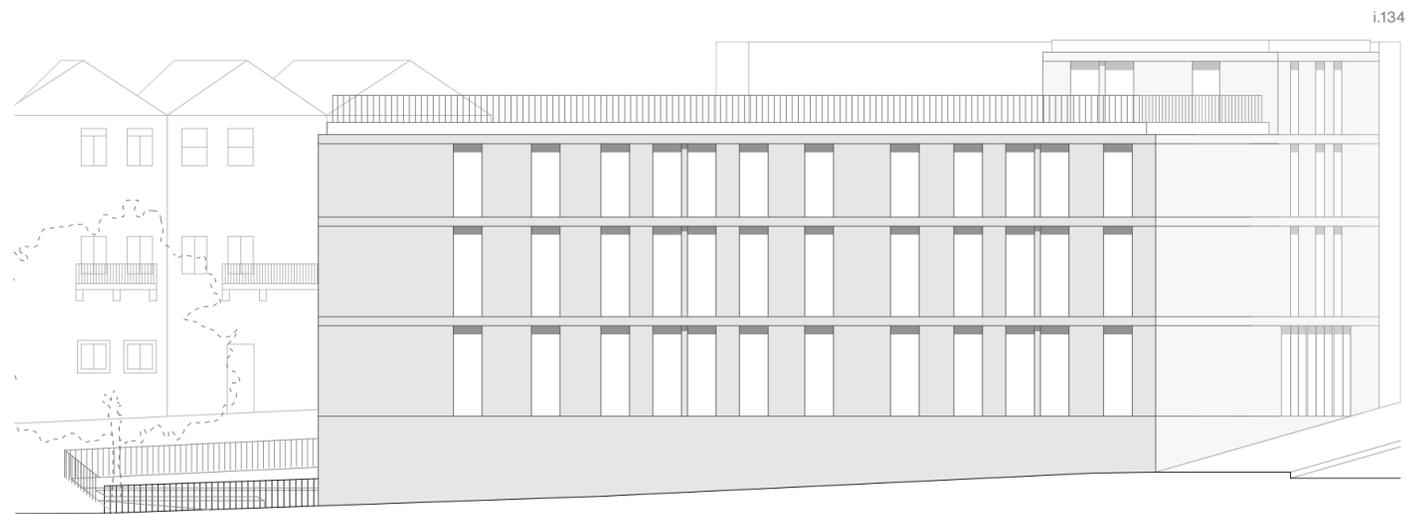
i.131



i.132



i.133



i.134

i.131 residência de estudantes II

i.131 planta à cota 89, piso dos espaços comuns, em relação com o exterior

- 01. espaço de arrumos
- 02. cozinha e espaço de refeições partilhados
- 03. hortas/áreas ajardinadas

i.132 - i.134 residência de idosos

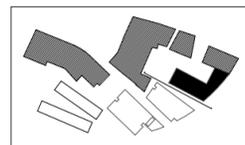
i.132 planta à cota 86 e 89, piso das habitações (transversal à avenida) e dos espaços comuns (junto ao edifício preexistente)

- 01. jardim de inverno
- 02. (à cota 86) - espaço para consultas de ergoterapia, geriatria e psicoterapia
- 02. (à cota 89) - espaço para atividades educativas, como oficinas de arte

i.133. planta à cota 93, piso da sala de visitas em relação com o exterior

- 01. sala de visitas exterior

i.134 alçado transversal à avenida (ver outros alçados - i.104, i.105 e i.112)



Diálogos entre privado e público

Face à crescente perda de habitantes no centro histórico portuense, neste trabalho, desenvolve-se a tipologia de habitação como o principal meio catalisador à recuperação de modos de viver o centro histórico. Um centro pautado, maioritariamente, por fluxos sociais pendulares que reforçam os efeitos negativos inerentes a uma identidade histórica compressora de atividades permanentes que animem a cidade. O caso prático, neste caso, ganha preponderância pelos seus efeitos de revitalização, não apenas populacional, mas de qualidade de vida dos residentes locais, e de transformação qualitativa das funções de apoio às estruturas de comércio e seus serviços.²⁰

²⁰ Porto 2001 S.A. Capital Europeia da Cultura. Departamento de Renovação Urbana. *Op. cit.*, p.216

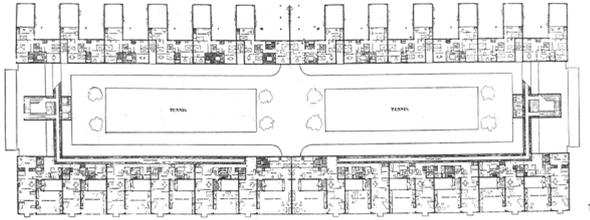
²¹ HEIDEGGER, Martin. *Op. cit.*, 2015, p.55

Portanto, partindo da recuperação do habitar a cidade, surge a dimensão do habitar a casa. Não é como se as duas identidades - cidade e casa - estivessem desligadas uma da outra, porque, como já referido com os Smithson, ambas se interligam e se constroem mutuamente. São modos diferentes de viver o espaço, mas que na sua essência, se cruzam na noção do habitar, em que um deles é mais público e o outro mais íntimo e privado.

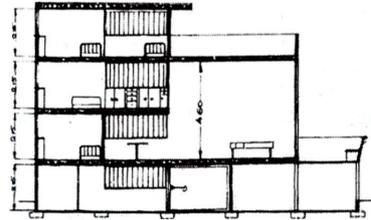
Em ambas as dimensões partilha-se a mesma condição: a de que o usuário habita o espaço e que por consequência, ele não pode ser esquecido. A condição existencial dum obra só é alcançada, quando o espaço adquirir a fruição de quem dele faz uso. É na relação do habitante com lugares e através deles com espaços, que reside o habitar.²¹

O problema que se coloca neste momento, é como tornar o habitar, que deve cumprir critérios lógicos e funcionais, compatível com o ser humano, um ser existencial, emocional, que tanto necessita da sua privacidade como da sociabilidade inerente ao ser social que é. Claramente que nesta perspetiva, a visão funcionalista do movimento moderno inicial se pode tornar alienante relativamente à questão filosófica da relação que os seres humanos estabelecem com o seu mundo e ambiente imediatos.

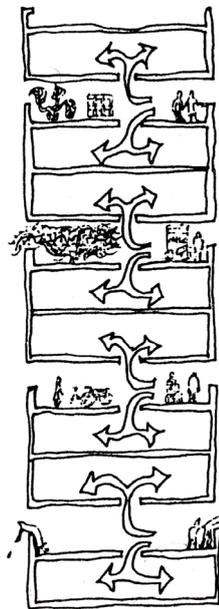
Contudo, mesmo na era definida por uma visão marcadamente mecanicista e funcionalista, a dimensão do habitante revela-se explícita. Recue-se ao momento em que Corbusier introduz nos seus modelos urbanos, em 1922, as *immeubles-villas* que acabam por ser uma síntese dos dois protótipos trabalhados anteriormente pelo arquiteto (a casa *Dom-inó*, em 1914-15, e a *Citrohan*, em 1920). Embora inseridas num modelo da cidade marcadamente funcionalista, denotam-se características do espaço doméstico inerentes à dimensão existencial do ser humano, quer seja, por um lado, pelo compromisso da proposta para com a sociabilidade do habitante através dum galeria comunitária que dá acesso às sucessivas casas, quer seja, por outro lado, pela intensificação do seu espaço privado ao se privilegiar o contacto com



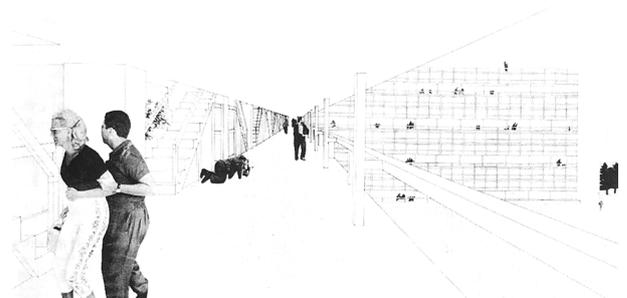
i.135



i.136



i.137



i.138

o natural, trazido para dentro de casa através de jardins suspensos, e com a dimensão espacial através da variação dos pés-direitos do espaço doméstico. Há, portanto, uma reunião de distintas condições que elevam a dimensão existencial do ser humano, explorando o espaço doméstico de forma a configurar situações intensas na rotina dos seus habitantes.

Contudo há que enquadrar este paradigma habitacional em associação com o território da cidade, evitando o seu estudo isolado e passivo para com a restante vida urbana. É, neste sentido, que os Smithson reclamam nos anos 50 por uma nova identidade urbana definida por padrões de inter-relações que influenciam e se deixam influenciar. A realidade não se processa, portanto, segundo um olhar isolado, daí a sua crítica à análise funcionalista de inícios do século XX, que "*... embora seja possível pensar claramente sobre as perturbações mecânicas das cidades, ela se mostra inadequada na prática porque era um conceito demasiado diagramático.*"²²

Assim e assumindo a identidade urbana como reflexo duma sociedade cada vez mais móvel e complexa, este projeto desenvolve-se segundo sistemas de acesso em galerias, de forma a privilegiar o carácter comunitário, passível e propício de existir nos acessos às habitações, como fator fundamental para atenuar a divisão abrupta entre a relação rua/casa e conseqüentemente, realçar os diálogos entre os domínios públicos e privados. Galerias que estão presentes nos três tipos de habitação propostos e que estimulam a necessidade de contextos prolíferos em interações entre os seus habitantes, como se tratassem de espaços catalisadores ao cruzamento das atividades associadas a cada família. Veja-se a definição de casa dos Smithson. "*Deve existir um programa básico para a habitação em termos das atividades da família, considerando-as individualmente e em associação entre si.*"²³

Um exemplo da sua linha de pensamento é a proposta "*Golden Lane*", em que os arquitetos propõem ruas em pleno ar que permitem às famílias usufruírem de espaços coletivos à porta de casa. Espaços que fomentam as relações sociais entre habitantes, aproximando o domínio público, inerente ao espaço comunitário, ao mais privado das habitações. Desta forma, estes espaços tornam-se fundamentais à sociabilidade entre vizinhos, em que para se aceder a cada casa se gera, entre elas, um espaço articulador de carácter coletivo cujas dimensões oferece a adaptabilidade necessária a cada família para poder usufruir dele como quiser.

Relativamente ao edifício de habitação permanente, enquanto que os dois volumes assumem um papel urbano de conformação à malha da cidade, a articulá-los, surge um espaço de carácter comunitário, como se tratasse duma

²² SMITHSON, Alison and Peter. *The Charged Void: Urbanism*. New York: The Monacelli Press, 2005, p.24

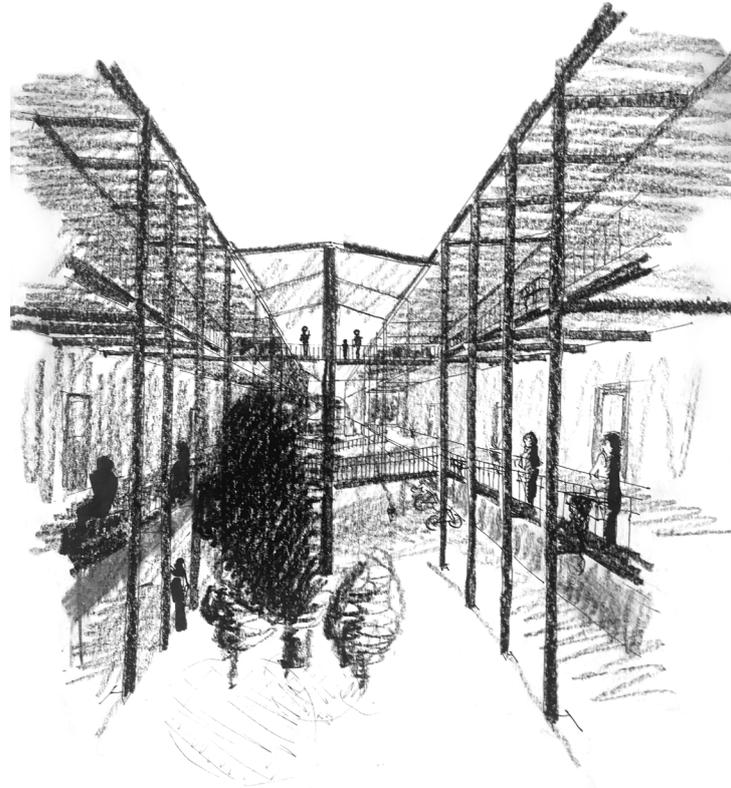
²³ *Id.* *Urban Structuring: studies of Alison & Peter Smithson*. *Op.cit.*, p.23

i.135 *immeubles-villas*, Le Corbusier, 1922 (planta tipo do edifício | vista da fachada com os terraços jardins)

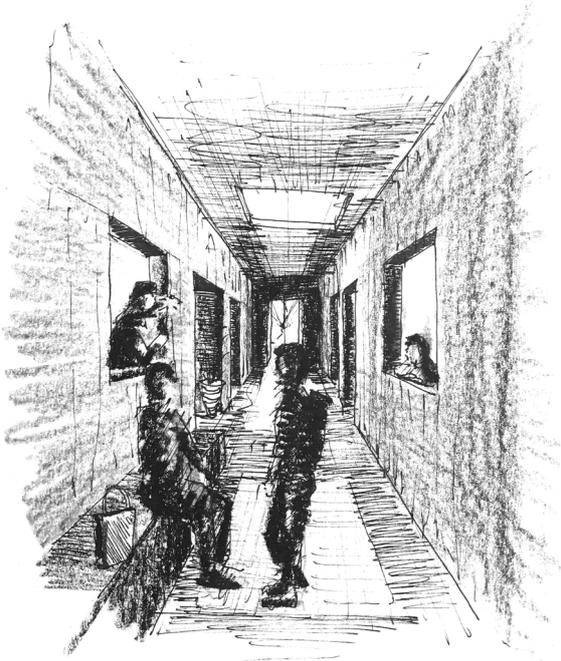
i.136 *Casa Citrohan*, Le Corbusier. Proposta para o Salão de Outono, 1922 (versão elevado sobre pilotis)

i.137 a proposta "*Golden Lane*" e a transparência horizontal

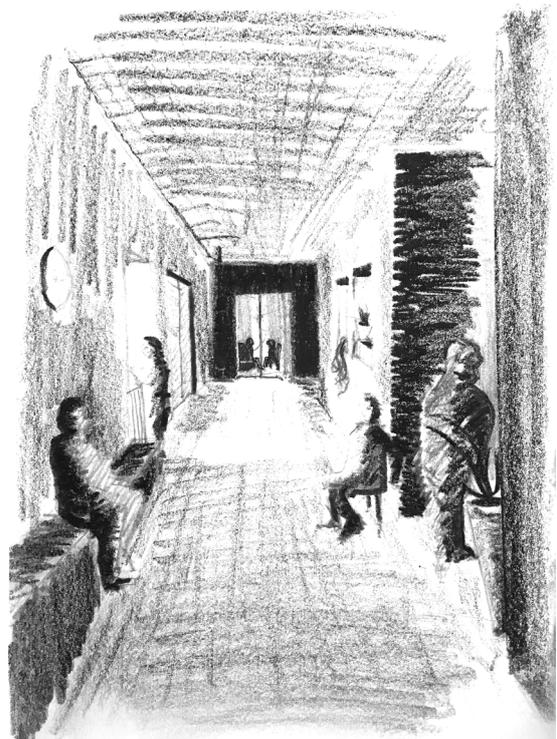
i.138 fotomontagem de uma das ruas ao ar livre da proposta "*Golden Lane*"



i.139



i.140



i.141

rua em pleno ar com um pátio que explora a diferença de pés-direitos e a possibilidade de trazer o contacto natural ao habitante. Como refere Herman Hertzberger, trata-se em incorporar sugestões espaciais no desenho que permitem aos habitantes se inclinarem a expandir a sua esfera de influência para um diferente espaço, mais público. Permitir aos residentes poderem usar o espaço em frente às suas casas de acordo com as suas necessidades e desejos. Em vez de promover uma divisão súbita entre espaço público e privado, trata-se de gerar espaços intermediários que se caracterizam pela fusão entre os domínios individual e coletivo, incentivando a uma prática habitacional em comunidade.²⁴ Promove-se, portanto, uma prática comunitária que alargue o âmbito da produção de subjetividades entre os vários residentes e que os ajude a estabelecerem novas competências para uma vida em sociedade – tanto no domínio da interação social como do ambiente construído. Daí se destinar, ao último andar do edifício, uma cozinha coletiva e um espaço para arrumos (i.122) que promovam a possibilidade de usufruir a galeria para atividades em grupo. O mesmo acontece com o piso do rés-do-chão que se abre para a cidade (i.107), potencializando o seu espaço para usos livres à interpretação quer dos seus residentes, quer dos cidadãos comuns.

O mesmo se aplica nos edifícios das residências, cujas galerias pretendem implementar agendas de vida comunitária, em que o individual e o coletivo decidem o que têm a oferecer um ao outro de forma a qualificarem os espaços onde coexistem. As galerias assumem uma condição espacial que promove o encontro e diálogo entre residentes. Definindo-se como espaços fronteiros entre o domínio mais público da rua e o privado duma casa, torna-se importante alargar o seu potencial além dos seus limites internos, ora com jardins de inverno (i.126, 128, 129, 132), ora com mobiliário que possa animar a rotina dos seus residentes com diferentes funções.

*"A concretização do limiar como um meio intermédio significa, antes de mais, criar um cenário de boas-vindas e despedidas, e é, portanto, a tradução em termos arquitetónicos de hospitalidade. Além disso, o limiar como um espaço construído é tão importante para os contactos sociais como as paredes grossas são para a privacidade."*²⁵

Nesse sentido, a luz natural tem um papel fundamental nestes espaços de acesso às habitações. Uma importância materializada pelo trabalho da luz como material para o espaço e não como resultado direto por ser uma condição agradável ao mesmo. Como David Chipperfield afirma *"Tendo-nos protegido do exterior; tendo-nos abrigado, tendo feito à nossa volta um espaço que redefine o nosso horizonte, podemos gradualmente e com confiança crescente começar a desgastar a solidez deste confinamento."*²⁶ Assim

²⁴ HERTZBERGER, Herman. *Lessons for students in architecture*. Rotterdam: Uitgeverij 010 Publishers, 1991, p.41

²⁵ *Ibid.*, p.35

²⁶ CHIPPERFIELD, David; RYKWERT, Joseph. *Theoretical practice*. London: Artemis, 1994, p.50

i.139 - i.141 galeiras como espaços de encontro e de convívio

i.139 desenho da galeria o edifício de habitação permanente

i.140 desenho da galeria da residência de estudantes

i.141 desenho da galeria da residência de idosos

destacam-se na residência de estudantes, o ritmo oferecido pelas claraboias, os enquadramentos que limitam e/ou prolongam as galerias pelos seus extremos, ou ainda, os jardins de inverno entre módulos. Já na residência de idosos, é o ritmo da fachada que participa diretamente na qualidade espacial da galeria com aberturas esporádicas que permitem aos idosos terem um maior contacto com o exterior.

Esta dependência do exterior por parte do ser humano, quando associada à tipologia da habitação, conduz a uma pergunta inevitável: como pode realmente um apartamento da cidade ser concebido de forma a dar a impressão de se viver numa casa unifamiliar onde há uma maior liberdade para a exploração espacial? É neste sentido que a relação interior/exterior se torna proeminente ao longo do projeto. Quer seja no edifício de habitação permanente com a galeria a desenvolver-se segundo um único espaço ao ar livre, quer seja nas residências, onde nas coberturas, o espaço exterior participa diretamente no interior dos espaços coletivos. Espaços estes, que são animados por funções referenciadoras que apelam à reunião dos usuários. No caso da residência dos estudantes, são as cozinhas e as salas de estar na cobertura que lhes permitem prolongar essas funções para o exterior, com espaços verdes que tanto podem ser pequenas parcelas de hortas comunitárias ou então, jardins (i.126, 131). Mais uma vez, motivar a que diferentes espaços se relacionem uns com os outros, de forma a gerarem novos ambientes, adaptáveis à livre exploração pelos seus habitantes. O mesmo acontece na residência de idosos com uma grande cobertura verde de ajardinamento intensivo, promovendo os encontros ao ar livre (i.133). Neste caso, a relação com o exterior torna-se ainda mais importante, principalmente, para uma faixa etária que se tende a isolar, cada vez mais, à medida que o tempo passa. Denote-se ainda, que a cobertura, ao estar intimamente relacionada com acessos independentes aos das habitações, torna o seu espaço fundamental na inclusividade deste edifício com a cidade pela possibilidade de receber pessoas de fora, fomentando assim, o desenvolvimento de diferentes atividades coletivas. O mesmo ocorre no edifício de habitação permanente, em que a galeria exterior, pela sua relação aberta para com a cidade e pela distinta natureza dos pisos das habitações - um mais íntimo, o dos quartos, e outro mais livre, o das salas e cozinhas -, facilmente pode adaptar-se a acolher diferentes atividades da esfera pública.

Pretende-se, assim, destacar o papel do habitante nas diferentes dimensões de habitar um espaço, quer seja na intimidade da sua casa, quer seja no domínio mais público, até chegar a ela. Trata-se de imaginar diferentes modos de apropriar o espaço e perceber como ele pode ser um elemento catalisador de diferentes modos de viver para os residentes.

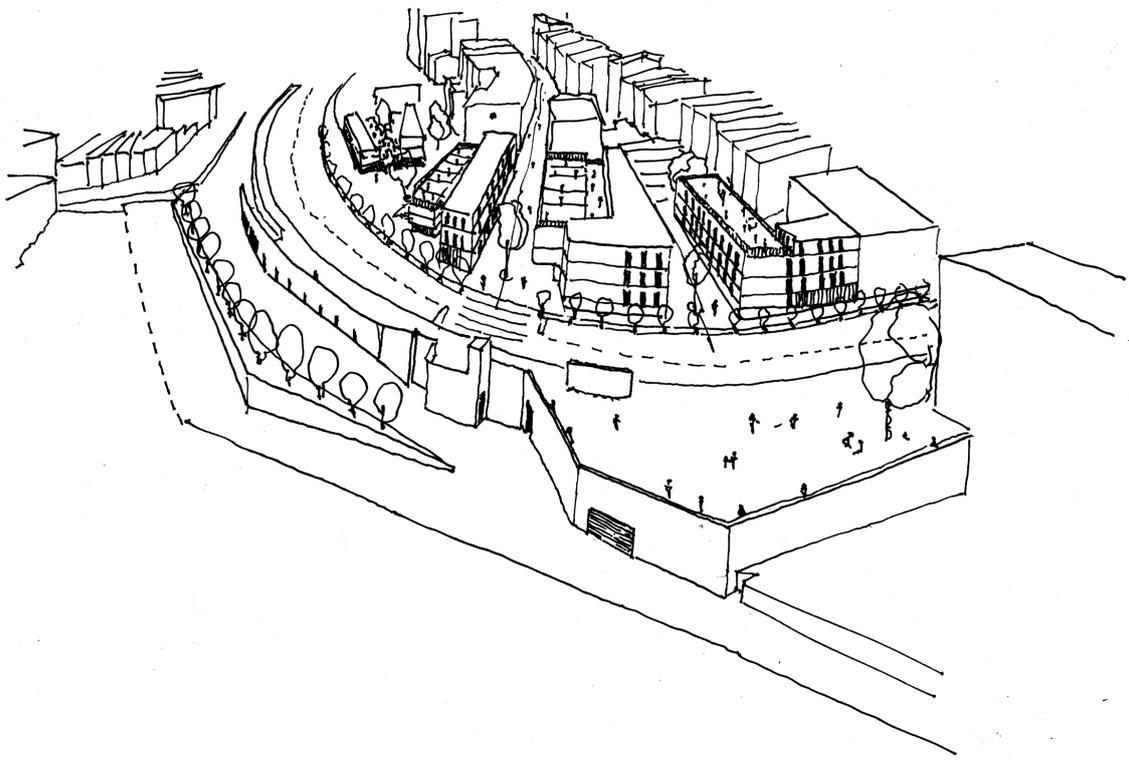
Assim, é no seguimento duma insatisfação permanente de constatar que uma obra de arquitetura está sempre inacabada até ao momento dos habitantes fazerem uso dela, que ao longo do projeto se pretende aproximar o habitar com os significados existenciais que lhe são inerentes. Sintetizando o anunciado, reveja-se a passagem de Adam Sharr sobre o modo de viver sugerido por Martin Heidegger:

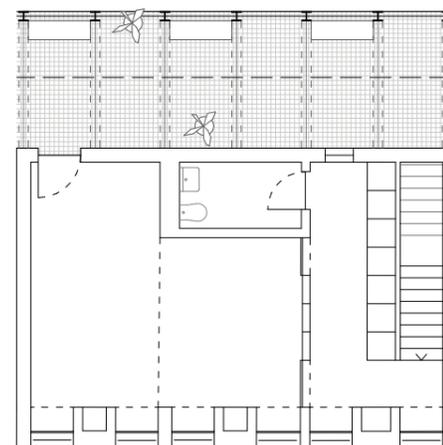
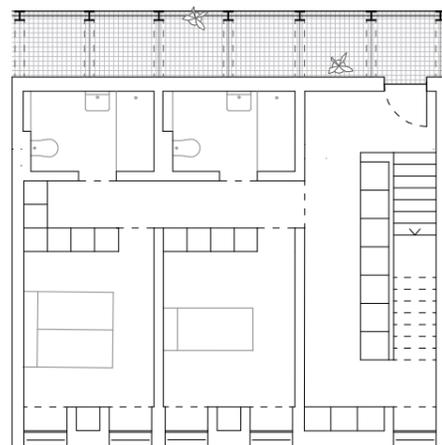
²⁷ Sharr, Adam. *La cabaña de Heidegger*. 2.ª edición. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2018, p.113

*"A memória da cabana sugere estratégias para fabricar (...) ponto de partida, que poderia ser enquadrado de múltiplas e ricas formas (...) Não deve ser demasiado grande nem desnecessariamente flexível, mas sim ajudar os seus ocupantes a configurar situações intensas. Deve estimular momentos de reflexão a um ritmo lento. Ao moldar rotinas diárias, semanais e sazonais, seria um lugar que poderia dignificar e sustentar qualquer vida (...) poderia possivelmente ser mais facilmente realizada num assentamento rural. No entanto, o desafio colocado pela memória da cabana, particularmente para os arquitetos, é ver como um ponto de partida tão poderoso poderia ser alcançado - sem exclusão - em condições urbanas."*²⁷

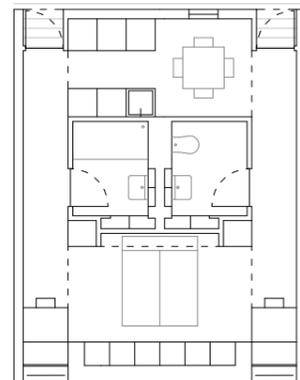
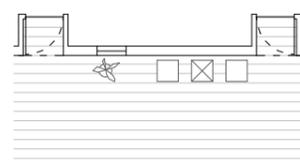
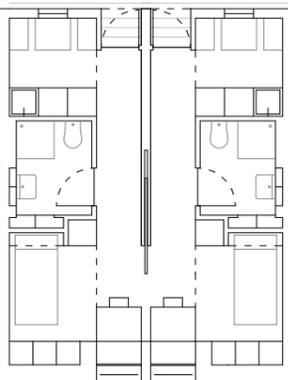
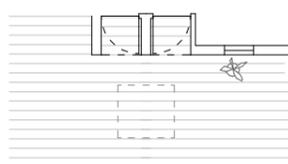
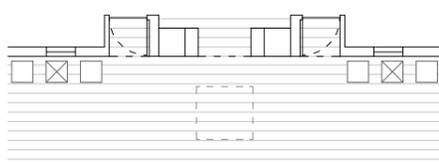
(página seguinte)

i.142 casa comum

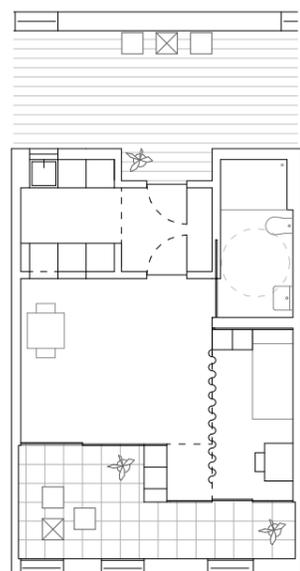
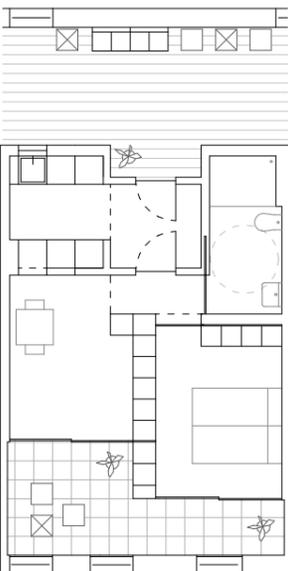
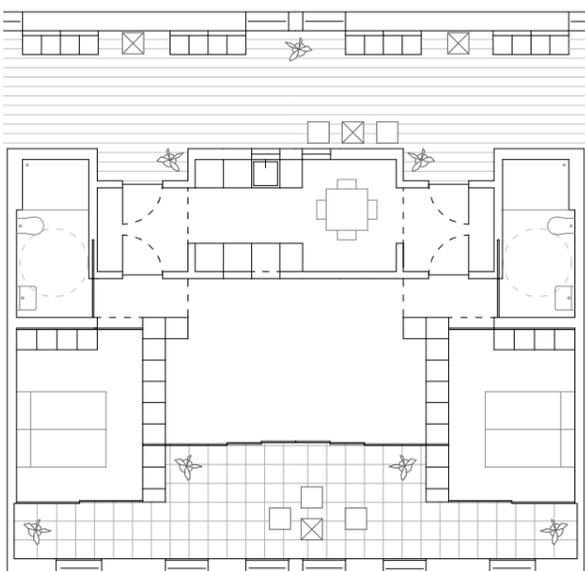




i. 145



i. 148



i. 151

[desdobrável]

i.143 - 145 habitação permanente

i.143 plantas do piso dos quartos, mais íntimos e definidos - T3

i.144 plantas do piso dos quartos, mais íntimos e definidos - T2

i.145 planta do piso dos espaços de estar, mais livres e fluídos

i.146 - i.148 residência de estudantes

i.146 planta de dois módulos individuais separados

i.147 planta de dois módulos individuais juntos

i.148 planta de módulo duplo

i.149 - i.151 residência de idosos

i.149 planta de módulo duplo

i.150 planta de módulo T1

i.151 planta de módulo estúdio

Interpretação e participação

Pode-se afirmar que, num sentido mais extenso, a habitação doméstica acaba por ser a tipologia mais conservadora em arquitetura no sentido de que o homem sempre procurou forjar meios para se poder abrigar num espaço que o protegesse.²⁸ No entanto, tal como Aldo Rossi confidencia na sua obra *A Arquitetura da Cidade* “... isto não significa, com efeito, sustentar que não tenha mudado o modo concreto de viver desde a antiguidade até hoje e que não existam sempre possíveis novos modos de viver.”²⁹

É perante um diagnóstico aos dias de hoje que se nota que a própria ideia metafórica do habitar está em mudança. Está sujeito às mais diversas modificações com o advento e o avançar das tecnologias. A pandemia e os casos de exceção têm o condão de mostrar aquilo que antes já era visível, mas que não se prestava atenção. Agora, esta presença tecnológica está em estado puro, havendo uma aceleração do desenvolvimento tecnológico, em que se é um ser cada vez mais imerso em sistemas tecnológicos.³⁰ Daí, a necessidade de desenvolver o espaço doméstico segundo uma visão humanista³¹ que se foque nas formas que organizam o lar, como o prolongamento do ser humano, com as suas qualidades e os seus defeitos. Trata-se de clarificar as relações entre o espaço aberto e fluente, e o espaço mais íntimo e definido, apelando sempre que possível à adaptabilidade das suas formas e consequentemente, dos seus usos. Por adaptabilidade percebe-se a participação que o habitante tem num espaço depois do desenho delineado pelo arquiteto.

Quanto à relação dos domínios privado e público numa casa, a mesma se clarifica pela disposição que se faz dos equipamentos domésticos. Enquanto anteriormente o arquiteto tinha pouco controlo sobre determinados espaços cujas paredes se lotavam de equipamentos, com o decorrer dos anos esses mesmos espaços desintegram-se à medida que a mobilidade desses mesmos aparelhos se automatizam.³²

No caso dos módulos da habitação permanente (i.143-145), a organização dos espaços em dois pisos com os respetivos acessos independentes para a galeria, permite uma maior agilização do habitante em separar a sua vida íntima da coletiva. A distinção clara entre esses dois domínios dentro de uma habitação, permite ao habitante, por exemplo, apropriar-se dos espaços mais públicos com uma maior liberdade, sem comprometer o lado íntimo da casa.

Quando Peter Markli foi questionado pelo arquiteto e professor Mohsen Mostafavi sobre o confronto que fazia entre espaços cúbicos e auto contidos com as formas espaciais transparentes nos seus espaços domésticos, o arquiteto suíço respondeu que “... *estou interessado em formas de combinar*

²⁸ MOURA, Eduardo Souto de. Entrevista com Fátima Campos Ferreira em *Primeira Pessoa*, 2020

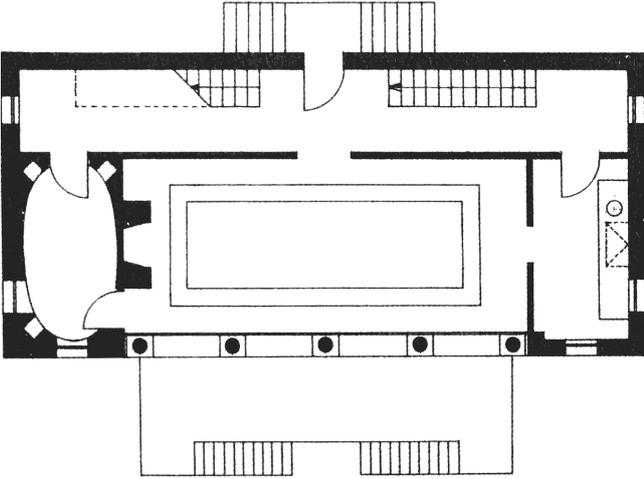
²⁹ ROSSI, Aldo. *Op.cit.*, p.55

³⁰ DOMINGUES, Álvaro. Podcast *A insustentável leveza do habitar*, 2020

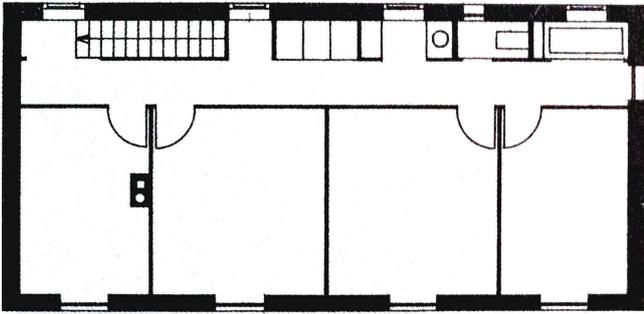
³¹ “O último ponto de referência do sistema de valores que predomina no novo panorama arquitectónico europeu é o que se pode chamar humanismo.

Certamente esta é uma palavra aplicada a diferentes situações históricas mas que renova a sua eficácia de síntese no clima existencialista em favor do homem concreto, com a sua experiência, a sua vivência em espaços e tempos específicos e sob a angústia produzida pela questão do seu destino. (...) após a Segunda Guerra Mundial as chaves éticas que legitimaram a arquitectura estarão ligadas a esta noção em que o universo pessoal de cada indivíduo, a sua intimidade e subjectividade se destacam como os principais objectivos para os quais a construção da arquitectura e da cidade deve ser dirigida.” (SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Op.cit.* p.54)

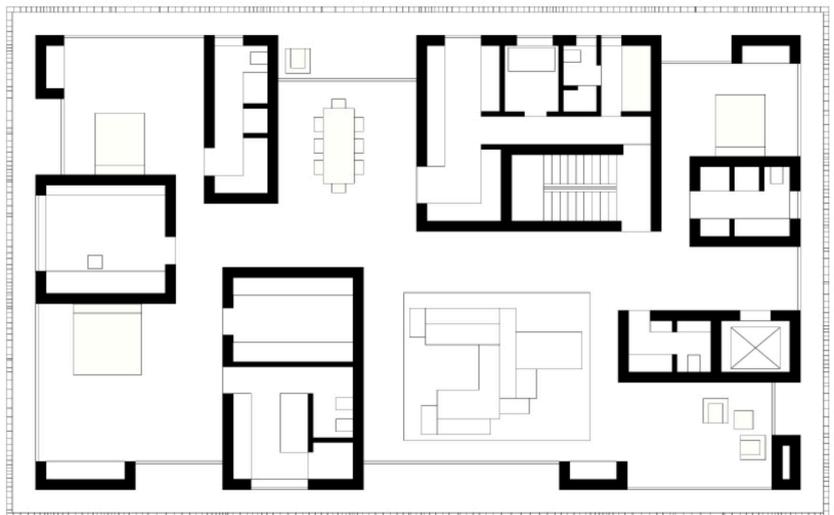
³² SMITHSON, Alison and Peter. *Changing the art of inhabitation: Mies' pieces; Eames dreams; The Smithson*. London: Artemis, 1994, p.111



i.152



i.153



i. 154

o espaço aberto, fluente, com o espaço mais íntimo e definido".³³ Atendendo a uma das casas unifamiliares que desenha no início da sua vida profissional, o arquiteto mostra uma clara intenção em distinguir o andar privativo dos quartos com o andar mais amplo da sala, cozinha e biblioteca. Voltando para a fachada principal os espaços principais e para a fachada tardoz os equipamentos e serviços, o arquiteto consegue clarificar as suas diferenças, potencializando as suas áreas e consequentemente, os usos por elas sugeridas.

Trata-se, portanto, de retirar também, proveito da mobilidade dos equipamentos que ordenam os espaços técnicos de uma casa e fixá-los em determinado espaço, de forma a libertar a restante área e adquirir uma maior adaptabilidade, livre à interpretação dos seus usuários. Veja-se o exemplo da planta de um dos apartamentos desenhados por David Chipperfield para a Ninetree Village, na China, em que cria um espaço interior fluido definido por elementos sólidos que acomodam funções auxiliares. Neste caso a autonomia dos equipamentos torna-se ainda mais evidente ao participarem diretamente na definição dos espaços da casa.

Regressando de novo à proposta, no caso dos módulos para a residência de estudantes, os serviços e funções auxiliares localizam-se na parte central da habitação de forma a dividir o espaço em duas áreas distintas - uma destinada ao quarto e ao espaço de trabalho junto à fachada principal, e outra à zona de refeições em relação com a galeria (i.158). Com o objetivo de aproveitar a iluminação da fachada principal, pretende-se que o volume que inclui as funções auxiliares não seja do mesmo pé direito que a restante habitação, conferindo assim, uma maior profundidade ao espaço quer de refeições quer do dormitório. Veja-se o exemplo das habitações para o convento de Santa Maria do Bouro em que Eduardo Souto de Moura, de forma a resolver o espaço contido das habitações, diferencia a altura e a materialidade do volume da casa de banho, alterando assim, a sensação espacial da habitação. Realça-se, ainda, que face a otimização do espaço privado do módulo, há uma maior área disponibilizada aos espaços coletivos, contribuindo, neste sentido, para a diminuição do preço de aluguer dos espaços individuais.

Já no desenho das habitações para a residência de idosos (i.159), a cozinha ao interagir com a galeria permite gerar uma antecâmara que se separa da restante habitação e cria uma oportunidade de comunicação entre mundos adjacentes - casa/galeria -, cujos domínios se distanciam. Este espaço, por sua vez, torna-se numa extensão da galeria e da cozinha, gerando, no limiar, um novo ambiente livre à interpretação do habitante. Veja-se a apropriação da galeria feita pelos habitantes da residência de idosos em Masans, Suíça, de Peter Zumthor, em que a relação intrínseca das habitações com as galerias,



i.155

³³ BRANDLE, Erich; MARKLI, Peter; MEILI, Marcel; MOSTAFAVI, Mohsen. *Approximations: The Architecture of Peter Märkli*. London: AA Publications, 2002, p.31

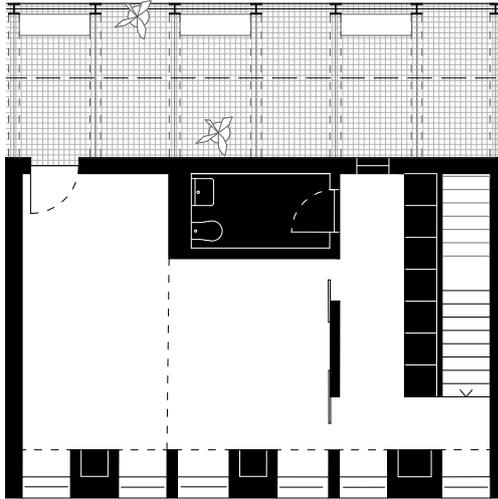
i.152 | i.153 Two single-family houses. Peter Märkli. Trübbach, Suíça, 1982 (uma das duas casas)

i.152 piso dos espaços abertos, fluentes

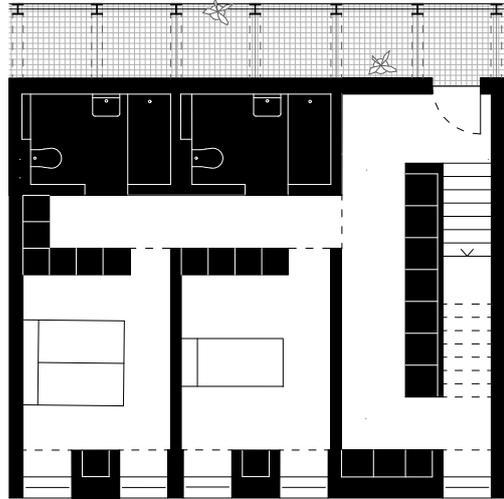
i.153 piso dos espaços íntimos

i.154 apartamento. David Chipperfield. Ninetree Village, Hangzhou, China, 2004-2008

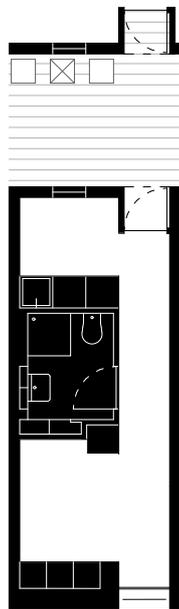
i.155 habitação. Eduardo Souto de Moura. Reversão do convento de Santa Maria do Bouro, Amares, Braga, 1997



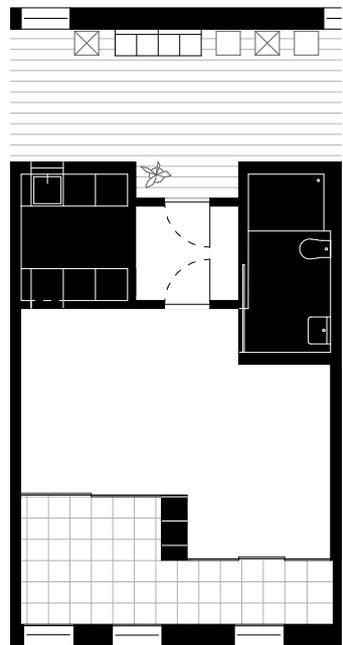
i.156



i.157



i.158



i.159



propicia a uma maior participação dos habitantes na manutenção do espaço. Paralelamente, salienta-se também, que a profundidade dos módulos permite a exploração de jardins de inverno na fachada que não só intensificam a relação interior/exterior, como potenciam a interpretação dos espaços a novos usos.

Dada a consciência crescente da importância de que o espaço se reveste em relação à existência humana, torna-se inevitável que os espaços domésticos apelem a posições ativas do habitante, estimulando a sua prática interpretativa de viver um mesmo espaço. Tal como a arquiteta Anne Lacaton afirma *"... é importante considerar que o habitante realiza um trabalho depois de ti. É uma questão de onde parar, de onde terminar o projeto e de quanta liberdade procuras para o habitante. O espaço não deveria impor um estilo de vida em particular, e não se tem que projetar tudo; somente tem que se proporcionar um espaço potencial para poder ser apropriado e usado. Se proporcionares suficientes qualidades e um espectro amplo de possibilidades, haverá um máximo de oportunidades e o projeto assumirá ser mudado, transformado e reapropriado."*³⁴

Neste sentido, a regularidade das formas que conformam os espaços e a repetição modular da estrutura tornam-se fundamentais na democratização do espaço. Ou seja, trata-se de transmitir uma linguagem em que todas as partes em presença possam mais facilmente compreender. Através da fixação duma regularidade na estrutura e, conseqüentemente, na forma que reveste os módulos de habitação, consegue-se atingir um desenho do espaço esclarecedor para o habitante e por conseguinte, possível de ser reinterpretado por si, no futuro. Com isto **não se quer dizer que se trata de desenhar um espaço que seja neutro de forma a poder ser adaptado a diferentes usos e a absorver as influências das mudanças inerentes ao passar do tempo; trata-se sim, de compreender o problema dessa mutabilidade e de, desde início, desenhar o espaço que apelem a diferentes usos.**

Resultado da modulação estrutural que reveste o espaço das habitações, no caso da habitação permanente, há uma maior prontidão no alcance de diferentes tipologias (i.143 e 144). Quanto à residência de estudantes, a partir dum mesmo módulo e estando ele associado a um segundo, a habitação pode servir para mais do que um estudante ou, por exemplo, para convidados académicos que se queiram hospedar na residência (i.148). Já no caso da residência de idosos, a associação entre módulos também permite uma organização diferente da sala e cozinha, diferenciando a sua tipologia (i.149).

A estrutura tem, nestes casos, o papel de lidar com a relação mútua entre a forma do espaço e o seu uso. A forma não só pretende definir a experiência



i.160



i.161

³⁴ LACATON, Anne. *Ocupar el espacio*. Entrevista in. MÁRQUEZ CECILIA, Fernando; LEVENE, Richard. Lacaton & Vassal: 1993-2017 / ed. Fernando Márquez Cecilia, Richard Levene. Madrid: Croquis, 2017, p.10

i.156 - i.159 distinção entre funções principais e auxiliares das diferentes habitações

i.156 plantas do piso dos quartos, dos espaços mais íntimos e definidos - T2 (habitação permanente)

i.157 planta do piso dos espaços de estar, mais livres e fluídos (habitação permanente)

i.158 módulo-tipo (residência de estudantes)

i.159 módulo-tipo (residência de idosos)

i.160 galeria. Peter Zumthor. Apartamentos para cidadãos sénior, Masans, Chur, Graubunden, Suíça 1989-1993

i.161 "jardim de inverno" de um dos apartamentos. Lacaton & Vassal. *Ciudad manifesto* em Mulhouse, França, 2001-2005. Destaque para a livre apropriação do espaço, como termo de referência

³⁵ HERTZBERGER, Herman.
Op.cit., p.149

³⁶ SIZA, Álvaro. *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, 2012, p.103

(ser condicionante), mas também ser passível de se determinar pelo uso que se faz do seu espaço (ser condicionada), na medida em que se torna livre à interpretação do habitante. Ou seja, trata-se de conferir ao espaço diferentes significados que apenas se tornam interpretáveis, se esses diferentes papéis estiverem contidos na essência da forma, de modo a que sejam uma provocação implícita em vez duma sugestão explícita.³⁵

Por último e transpondo o pressuposto a uma escala mais extensa, destaque-se, por analogia, o arquiteto Álvaro Siza, quando revela o papel contingente da sua obra na Malagueira, em Évora, aludindo à sua condição variável que dá lugar à sucessão temporal. O arquiteto, admite que “...a opção inicial do projeto consistia em tentar delimitar o território com intervenções disseminadas, de modo a que o tempo e a capacidade de realização pudessem depois completar o desenho, ocupando os espaços vazios.”³⁶ Ou seja, Álvaro Siza, neste caso, dissemina várias intervenções ao longo do território que, com o tempo, servem de provocação implícita aos moradores, apelando à sua capacidade de realização e conseqüente, ocupação desses vazios. Com o mesmo olhar se revela o objetivo preconizado pelo caso prático deste trabalho, ao tratar o espaço como uma prática comum. Pretende-se potencializar o significado original dum espaço, de forma a funcionar temporariamente em certas situações e, ao mesmo tempo, estar recetível à contingência proporcionada pelo tempo, sendo submetido a transformações, à medida que novas necessidades vão surgindo.

Exercer o projeto comum

O desafio situa-se no ponto onde nasce a relação da prática projetual com o seu esclarecimento motivacional. Desde cedo, o projeto foi delineando os seus motivos face a um processo prático comprometido com a cidade para o cidadão. Nesse sentido, as intervenções referentes ao terreno escolhido, em muito servem de cúmplices colaboradores da proposta, tal como os modelos urbanos do moderno, dada as dimensões próprias dos projetos e circunstâncias a empreender. *“O processo do fazer cidade, por força de gesto cívico, por dever de cultura democrática, é “aprender a ver para poder fazer.”*¹

¹ DEVILLERS, Christian. In MENDES, Manuel. *Op.cit.*, p.29

² ZUMTHOR, Peter. *Op.cit.*, p.17

³ PORTAS, Nuno. *Op.cit.*, p.48

Naturalmente que o exercer projeto num centro histórico não está livre da disponibilidade das formas como modelos tipológicos portadores de memória e é nesse sentido que os princípios estruturadores urbanos propostos recaem numa visão analítica que busca uma resposta já indiciada por uma malha urbana consolidada. *“O nosso sentimento e compreensão estão enraizados no passado, razão pela qual a relação de significado que se cria com um edifício deve respeitar o processo de recordação.”*² No entanto, o projetar na cidade é influenciado também por critérios mais significativos da esfera social e espacial que considerem também a escala e a organização do tecido urbano, a relação com o espaço público e arruamentos, a fixação das acessibilidades, etc.³ Trata-se dum compromisso representativo das subjetividades duma coletividade que habita um mesmo território.

Mas a qualificação dum conjunto habitacional não é isoladamente conseguida pela consideração do domínio público, mas pela sua relação com a esfera do privado. Daí emerge outra dimensão do habitar. Trata-se na mesma duma prática coletiva cuja identidade se consolida em espaços confinantes com o privado e que reclamam a apropriação comum pelos usuários, oferecendo, assim, estímulos de ligação de espaços à porta de casa, entre o seu interior, mais íntimo e o exterior, mais público. Tal como no espaço público, trata-se de invocar realidades mediadas por um processo de relações mútuas entre residentes, potenciando, assim, as suas relações sociais.

Em retrospectiva, a proposta revela-se como uma oportunidade em criar uma nova morada comum na cidade do Porto. Dando ênfase à reciprocidade das esferas de influência pública e privada, apela-se ao papel ativo do cidadão. Motivado pela inter-relação entre forma e uso, o espaço torna-se interpretável para, posteriormente, poder ser influenciado e adaptável às necessidades locais e a possíveis críticas e revisões por parte dos seus residentes. Como resultado, é retirando proveito das vantagens duma vida social organizada que se procura desenvolver as competências sociais individuais necessárias para se poder assumir, em última instância, a responsabilidade pelas preocupações coletivas inerentes a uma casa comum que deve ser a cidade.

⁴ TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto, p.48

⁵ PORTAS, Nuno. *Op.cit.*, p.72

Cabe ao arquiteto "*... homem antes, de arquiteto (...) conhecer não apenas os problemas dos seus mais diretos colaboradores, mas os do homem em geral. Que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo.*"⁴ É neste sentido que a proposta se materializa, numa crescente procura por um projeto comum que humanize as diferentes identidades que constituem o habitar. Neste momento, a aproximação ao lugar e o reconhecimento das pessoas que o habitam torna-se num processo indispensável para obter uma visão esclarecedora das diferentes realidades que o determinam.

Perante um aumento progressivo de visitantes na cidade do Porto e a emergente necessidade em estabelecer um equilíbrio na sua relação com os residentes, o exercício dum projeto recai na vontade de servir de balão de ensaio para um processo fomentador da relação do ser humano com os lugares e através deles, com os espaços mediados pelos usos e sistemas coletivos da mobilidade e sociabilidade dos cidadãos. O habitar, movido por um sentido de comunidade, tende a dissolver as fronteiras dos quotidianos de cada cidadão. Diante de habitantes em diferentes níveis de permanência, este projeto visa uma abordagem contaminante e impulsionadora ao encontro das diferentes faixas etárias, catalisadora de relações sociais, capazes de valorizar, através duma prática comunitária, a dimensão existencial dos habitantes como uma premissa que se considera fundamental para o crescimento positivo do centro histórico do Porto.

Assim, o projeto, caracterizado por um estudo das intenções programáticas ínsitas à identidade do lugar onde a proposta se insere, busca lançar, em primeiro lugar, princípios orientadores de intervenção num vazio urbano que se relacionem com os dum tecido preexistente, já estabelecido. Optando por uma continuação da malha e recuperação duma nova frente urbana junto ao viaduto, a estratégia prioriza a qualificação do espaço público. A criação de interstícios urbanos torna-se fundamental na humanização da proposta de forma a informar o cidadão que novos espaços entre o edificado se criam e que alinhamentos preexistentes recuperam a sua identidade. Neste momento, trata-se de focar no desígnio "bairro" ao se propor que jovens, adultos e idosos, como comunidade, coabitem esses espaços comuns, estimulando as suas relações sociais e fortalecendo as locais. O mesmo acontece nos ambientes gerados dentro de cada edifício, ao se procurar valorizar os espaços coletivos portadores dos desejos e interesses daqueles que os habitam. Mais do que determinar os seus usos é sugeri-los. Ora, é neste processo que se crê que o projeto apele "*... à conformação de ambiente físico protetor; retemperador; produtor ou libertador que cada homem descreve nos círculos da sua quotidianidade. Uma sua segunda «pele», mas colectivamente integrada.*"⁵

É pelo apelo à sensibilização da dimensão existencial humana - influenciada pelos espaços - que se crê num habitar que valorize o próximo, proporcionando, a longo prazo, modos de viver que se afastem dos processos especulativos alienados das realidades fundamentais à validade dum operação integrada. Acredita-se que o lugar de residência tem um papel preponderante na conformação da identidade dum sociedade e conseqüentemente, que um projeto de habitação influencie as dinâmicas de convivência dum cidade. **A casa comum como identidade torna-se assim, não só representativa do domínio mais íntimo da casa, mas também da vizinhança que habita o bairro onde ela se insere e a cidade a qual pertence.**

Referências bibliográficas

- BRANDLE, Erich; MARKLI, Peter; MEILI, Marcel; MOSTAFAVI, Mohsen. *Approximations: The Architecture of Peter Märkli*. London: AA Publications, 2002
- CASTANHEIRA, Carlos. *As cidades de Álvaro Siza*. Lisboa: Figueirinhas, 2001
- CHIPPERFIELD, David; RYKWERT, Joseph. *Theoretical practice*. London: Artemis, 1994
- CHRIST, Emanuel; GANTENBEIN, Christoph. *Typology: Paris, Delhi, São Paulo, Athens* / Emanuel Christ, Cristoph Gantenbein. Zurich: ETH Zürich, 2015
- COSTA, Nuno Brandão; SERÓDIO, João Pedro. *Estudos avançados em Projeto de Arquitetura. Advanced Studies in Architectural Design 2014-2015*. 1ª edição Porto: FAUP, 2015
- DELA, Sascha; Hehl, Rainer; Ventura, Patricia. *Housing the Co-op. A Micro-political Manifesto*. 1st edition. Berlin: Ruby Press, 2020
- FERNANDES, Francisco Barata. *Transformação e Permanência na Habitação Portuguesa: As formas da casa na forma da cidade*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1999
- FORTY, Adrian. *Words and Buildings. A Vocabulary of Modern Architecture*. London: Thames & Hudson, 2016
- HALL, Peter. *Sociable cities: the legacy of Ebenezer Howard*. Chichester: Wiley Ed., 1998
- HEIDEGGER, Martin. *Construir Habitar Pensar (Bauen Wohnen Denken)*. Edición bilingüe. Madrid: LaOficina Ediciones, 2015
- HERTZBERGER, Herman. *Lessons for students in architecture*. Rotterdam: Uitgeverij 010 Publishers, 1991
- KAHN, Louis; LATOUR, Alessandra. *Louis I. Kahn: Writings, Lectures, Interviews*. New York: Rizzoli, 1991
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2014
- LENDING, Mari; ZUMTHOR, Peter. *A Feeling of History*. Zurich: Scheidegger & Spiess, 2018
- MÁRQUEZ CECILIA, Fernando; LEVENE, Richard. *Lacaton & Vassal: 1993-2017* / ed. Fernando Márquez Cecilia, Richard Levene. Madrid: Croquis, 2017
- MENDES, Manuel, ed.lit.. Porto 2001, patroc.. *Porto 2001: regresso à Baixa: consulta para a elaboração do programa de requalificação da Baixa Portuense*. 1ª edição. Porto: FAUP Publicações, 2000
- MOORE, Charles; ALLEN, Gerald; LYNDON, Donlyn. *The place of Houses*. London: University of California Press Ltd., 2000
- MONEO, Rafael. *Apuntes sobre 21 obras*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010
- MONEO, Rafael. *Inquietud teórica y estrategia proyectual: en la obra de ocho arquitectos contemporáneos*. Barcelona: Actar, 2004
- MONTANER, Josep Maria. *A Modernidade Superada: Ensaio sobre arquitetura contemporânea*. 1ª edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2014
- PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. 1ª edición. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2016
- PALLASMAA, Juhani. *La Mano que Piensa: sabiduría existencial y corporal en la arquitectura*. 1ª edición. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2017
- PORTAS, Nuno. *A cidade como arquitetura*. 4ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2011
- PORTO 2001 S.A. Capital Europeia da Cultura. *Departamento de Renovação Urbana. Registos de uma transformação = Records of a transformation*. Porto: Porto 2001 S.A., 2002
- SHARR, Adam. *La cabaña de Heidegger*. 2ª edición. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2018
- SIZA, Álvaro. *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, 2012
- SMITHSON, Alison and Peter. *Changing the art of inhabitation: Mies' pieces; Eames dreams; The Smithson*. London: Artemis, 1994
- SMITHSON, Alison and Peter. *The Charged Void: Urbanism*. New York: The Monacelli Press, 2005
- SMITHSON, Alison and Peter. *The Space Between*. Cologne: Verlag der Buchhandlung Walther König, 2017
- SMITHSON, Alison and Peter. *Urban Structuring: studies of Alison & Peter Smithson*. London: Studio Vista, 1967
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Diferencias*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2003
- TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 6ª edição. Porto: FAUP Publicações, 2006

ZUMTHOR, Peter. *Athmospheres: Architectural Environments. Surrounding Objects*. 5.th edition. Basel: Birkhäuser Verlag GmbH, 2006

ZUMTHOR, Peter. *Pensar la Arquitectura*. 3ª edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010

CONTEÚDOS DIGITAIS E ENTREVISTAS CONSULTADAS ONLINE

DOMINGUES, Álvaro. Podcast "*A insustentável leveza do habitar*", 2020

HERTZBERGER, Herman. *Space, place & accommodation*. Aula na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Princeton, New Jersey, 2018. in <https://vimeo.com/303302665>

LACATON, A., VASSAL, J.P. *Game Changer*. Entrevista concedida a Carson Chan, 2013. in <https://032c.com/o-architects-where-art-thou-game-changer-lacaton-vassal>

MOURA, Eduardo Souto de. Entrevista a Fátima Campos Ferreira "*Primeira Pessoa*", 2020. in <https://www.rtp.pt/play/p7801/e501835/primeira-pessoa>

OUTROS SITES

Import Zurich. Cooperative Housing: new ways of inhabiting. in https://issuu.com/ethel.baraona/docs/zurich_low

Inserir cidade aqui. in <http://www.livingcityporto.org/sobre.html>

Lista de Imagens

- i.1** HANUKA, Tomer (2020). *A Chorus of Thanks*. Tomer Hanuka's "A Chorus of Thanks". The New Yorker. in. <https://www.newyorker.com/culture/cover-story/cover-story-2020-04-27> [2020-09-14]
- i.2** FERNANDES, Francisco Barata. *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1999, p.84
- i.3** Arquivo Municipal do Porto [2020-10-19]
- i.4** Desenho do autor a partir de plantas acedidas no Arquivo Municipal do Porto. In. <http://gisaweb.cm-porto.pt/> [2020-10-02]
- i.5** Desenho do autor a partir de plantas acedidas no Arquivo Municipal do Porto in. <http://gisaweb.cm-porto.pt/> [2020-10-02]
- i.6- i.17** Arquivo pessoal
- i.18 - i.27** Esquissos do autor
- i.28** Fotografia aérea concedida por colega Raquel Bessa Serra do curso EAPA - imagem apresentada no *PowerPoint* da apresentação do terreno
- i.29 - i.31** Fotografias do autor
- i.32** MENDES, Manuel, ed.lit.. Porto 2001, patroc.. *Porto 2001: regresso à Baixa: consulta para a elaboração do programa de requalificação da Baixa Portuense*. 1ª edição. Porto: FAUP Publicações, 2000, p.42
- i.33** Axonometria concedida pela colega Raquel Bessa Serra do curso EAPA - documentos apresentados sobre o projeto do arquiteto Adalberto Dias, 1996-1999
- i.34** MENDES, Manuel. *Op. cit.*, p.199
- i.35 | i.36** Arquivo pessoal
- i.37** Fotografia de Pablo Monteagudo. In. <https://www.flickr.com/photos/98897995@N06/16724948620> [2020-11-05]
- i.38 - i.55** COSTA, Nuno Brandão; SERÓDIO, João Pedro. *Estudos avançados em Projeto de Arquitetura. Advanced Studies in Architectural Design 2014-2015*. 1ª edição Porto: FAUP, 2015. Livro concedido por colega Inês Pinto Loureiro do curso EAPA
- i.56 | i.57** Maqueta do autor
- i.58** Desenho acedido in <https://portaldomunicipal.cm-porto.pt/documents/20122/35772/Plano+de+pormenor+-+proposta.pdf/4eeb1504-fc44-e7f5-8a4a-c87de2945948?t=1609335231809>
- i.59** Desenho do autor a partir do Plano Diretor Municipal da Câmara Municipal do Porto. In. <https://geopdm.cm-porto.pt/pcccg>
- i.60** KLEIN, Alexander. *Vivienda mínima : 1906-1957 / Alexander Klein*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980, p.24
- i.61 | i.62** MARKUS, Jager. et. al.. *Siedlungen der berliner moderne: eintragung in die welterbeliste der unesco = Berlin modernism housing estates : inscription on the unesco world heritage list*. Berlin: Braun, 2009, p.80
- i.63** HALL, Peter. *Sociable cities : the legacy of Ebenezer Howard*. Chichester: Wiley Ed., 1998, p.20
- i.64 | i.65** TAGLIAVENTI, Gabriele. et. al.. *Città giardino = Garden City : cento anni di teorie, modele, esperienze*. Roma: Gangemi, 1994, p.201
- i.66** MONTEYS, Xavier. *Le Corbusier : obras y proyectos. Obras e projectos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005, p.21
- i.67** *Ibid.*, p.105
- i.68** SMITHSON, Alison and Peter. *The Space Between*. Cologne: Verlag der Buchhandlung Walther König, 2017, p.255
- i.69** SMITHSON, Alison and Peter. *The Charged Void: Urbanism*. New York: The Monacelli Press, 2005, p.25
- i.70** FORTY, Adrian. *Words and Buildings. A Vocabulary of Modern Architecture*. London: Thames & Hudson, 2016, p.310
- i.71** Desenho do autor
- i.72 - i.86** Maqueta do autor
- i.87** Desenho do autor
- i.88** FREITAS, Marta Vilarinho de. *Série Porto*. 2016 (caneta e marcador sobre papel)
- i.89** MONEO, Rafael. *Apuntes sobre 21 obras*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010, p.438
- i.90** *Ibid.*, p.442
- i.91** *Ibid.*, p.444
- i.92** *Ibid.*, p.448
- i.93 - i.95** Imagens in. <https://www.christgantentbein.com/projects/kunstmuseum-basel>
- i.96** CASTANHEIRA, Carlos. *As cidades de Álvaro Siza*. Lisboa: Figueirinhas, 2001, p.39
- i.97** *Ibid.*, p.42
- i.98** Desenhos do autor
- i.99 | i.100** Arquivo pessoal
- i.101** Desenho do autor
- i.102** Diagrama do autor
- i.103 - i.108** Desenhos do autor
- i.109** Maqueta do autor
- i.110 - i.113** Desenhos do autor

i.114 Maqueta do autor

i.115 - i.117 Desenhos do autor

i.118 Esquisso do autor

i.119 SMITHSON, Alison and Peter. *The Space Between*. Cologne: Verlag der Buchhandlung Walther König, 2017, p.187

i.120 HEINZ, Ronner; SHARAD, Jhaveri; *Louis I. Kahn : Complete work : 1935-1974*, Basel: Birkhäuser, 1987, p.137

i.121 Ibid., p.136

i.122 - i.134 Desenhos do autor

i.135 MONTEYS, Xavier. *Op. cit.*, p.21 e p.22

i.136 Ibid., p.24

i.137 VIDOTTO, Marco. *Alison + Peter Smithson*. Barcelona: Gustavo Gili, 1997, p.35

i.138 Ibid., p.37

i.139 - i.142 Esquissos do autor

i.143 - i.151 Desenhos do autor

i.152 | i.153 BRANDLE, Erich; MARKLI, Peter; MEILI, Marcel; MOSTAFAVI, Mohsen. *Approximations: The Architecture of Peter Märkli*. London: AA Publications, 2002, p.65

i.154 Imagem in https://davidchipperfield.com/project/ninetree_village

i.155 Imagem in <https://www.miesarch.com/work/2993>

i.156 - i.159 Desenhos do autor

i.160 Esquissos do autor Imagem in. <http://condicionstemporals.blogspot.com/2013/03/homes-for-senior-citizens-peter-zumthor.html>

i.161 MÁRQUEZ CECILIA, Fernando; LEVENE, Richard. *Lacaton & Vassal: 1993-2017*. Madrid: Croquis, 2017, p. 105

